

Sérgio Joaquim Rückert

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
(para o mestrado) defendida
por Sérgio Joaquim Rückert e
aprovada pela Comissão Julga
dora em: 04-05-87

Data:

Assinatura:

Roberto Roman

PERSUASÃO E ORDEM: A ESCOLA DE QUADROS DO
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL NA DÉCADA DE 50

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

1987

Sérgio Joaquim Rückert

PERSUASÃO E ORDEM: A ESCOLA DE QUADROS DO
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL NA DÉCADA DE 50

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação
1987

UNICAMP

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação (Ciências Sociais Aplicadas à Educação) à Comissão Julgadora da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Livre-Docente Roberto Romano da Silva.

Comissão Julgadora

Robert Romano

W.D.

Paul Miller

Para Milú.

Ed una lupa, che di tutte brame
Semiava carca nella sua magrezza,
E molte genti fe' già viver grame

.....

Che venendomi incontro a poco a poco
Mi ripingeva là, dove il sol tace.

Dante, Inferno, Canto I.

Apresentação

O trabalho que segue é uma descrição das imagens produzidas pela direção do partido comunista, imagens que serviram para organizar a estrutura das escolas de quadros na década de 50, único período que uma educação formal e sistemática de militantes teve vigência nesse partido. Para o trabalho conservo o nome e a sigla que o partido utilizou no referido período, isto é; Partido Comunista do Brasil (P.C. do B.).

Início com a descrição do encontro entre o principal dirigente do partido nesse período, Luís Carlos Prestes, e um dos seus militantes mais fiéis, Gregório Bezerra. Nesse encontro, ocorrido no interior de uma prisão, já se prenunciavam de um modo preciso os futuros delineamentos da educação: persuasão, visando a obter o convencimento do militante à "linha política", e a obediência à direção do partido. A segunda parte, por sua vez, descreve, através da ótica dos dirigentes, a necessidade e a forma de como deveria se estruturar as escolas de quadros, bem como o conteúdo que deveria ser ministrado aos alunos.

A terceira e quarta partes discutem esses conteúdos e as formas da consciência militante, aproximando-as e comparando-as às formas e conteúdos abordados no pensamento de Hegel, a partir do que considero comum à experiência do partido e ao pensamento do filósofo: a concepção orgânica do Estado e da sociedade.

Para a realização deste trabalho agradeço, em primeiro lugar, ao prof. Roberto Romano em quem encontrei uma orientação segura e exigente. Agradeço aos meus pais pelo apoio de longa data; aos meus amigos Régis, Edmundo, Luiz Paulo, Marco, Emílio e Semilda pelos estímulos e paciência; e à Faculdade de Educação e ao Arquivo Edgar Leuenroth o apoio ao estudo e à pesquisa. O trabalho, em sua totalidade, foi garantido pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo).

Índice

Apresentação	6
1º Capítulo - O DIÁLOGO NA PRISÃO	
O isolamento: representação do infinito nas prisões	10
Frente Única: predomínio de uma vontade	12
Carta de Prestes: conselhos para uma nova ordem política	15
Diálogo na prisão: prenúncio da futura escola	18
Gregório Bezerra: ordem e persuasão	22
Prestes: assimetria e máscara	27
2º Capítulo - A CONSTITUIÇÃO DAS ESCOLAS	
O intervalo	38
O "Informe Zhdánov"	39
O "Manifesto de Agosto"	40
Dois "Relatórios"	48
3º Capítulo - A IMAGEM DO CORPO E O ESPELHO DA VERDADE	
O partido como organismo	64
Hegel: a dança dos membros	82
O espelho da verdade	95
O "Guia" e os "Heróis Positivos"	102
A produção do "Outro"	109
4º Capítulo - OBEDIÊNCIA E ORDEM	
Dança e ritmo	137
"Auto-crítica" e "Vigilância"	140
Conclusões	144
Bibliografia	148

19 Capítulo

O DIÁLOGO NA PRISÃO

O Isolamento: Representação do Infinito nas Prisões

Isolado e dividido. Estas eram as principais características do partido na primeira metade dos anos 40. Sua direção e seus quadros se dispersavam nas prisões de Fernando de Noronha, de Ilha Grande ou na Casa de Detenção da Frei Caneca, no Rio de Janeiro. E aqueles que permaneciam em liberdade, divergiam entre si nos tópicos centrais da ação política: o modo de proceder em relação ao Estado Novo, a forma de se reorganizarem e, por fim, a quem caberia o papel de reunificar os núcleos dispersos. A rigor, o partido não existia naquele momento, subsistindo apenas pontos isolados que negavam seu reconhecimento às pretensões dos núcleos adversários.

Desse período que se seguiu à derrota de 35 - o fracasso da "Insurreição" promovida pela Aliança Libertadora Nacional -, praticamente só restam as memórias individuais das passagens nas prisões. Graciliano Ramos, Gregório Bezerra, Agildo Barata e outros foram os artífices dessas lembranças isoladas que não se inscrevem numa história oficial do partido. Contudo, é através deles que se percebe alguns momentos essenciais do conjunto de representações dos militantes.

Inscritas nesse conjunto estão as Memórias de Bezerra (1), onde descreve minuciosamente as frenéticas atividades dos presos em Fernando de Noronha. Ali, declara o autor, sob o envoltório dos trabalhos de subsistência física, reproduziu-se a estrutura de organização do partido, porém, com outras vestes. As células, núcleos básicos na hierarquia partidária, converteram-se em frentes de trabalho, lideradas por um coletivo encarregado da plnificação das suas atividades. E o trabalho de pura subsistência foi elevado a hino coletivo, como modelo que prenunciava, para a maioria destas consciências, no aqui e agora da prisão, o futuro paraíso. Dali não se ausentaram, também, as exclusões: os julgados como inadequados a esse "organismo" eram afastados desse embrião da forma que haveria de vir, segundo a compreensão dessas consciências.

Registro complementar, mas sintomático da autopercepção das atividades espirituais, que deveria atravessar e possuir essa

vida coletiva, é dado por Agildo Barata no seu livro Vida de Um Revolucionário (2). Numa das prisões, relata o autor, os militantes reatam com uma antiga tradição religiosa: o cântico. "O ponto alto de nossas atividades artísticas era, além do teatro, os cantos corais. Às vezes, estávamos agrupados, num único presídio, várias centenas de presos políticos e, então, os nossos coros adquiriam um grande volume de voz que as abóbadas das galerias tornavam mais reboantes. (...) Era um meio de conservar elevado o moral, de não deixar que o inimigo desalmado quebrantasse nosso ânimo. O canto coral tem esta força saudável: faz bem aos pulmões e à alma" (3). O coral: registro de modulação da voz de muitos transformada numa só. Dela são excluídas as dissonâncias que poderiam comprometer sua limpidez - harmonioso desenvolvimento no tempo -, conservando sua pureza. Uma só voz contra o inimigo. Os que cantam não devem ter uma só obscuridade em suas consciências: todos reforçam sua alma cristalina no cantar junto (4). Reencontramos, aqui, nesta experiência limite, a velha metáfora da alma enquanto sopro, respiração.

Corpo e alma. Aquele, cinzelado pelo trabalho coletivo; esta, pelas harmonias da voz, também coletiva. Nessas atividades, aparentemente não relativa ao tema da educação, encontram-se, no entanto, colocados os princípios do que mais tarde constituiria o núcleo do trabalho de educação do partido. Forjar o corpo como aço (5), avesso às intempéries e contrariedades que encontrar no seu caminho; purificar a consciência de todas as impurezas que obstruam a manifestação de suas transparências eram os fins minuciosamente construídos. E aqui, os extremos se unem: a leveza da voz, elemento sutil como o vento, e a dureza do metal. Ambos reunidos na tarefa de forjar o militante paradigma do "Novo Homem". E esta forja, por sua vez, é percebida como processo eminentemente educativo, formador.

Se, até então, esses corpos e consciências espontaneamente manifestavam a esperança de uma vida coletiva harmoniosa, mais tarde esta teria de ser construída conscientemente através das escolas de quadros. Aço e cristal daí não seriam mais apenas frutos ocasionais de uma natureza desconhecida, porém, meticulosamente traçados pelo partido. A "moral" e a "ciência", qualidades inerentes ao "partido revolucionário", de acordo com essa doutrina, deveriam ser "assimiladas" pelo corpo e mente de cada um dos militantes.

Contudo, a unificação do partido, passo preliminar e necessário dessa "educação", não passou por esses corpos e vozes, embora tenha aí encontrado seu suporte. O caminho percorrido foi mais sinuoso e indireto, e o registro da harmonia no trabalho e na delicadeza do canto desloca-se para o da força e do ardil.

Frente Única: Predomínio de Uma Vontade

A mudança ocorrida no cenário da guerra com o início das derrotas do fascismo europeu, apressou o projeto de uma "Frente Única Anti Fascista", com imediatas repercussões no Brasil, em particular nos realinhamentos internos do partido comunista.

O governo soviético, nesse momento preocupado com a possibilidade de se inverterm as alianças constituídas até aquele instante (6), e querendo, no prazo mais curto, ver aberta uma segunda frente militar, supriu com garantias adicionais os termos de compromisso com os governos do Ocidente, objetivando a permanência das "forças anti-fascistas". Entre as itens de um possível acordo, mais tarde - e consagrado em Yalta e Bostdam - com a repartição das "esferas de influência" estava a dissolução da Internacional Comunista.

O fim do chamado "partido revolucionário mundial", ao qual o PC do B estava vinculado como seção nacional, deveria significar para o governo soviético o término de todas as acusações contra a "ingerência externa da União Soviética nos assuntos internos dos países membros da aliança anti-fascista" e, de uma maior importância política, o "apoio incondicional dos partidos comunistas locais aos esforços militares dos governos de seus países" (7).

Essa mudança, como se verá, repercutiu de modo direto nos alinhamentos internos do partido. Antes, porém, é necessário descrever os argumentos contidos na justificativa da dissolução, pois foram também eles que presidiram, finalmente, a sua reunificação. Apenas dois documentos constam do ato: um do "Presidium do Comitê Executivo da Internacional Comunista" e o outro, uma declaração suscinta de Stalin. O primeiro, datado de 15 de maio de

1943 (8), resume o papel histórico que cumpriu a Internacional Comunista no conjunto do movimento operário e, logo a seguir, traça as mudanças havidas na conjuntura internacional que apontavam para a sua inexorável dissolução, no entender dos signatários. Diversidade dos caminhos históricos do desenvolvimento dos diferentes países do mundo - afirma o documento -, o caráter distinto e inclusive contraditório de seus regimes sociais, (...), impuseram, também, tarefas diversas à classe operária dos distintos países", terminando por conclamar os operários de vanguarda à "mobilização das massas para acelerar a vitória sobre o inimigo" e os "partidos comunistas a concentrar suas forças para apoiar por todos os meios e participar ativamente da guerra libertadora dos povos e Estados da coalizão anti-hitleriana" (9). Contrariando o afirmativo inicial, que reconhecia a diversidade da história e regime social de cada país, o documento finaliza com uma proposição idêntica para todos, independente de seus regimes políticos: apoio incondicional dos partidos comunistas aos governos de seus países.

Stalin, na sua declaração à imprensa, foi mais enfático nesse ponto. Comentando a dissolução e o pretendido acerto dessa medida, afirmou que ela "facilita as atividades dos patriotas nos países amantes da liberdade para unir as forças progressistas de seus respectivos países, sem distinção de partidos nem credos religiosos, em um campo único de liberação nacional para desenvolver a luta contra o fascismo" (10).

Formalmente, o Presidium do Comitê Executivo ainda promoveu uma consulta às seções nacionais da Internacional sobre sua proposição, consulta que não se estendeu a todas as seções, ficando, inclusive, excluída a do Brasil. Após três semanas, o mesmo órgão deu seu veredicto final, declarando que a proposição "havia sido unanimemente aprovada" e que, "a partir de 10 de junho de 1943, ficavam dissolvidos o Comitê Executivo da Internacional Comunista, o Presidium e o Secretariado do Comitê Executivo, e a Comissão Internacional de Controle" (11).

Nesses documentos e na curta declaração de Stalin estava dada in nuce a política dos partidos comunistas nos anos posteriores, inclusive a do Brasil.

Nos extremos dessa definição expressa pelos documentos se instalaram as divergências internas, cristalizando-se em três

correntes. A primeira, defendida por Fernando Lacerda (12), transpôs o próprio ato de dissolução ao âmbito do partido, defendendo seu fim como organização partidária. Argumentava que, naquele instante, a luta principal deveria ser levada contra o inimigo comum, o fascismo, não se justificando a existência de um partido ilegal. Consequentemente, todos os matizes políticos que lutassem contra aquele inimigo deveriam "cerrar fileiras ao lado do povo e do governo Vargas, para ajudá-los a reforçar a política de participação ativa do Brasil no esmagamento total das hordas eixistas e sua miserável quinta-coluna" (13).

A segunda corrente, reunida basicamente em São Paulo, e que congregou, entre outros, Caio Prado Júnior, Mário Schoemberg, Heitor Ferreira Lima, Mendes André, reivindicava a realização de um congresso do partido, de modo a que todas as correntes pudessem se expressar e escolher uma nova direção. Em termos das definições políticas, adotou a posição dos documentos do Presidium com uma substancial diferença: no plano externo apoiava o combate ao fascismo; no interno, divergia no apoio ao Estado Novo. Tanto externa quanto internamente, afirmava, o combate deveria ser levado "contra a direita", na qual estava incluído o governo de Vargas (14).

A terceira corrente, sediada no Rio de Janeiro, autodenominada Comissão Nacional de Organização Política (CNOP), propunha uma estratégia absolutamente idêntica à dos documentos. Os principais membros dessa tendência, Maurício Grabois, Diógenes Aruda Câmara, Carlos Marighella e Giocondo Dias, em agosto de 1943, portanto um mês após o "Comunicado" final do Presidium, realizaram a II Conferência Nacional do PCB, excluindo qualquer membro das outras correntes. Asseguraram-se, desse modo, que todas as resoluções ali tomadas não fossem apenas majoritárias, mas unânicas. Elegeram um novo Comitê Central (provisório), com o cargo de secretário-geral do partido, destinado a Prestes, que naquele momento ainda se encontrava preso (15). Da Conferência resultou um documento no qual era conclamada a "União Nacional Contra o Nazi-Fascismo" e, ao mesmo tempo, negada ao governo de Vargas a definição de fascista. Ao governo, contrariamente, deveria ser dado "apoio irrestrito".

Em um pequeno documento de novembro de 1943, intitulado

"Ampliemos as Bases para a União Nacional" (16), o CNOP reafirmou as decisões da Conferência, saudando o discurso do interventor fluminense e principal carcereiro dos militantes do partido. Amaral Peixoto, no ato de fundação da "Liga de Defesa Nacional", no Estado do Rio. O interventor foi apresentado como "Comandante, propagador firme e tenaz da União Nacional", e seu discurso como "uma reafirmação clara e incisiva da brilhante posição unionista nacional que o Comandante Amaral Peixoto vem assumindo desde que o Brasil se irmanou aos povos amantes da liberdade na guerra sagrada contra os bárbaros do Eixo".

É significativo nesse processo o fato de ter se desenvolvido com uma tal rapidez. O tempo que separou a II Conferência do Comunicado de Dissolução não completou um mês. A participação restrita na Conferência e na direção que ali se formou apenas aos que comungavam das mesmas posições políticas, configurou, aliada ao fator tempo, um golpe no interior do partido.

Todavia, isso não bastou para reunificá-lo definitivamente. O grupo de São Paulo só aceitou se reintegrar em 1946. E restava um outro problema: a maior parcela dos quadros estava na prisão, e muitos de significativa expressão na história recente do partido. Como assegurar que esses se integrariam na política adotada pela II Conferência, principalmente no que concernia ao apoio do até então maior inimigo da "vanguarda revolucionária", aquele que os havia mandado torturar e os mantivera presos, Getúlio Vargas?

Carta de Prestes: Conselhos para uma Nova Ordem Política

Os traços do que se passou no interior das prisões são, ainda hoje, quase inteiramente extinto. Surgem apenas alguns indícios e, novamente, a partir das Memórias de alguns militantes (17).

Viu-se, até aqui, a trajetória mais geral do partido no início dos anos 40, em que sobressaem duas percepções do mesmo momento: a primeira, com os relatos constituídos nas prisões, privilegiando a unidade que atravessa seus corpos e espíritos. Este foi o último refúgio dessas consciências prisioneiras num espaço fechado: aí eram todos iguais, estando o inimigo claramente defi-

nido. Fora das prisões, o movimento foi o oposto. O ato de dissolução da Internacional tornou o que era opaco, insuficientemente explícito nas divisões que o partido assumiu, cristalino e irreduzível: os diversos segmentos tomaram feições políticas claras e o que se projetava, finalmente, como o início de um enfrentamento intransponível, chocando-se no interior do partido, transformou-se numa posição monolítica por meio de um ardil. O partido - na verdade uma fração deste - adotou uma posição com a exclusão das correntes adversárias, reduzidas ao silêncio.

Se fora das prisões era possível aplicar esse estratégia (18), no interior destas o problema permanecia.

A figura-chave do processo que ocorreu nas prisões foi, sem dúvida, o Secretário-Geral do partido, Luiz Carlos Prestes, também ele um prisioneiro. Isso não o impediu, contudo, de cumprir individualmente o papel mais importante na reunificação do partido e que, mais tarde, repercutiu de forma direta na campanha "Constituinte com Vargas".

Ainda em maio de 1984, Prestes lançou seu primeiro manifesto público depois de muitos anos, com uma carta intitulada Situação no Brasil e no Mundo (19). O documento, aparentemente dirigido a uma opinião pública ampla, teve dois alvos bem definidos. O primeiro, o público interno do partido, inclusive aqueles que estavam presos (20: Gregório Bezerra narra a forma com que recebeu o manifesto: "O movimento de anistia crescia dia-a-dia (...). Paralelamente, crescia também o número de golpistas contra Vargas e muito já se falava desse assunto. A maioria do coletivo (nota: direção dos presos políticos em Ilha Grande) colocou-se contra o golpe, de acordo com a opinião do Partido e do camarada Prestes. Eu, pessoalmente, achava que Getúlio devia sair pelas armas, embora estivesse plenamente de acordo com o apoio do Partido de Vargas (...). Enfim, eu era um soldado do Partido e cumpria suas decisões, depois de discutidas e aprovadas pela maioria" (21).

Os termos em que Bezerra colocou a questão são paradoxais. Sua consciência subjetiva, que pouco antes constituía uma "certeza", não só sua, mas do partido, move-se ainda de acordo com as posições anteriores à Conferência da Mantiqueira, identificando o governo como inimigo imediato do partido. Ao mesmo tempo,

submete sua vontade à do partido, configurada em Prestes. Termos absolutamente opostos que convivem na mesma frase de seu discurso.

O segundo alvo da carta de Prestes não foi tão claro e para identificá-lo é necessário seguir com seu discurso. O autor inicia sua preleção reconhecendo que, "os anseios democráticos do povo" renasciam com novo vigor depois de abafados durante anos e que, "se não fosse o forte sentimento patriótico do nosso povo e de seus líderes mais queridos, a par da clareza com que foi compreendida a necessidade de apoiar o governo, esse renascimento já teria ocasionado movimentos contra o governo de Vargas" (22). O argumento de Prestes não exclui uma crítica a esse governo: o caminho para o desastre estaria aberto caso Vargas e seu governo não produzissem substanciais modificações no seu regime. E, imediatamente, Prestes aponta o caminho para solucionar o conflito que se apresentava: "(...) se a democracia for restabelecida durante a guerra, a união nacional em torno do governo permitirá uma transição dentro da lei e da ordem até a constitucionalização definitiva do país". Do contrário, "o caos será inevitável e as insurreições mais desastradas e perigosas se sucederão, ameaçando a própria independência nacional" (23). Nessa ótica, o perigo seria duplo: a imutabilidade do regime o levaria, afinal, a governar única e exclusivamente pelo monopólio da força e, por outro lado, o renascer do movimento de massas, inevitável frente ao uso da força, conduziria à irrupção incontrollada daquele. A única alternativa para os governantes, desse modo, seria encontrar o correto manejo da administração das massas, o seu controle e o exato modo de usar a energia proveniente dessas forças elementares, harmonizando-as, numa resultante comum, com a do Estado.

Segundo Prestes, uma força contrária àqueles agitados fenômenos de irrupção da massa, levaria ao "caos". E é por este viés que se pode descortinar o papel que o partido reservava a si mesmo. Ao Estado pertenceria a administração efetiva e geral do processo de harmonização de forças; ao partido, além de "apoiar o governo" nessa tarefa, corresponderia a leitura teórica correta dos procedimentos necessários a essa estratégia. Para isso, se mo dificou o foco pelo qual o partido divisava o Estado getulista: "Ora - afirma Prestes -, uma tal república, para que possa ser instituída sem maiores choques e lutas, dentro da ordem e da lei, não poderá ser de forma alguma uma república soviética, isto é, socialista, mas capitalista, resultante da ação comum de todas as

classes sociais" (24). Desse modo, a transição do "Estado ditatorial" ao "democrático", contaria com o auxílio do partido, desde que os governantes, Vargas em particular, formasse uma idéia precisa dos perigos em que incorreriam caso não aquiescessem a essa estratégia. E Prestes, personificando o partido, articulou o sentido mais genérico dessa transição, apontando as fraquezas de tal Estado, bem como o caminho para remediar os perigos e reencontrar seus princípios de força (25).

Diálogo na Prisão: Prenúncio da Futura Escola

O capítulo seguinte, o da reunificação, se desenrolou no interior do cárcere. É precisamente nesta experiência vital e discursiva que reside o maior número de elementos semânticos, estratégicos para o meu propósito de analisar o tema de educação.

Até aquele momento, o processo deu-se à margem do partido, ou, quando muito, importantes setores deste foram marginalizados em proveito da Comissão Nacional de Organização Provisória, a CNOP. Os membros desta Comissão, que se auto-denominou "Comitê Central Provisório", eram figuras relativamente inexpressivas no conjunto do partido. Os líderes mais importantes estavam presos e sobre estes recaíram as maiores preocupações (26), pois com seu apoio estaria garantida a ascendência da nova direção sobre o partido. Seria este o papel de Prestes: convencê-los.

Agildo Barata explicita nas suas memórias a faceta pela qual era percebido aquele sobre quem recaiu a tarefa de persuadir seus companheiros de prisão, Luiz Carlos Prestes. Diz Barata: "A figura do antigo líder tenentista, do prisioneiro altivo, do viúvo cuja esposa fora mandada para os campos de concentração (...), tudo isso tornavam Prestes o alvo de minha mais imensa admiração e do meu devotamento sem limites" (27). A imagem do líder preso teve uma importância fundamental, pois foi através dela que Prestes conseguiu trazer para perto de si os militantes que lhe interessava convencer.

Há dois registros explícitos entre aqueles que passaram pela cela de Prestes, na Casa de Detenção da Frei Caneca, nos pri

meiros meses de 1945. São os de Agildo Barata e de Gregório Bezerra, e embora as descrições do encontro sejam do mesmo teor, a segunda é mais importante por ser de um militante que não pertenceu aos quadros da direção central do partido e manteve-se fiel e con-
victo das suas opções até o final de sua vida (28).

O autor das Memórias inicia seu relato com o depoimento do chefe de polícia da Casa de Detenção: "Mandei requisitá-lo para fazer companhia a Prestes, que está recebendo visitas de amigos e de pessoas bem intencionadas (...). Como você é um ex-militar e de absoluta confiança de seus companheiros, escolho-o para ficar alguns dias com Prestes, até que o governo assine o decreto de anistia" (29). Esse testemunho revela que o número de militantes foi maior do que os dois citados, podendo-se supor que ao menos os quadros mais importantes do partido transitaram por essa cela.

A descrição do encontro, resumidamente, é como segue : "Pedi-me informações sobre a nossa vida na Ilha Grande e sobre as divergências no coletivo acerca do apoio ao governo Vargas. Procurei transmitir-lhe o que sabia, com toda a fidelidade, manifestando, inclusive, o meu rancor contra Getúlio e seu governo. Prestes, em poucas palavras, convenceu-me da justeza do apoio a Vargas, na luta contra o nazi-nipo-fascismo, e da União Nacional em torno de Getúlio, para uma participação mais substancial na guerra e na luta contra a quinta-coluna (...). Um dos argumentos de Prestes sobre Getúlio foi mais ou menos o seguinte:

"(...). Todos nós ainda sofremos as conseqüências da tirania deste governo que está aí. Tudo isto é verdade. Mas a verdade é, também, que os que hoje querem derrubar Vargas, ontem o apoiavam (...). Ontem apoiavam Vargas porque ele marchava com o fascismo, hoje querem derrubá-lo porque ele marcha para a democracia com as Nações Unidas, ao lado da União Soviética. Então, e agora que devemos apoiá-lo (...)" (30:

Ao final, Bezerra conclui: "Prestes tinha razão" (31).

O testemunho é conciso. Nele não faltam nem os objetivos do encontro, tampouco seu resultado. Igualmente, não se oculta o papel de cada um dos interlocutores e as posições que ocupam.

O diálogo, pode-se objetar, está ausente, com exceção das econômicas palavras do secretário-geral. Essa ausência, contudo, é mais expressiva do que o possível conteúdo das declarações ali efetuadas.

O lugar do encontro, nesse caso, é fundamental. Embora determinado por circunstâncias que não as da vontade própria do partido, o local concentra traços essenciais do poder e daquele que o detém. No presente caso, apenas se acrescenta mais uma qualidade, reveladora do momento vivido pelo partido: seu isolamento em relação àqueles que tencionava direcionar, as massas (32). Mas como um signo invertido, a prisão preserva os sinais de que se reveste o poder.

Em primeiro lugar, determina o espaço à sua volta, controlando - impondo, é o termo mais correto - o acesso de qualquer indivíduo. Somente aos escolhidos será permitida a aproximação, e isso no momento e pelo tempo que o poderoso determinar. Desse modo, no próprio espaço à sua volta se expressa seu domínio sobre os indivíduos. O poderoso preserva, inversamente, seu corpo dos olhares de todos, fazendo com que seus movimentos e gestos não possam ser conhecidos, mas apenas supostos, enquanto que ele sabe os de todos os outros (33).

Pode-se objetar que Prestes estava numa prisão e esta não havia perdido seu caráter restritivo. Contudo, naquele momento, Prestes escolheu quem deveria visitá-lo e qual o tempo necessário para o sucesso da visita. A restrição apenas mudou de sentido: não foram mais as grades que determinaram as limitações de Prestes, mas este as utilizou para impor as suas. Alguns anos mais tarde, os dois movimentos apontados acima foram cristalinos. Após a cassação do seu registro, novamente o partido viu-se colocado na ilegalidade e seus dirigentes e quadros, nestas circunstâncias, foram compelidos a ter uma vida clandestina, onde o espaço e o movimento dos corpos estavam rigidamente determinados (34).

Nessa ocasião, Prestes levou ao paroxismo a clandestinidade. Isolou-se do próprio partido e somente permitiu o acesso a si de alguns poucos membros do Comitê Central, os únicos que conheciam os locais onde se refugiou durante um período de dez anos (35). Nesse tempo, de 1948 a 1957, acrescentaram-se outros dois

processos à forma de domínio do núcleo dirigente sobre o conjunto dos militantes. A separação e o isolamento no convívio com os membros do partido possibilitou ao núcleo efetuar uma lenta e constante mudança na percepção da natureza física do seu principal quadro, Prestes. Este já não era apenas o "antigo líder tenentista", alvo de admiração e devotamento, mas um ser de qualidade peculiar, de uma "natureza superior", o "guia". Num pequeno artigo de 1950, Jacob Gorender recria os momentos vividos na prisão pelo líder, já evidenciando a existência daquele natureza ideal e superior: "Prestes na prisão, sem comunicação direta com o mundo e dele recebendo apenas ecos esparsos, é um exemplo de bolchevique , do marxista que, mesmo isolado, sabe interpretar cientificamente os acontecimentos" (36).

Todavia, Prestes se constituía numa imagem sem corpo que a formasse. Imagem de um corpo invisível a qualquer um e, ao mesmo tempo, presente instantaneamente em todas as consciências . Seus escritos, profícuos na época, e sempre na forma de "informes políticos" dirigidos ao Comitê Central, eram ordens que deveriam se expandir na velocidade do raio, através dos jornais e revistas do partido. A ausência do corpo era substituída por um poder maior: a presença absoluta de seus juízos, de sua "linha política" , da "crítica e auto-crítica dos desvios de esquerda e direita", do "inimigo externo", dos "inimigos infiltrados". Enumeração quase infinita de temas que deveriam, forçosamente, adentrar em todas as consciências empíricas, sob o risco da perda de pureza de cada uma e sua queda no desvio, sinônimo de morte.

A prisão já havia antecipado alguns traços do que mais tarde seria a norma da relação entre dirigentes e dirigidos no interior do partido e, particularmente, nas escolas.

Se o lugar do encontro ocupou essa importância, revelando o isolamento dos interlocutores e o controle do espaço de um sobre todos, a posição e o papel de cada um deles não são dados secundários, mas complementam aquelas determinações e prenunciam um outro controle, o do tempo.

Gregório Bezerra: Ordem e Persuasão

O objetivo do encontro foi claro, embora para cada um tenha se revestido de significados diversos. Para Bezerra, tratava-se de reunificar o partido, admitindo o papel central de Prestes nesse processo. Para este, contudo, o encontro não se resumia a uma unidade qualquer, mas visava obtê-la simultaneamente com o reconhecimento de uma "linha política" precisa, bem como daqueles que ao partido deveriam dirigir. E nessa evolução se precisou o papel ativo do secretário-geral e, inversamente, a passividade de Bezerra.

Os trechos de suas Memórias selecionados até aqui permitem identificar um duplo processo por que passou Bezerra, até sua aceitação completa da "linha política" e dos novos dirigentes do partido. Essa duplicidade não o torna um processo de formas excludentes, mas elas coexistem de modo contínuo; apenas, em momentos distintos, é dado um peso maior a uma em detrimento da outra.

A primeira forma é o movimento da consciência de Bezerra, que se estende por três fases distintas. Sua primeira aparição, tal como a estou considerando, deu-se no interior da prisão. Ali, cada consciência singular se julgava plenamente unida às outras em sua volta, efetivando, no aqui e agora da prisão, o ideal último a que convergia a ação do partido: uma sociedade sem divisões, inteiramente transparente aos seus membros. Cada um, através do trabalho que lhe era destinado, reconhecia em si e nos outros a "verdade" das afirmações do partido sobre o desenrolar da história. O fim, neste ideário, é alcançável e, mais que isso, deve ser alcançado, pois ele encontra sua expressão afetiva nesse agora, nesse nós cristalino e que basta a si mesmo. Esse "nós" é a prova imediata dessa "verdade". Aí, o "nós" tem uma relação imediata consigo mesmo: ele afirma uma finalidade no movimento histórico e encontra em si mesmo a confirmação da existência real e não puramente ideal do movimento. Assim, na transparência desse conjunto de consciências singulares, cada uma se vê pertencendo a um todo maior, que não é o resultado de uma soma, mas de um todo vivo existindo plenamente. Ao mesmo tempo, ela se percebe, ainda, como consciência particular, pois dela são excluídos aqueles que não atingiram o mesmo grau de transparência, que não participam

com o mesmo entusiasmo das "frentes de trabalho" e não possuem a mesma maturidade para visualizar a dissolução completa das divisões do "organismo" social. Essa, contudo, seria - para a consciência que se concebe nesse "nós" - uma questão de tempo, pois os excluídos acabariam, por desaparecer, dada a sua "inviabilidade" no momento da história. Hoje, sua subtração, naquele momento preciso, não altera o resultado da reunião dos membros e daí que esta não seja, simplesmente, uma soma. Enfim, essas consciências singulares poderão repetir indefinidamente seu movimento, pois ele é a expressão efetiva da "verdade histórica" realizada no hic e nunc. É a "consciência imutável" do partido, exteriorização e intérprete da história (37).

É inquietante para nós, que hoje analisamos esta prática, perceber que naquele momento as consciências partidárias, auto-concebidas como em absoluto repouso, esquecessem a dimensão efetiva desse aqui e agora. O "aqui" foi apenas o interior da prisão, exterioridade completa do lugar onde deveria se efetivar a ação política do partido. O "agora", por sua vez, foi extemporâneo ao tempo efetivo da sociedade brasileira, naquele momento voltada para um intenso processo de industrialização, isto é, segundo os próprios princípios dessa doutrina política, intensificando suas divisões internas.

O segundo momento deu-se ao surgir a nova "linha política", oposta àquela à qual acreditava estar unida de modo imutável. Agora o seu próprio carcereiro assume um valor oposto. Getúlio Vargas lhe é apresentado como aliado estratégico e não mais como inimigo mortal. A irrupção das forças sociais, antes ansiosamente esperada, é percebida com temor. O interior da prisão passa a ser prova da incapacidade daquelas consciências singulares e não mais lugar da efetivação da igualdade. A harmonia temporal é substituída por sua busca, dado que "novos inimigos", com suas ações de divisão e enfraquecimento contra a "transição da ditadura à democracia", são vislumbrados. Nesse momento, essa consciência divide-se em duas e percebe-se como sendo dupla: "Eu, pessoalmente, achava que Getúlio devia sair pelas armas, embora estive-se plenamente de acordo com o apoio do Partido de Vargas", diz Bezerra.

Tensão extrema onde convivem duas consciências opostas numa só unidade, numa mesma consciência singular. Aqui não é o con

teúdo de uma ou outra o que mais importa, mas a forma, o modo como cada uma é percebida por si, e que por fim determinará sua passagem a uma outra. Assim, em primeiro lugar, ela se percebe - e é - uma divisão de si mesma entre dois conteúdos antagônicos. Em segundo lugar, ela se percebe como uma outra divisão, mais importante que a primeira: para si ela "é" somente com o partido. Logo, o "eu" que concebe a idéia de que "Getúlio deveria sair pelas armas", é a consciência que se vê contra o partido, isto é, se vê exatamente como consciência singular, "inessencial", se comparada à outra. Esta, por sua vez, é percebida como expressão da "maioria", maioria que interpreta corretamente o sentido da história. Como consciência singular ela se vê sendo apenas uma, e esta uma, finalmente, ocupando o lugar do erro (38).

Essa consciência singular se percebe, também, com consciência do partido, isto é, ela o será na medida em que proceder ao abandono do que ela julga ser "inessencial", quando se liberar de si mesma, de sua singularidade. Só então ela poderá unir-se, imediatamente, ao que ela julga ser a consciência "essencial". Desse modo, ela adquire novamente os contornos do que ela recebe como efetivo e do que é necessariamente verdadeiro. De exterior a si, a outra consciência passa a ser internalizada num movimento de purificação de si mesma.

Finalmente, a unidade da consciência singular consigo mesma significa o abandono de seu próprio momento anterior - a divisão interna - percebido por ela como "negativo" e "exterior", expressão inevitável do "erro" e "desvio" de si própria. Ao final do encontro com Prestes, Bezerra afirma, reconciliando consigo mesmo e com o partido: "Prestes, em poucas palavras, convenceu-se da justeza do apoio de Vargas". E no momento de escrever suas Memórias, como a aceitar suas várias mudanças posteriores e do aceito destas, dirá: "Prestes tinha razão".

Leôncio Basbaum relata nas suas Memórias uma passagem coletiva da consciência "inessencial" à "essencial", já na forma metódica da "autocrítica", ao se realizar a primeira reunião do "Comitê Nacional" (comitê central) após a legalização do partido, em 1945: "O que se seguiu depois disso - o que devia ser uma autocrítica - foi uma cena de autoflagelação jamais vista, pelo menos por mim. Os camaradas acusados pelas críticas, quase todos ,

acusaram a si próprios de todos os defeitos que um homem pode ter, de inclinações pequeno-burguesas (...). Era impressionante a forma pela qual cada um dos que se autoflagelavam, fazia questão de parecer mais culpado e mais criminoso que outro. Acreditavam que, assim fazendo, pareceriam mais comunistas do que os outros" (39).

A segunda forma desse processo de busca e encontro da "verdade" remete ao passado individual de Bezerra e corresponde a uma recriação no interior do partido, de um mecanismo plenamente desenvolvido numa outra instituição. Trata-se da "ordem". No presente caso, ela surge quando o movimento da consciência singular ainda não se completou. Ela ainda está dividida e não há, para aqueles que esperam seu retorno à consciência "essencial", nenhuma garantia de que o faça; ela pode permanecer exatamente como consciência singular, isto é, "inessencial para si e para o partido. Os mesmos que esperam, por fim, proferem suas ordens, revelando o caráter mais íntimo e secreto de sua relação com os militantes. "Enfim, eu era um soldado do Partido e cumpria suas decisões" , diz Bezerra, no exato momento em que recebe a ordem de alinhar-se ao partido, no instante mesmo da mais aguda divisão de sua consciência. O sentido imediato da ordem é apressar aquela evolução da tendência ao alinhamento. Todavia, a ordem não se resume a essa variação quantitativa. Ela adentra mais profundamente, significa algo mais duro do que uma simples mudança na aceleração do movimento da consciência.

Não é acidental a escolha do termo em que autodefine sua inserção no partido. Bezerra vê a si mesmo como um "soldado", e como tal cumpria ordens. No pretérito, antes da insurreição de 35, ele pertencia efetivamente ao exército, e o discurso do partido, posteriormente, deve ressoar como um eco ampliado de suas primeiras ordens (40).

É suficiente notar, aqui, a forma particular da instituição da ordem no Partido Comunista. Sobre cada militante pairava uma ameaça que só tem sentido agudo e intenso para aquele que se localiza no seu interior. Para esse indivíduo a ameaça é percebida de modo claro, aproximando-se da origem remota da ordem, a ameaça de morte. Aqui ela se transfigura numa morte simbólica onde a recusa da ordem significa o risco de sua expulsão do partido, sua exclusão da consciência "imutável" e a queda no "desvio": pe-

na eterna de ser apenas consciência singular, "inessencial", momento morto do todo.

Bezerra, ao ingressar no partido, já conhecia no seu íntimo o mecanismo da ordem, assim como muitos outros com a mesma origem militar. A maioria, porém, dos militantes o desconhecia nesse grau de pureza. Não é casual que na criação das escolas de quadros os "cursos básicos" dirigidos à massa de militantes tenham se preocupado fundamentalmente em criar as condições de assimilação do programa do partido. Este constitui uma forma de percepção do real, mas também e, principalmente, uma concentração absoluta da ordem. Nele, cada sentença é uma ordem a ser assimilada e prontamente executada pelo militante, excluindo-se toda e qualquer reflexão daquele que a recebe. É justamente para estes militantes - ignorantes da natureza e do significado da ordem - que foram criadas as escolas de quadros.

Assim, do ponto de vista de Bezerra, o encontro com Prestes significou o termo de seu processo de "educação", sua volta ao âmbito da consciência do partido, processo no qual se cruzam o movimento da consciência singular e a espera de ordens. Sob este aspecto, o encontro é um marco a mais na espera de uma nova palavra de ordem. O paroxismo dessa situação é, finalmente, a espera permanente, o ponto de onde surge "o tipo de crente-soldado para o qual a batalha é a expressão mais exata da vida; batalha na qual ena não sente medo, porque afinal sente-se dentro dela o tempo todo" (41).

A escola na década de 50 encarregou-se de criar massivamente esses "crentes-soldados", fixando a imagem transformada do corpo do militante em "aço forjado", imagem agora nada metafórica. Ao contrário, se se perceber o número de "agulhões" depositados no corpo de cada um pelo infinito número de ordens e pela infinidade de sua repetição, o "corpo de aço" pouco possui de paradoxal: se aproximará a cada nova ordem da figura "angulosa" do soldado.

E, finalmente, um outro aspecto se afigura no relato, aspecto que permite identificar a existência de uma correlação entre o movimento da consciência e a ordem, não se resumindo em seu contato exterior. Bezerra, no seu aceite da nova linha política, apontou o partido como emissor da ordem e não este ou aquele indi

víduo. Assim, para si, este é o fator fundamental que, por fim , recobre a emissão e a origem da ordem, deslocando para o partido de um modo genérico e o conteúdo da ordem o significado mais profundo dessa experiência, de sua origem e emissão ser determinável. Afinal, para si, não é uma ordem o que simplesmente recebeu, mas um programa que nada menos é do que a expressão da verdade do movimento histórico, através da mais elevada manifestação dessa história, o partido.

Ao mesmo tempo que ocorre o deslocamento da ordem para seu conteúdo e o significado deste, o centro de onde aquela emergiu apaga seu contorno preciso e invade o espaço mais próximo , não é um indivíduo, nem um grupo que a emite, mas o partido, isto é, a totalidade dos indivíduos. Desse modo, o centro emissor deixa de ser imediatamente reconhecido, interpondo-se uma série de mediações que terminam por apagar seu registro como uma instância de poder interna ao partido. Na aparência, assim como o simples militante o é, o centro também é "nós", receptáculo da verdade histórica. Com isso, a hierarquia existente entre o mandatário e o receptor da ordem, aqui um fator constitutivo básico, converte-se numa fictícia igualdade onde a consciência apta a receber as no-as ordens poderá sempre repetir: "Somos todos iguais".

Prestes: Assimetria e Máscara

A posição de L. C. Prestes - não a que se afigura na consciência de Bezerra, mas a que define de modo efetivo o espaço da interlocução - é totalmente assimétrica em relação a seu "comandado". L. C. Prestes é quem define a este, bem como o lugar e o tempo da interlocução.

Essa não é a única assimetria. No diálogo há uma nítida divisão de papéis, cabendo a Bezerra somente as respostas, e a Prestes, as perguntas. O relato de Bezerra é, mais uma vez, claro, inclusive nesse ponto: todas as informações solicitadas foram respondidas, até mais importante, sua discordância com o apoio do partido a Vargas, foco gerador de divergências no coletivo da prisão. Ao mesmo tempo, não há contrapartida no diálogo: Bezerra nada pergunta a Prestes. Este, afinal, decide o que dizer àquele. A

tê esse momento, o diálogo assume a feição de um interrogatório . A cada pergunta corresponde uma resposta precisa, que deve satisfazer ao interrogador, fornecendo-lhe uma informação exaustiva e esclarecedora "a tudo que o outro procura" (42).

A contrapartida ao acúmulo de informações fornecidas é o silêncio de Prestes, o ocultamento de toda e qualquer informação sobre a natureza do encontro, a realização de outros encontros semelhantes e o seu significado na conjuntura do partido. So mente é-lhe dito a necessidade de aceitar a nova "linha política" e nada lhe é confiado sobre a reunificação do partido, qual o ritmo desta e, principalmente, quem a determina e com quais meios.

A separação que Prestes realiza entre o que deve ser ocultado e o que deve ser revelado corresponde à divisão entre exterior e interior. A assimetria entre os dois interlocutores é flagrante: de um parte a ordem, o outro a recebe; a um cabe a pergunta, ao outro, a resposta; um tem o poder, o outro, a espera de sua manifestação. Pois é esta assimetria básica que se oculta e, em seu lugar, põe-se uma igualdade fictícia: "Todos nós ainda sofremos", diz Prestes a Bezerra. O exterior de Prestes apresenta-se como uma face polida, igual; seu interior, no entanto, resguarda a perfeita assimetria entre ele e Bezerra. O exterior permite a comunhão aparente no coletivo; do interior parte a ordem, dura, rígida e hierarquizante. A representação deste poderoso distanciamento entre o exterior e o interior alcança "sua perfição máxima na máscara" (43), que deve apenas expressar o exterior-igual e ocultar o interior-assimétrico. "O amigável-inofensivo está fora, o hostil-mortal está dentro", completa Canetti.

O diálogo, ou melhor, sua ausência, concentra de modo exemplar a estrutura da futura escola de quadros: o movimento das consciências, a importância da ordem, alcançaram o estágio de um trabalho metódico, onde os resultados são previstos de antemão e tudo o que, na aparência ou realidade, surge como obstáculo ao objetivo da direção, é preso nessa teia cuja tendência expansiva é infinita. Mesmo os que se julgaram livres dessa rede minuciosamente construída, depois de passarem por ela não deixaram de se ajuizar, no mesmo ato, como consciências "mutáveis", "inessenciais" . Ou, então, passaram a se perceber como o novo centro imutável, emitindo ordens e dominando outras consciências (44). Daí a impor-

tância de perceber, não apenas a forma mentis dos que recebem o a destramento militante e a ordem, mas também, a dos que geram (e gerem) tais práticas.

NOTAS

- (1) - Bezerra, G. Memórias, Ed. Civilização Brasileira, R.J. , 1979, 2a. ed., vol. I.
- (2) - Barata, A. Vida de Um Revolucionário (Memórias), Ed. Alfa-Omega, S.P., 1978, 2a. ed.
- (3) - Barata, A. id., p. 313.
- (4) - Concanere, cantar junto do coral religioso, onde as vozes se harmonizam entre si seguindo a ordem cosmológica do universo. O coro, nessa representação, é uma tradução da ordem universal e seu sentido político-teológico é transparente: nesse mundo deve reinar a harmonia universal através da união das vozes e de sua hierarquização no canto. O sentido cosmológico é, nessa tradição, dado por Agostinho: "O mundo como canto é um pensamento agostiniano!" Carmen universitatis ("O Poema do Universo") é um conceito de especulação matemático-musical de Agostinho (...). Esta imagem agostiniana foi adotada por Boaventura: Divinae autem dispositioni placuit, mundum quasi carmen pulcherrinum quodam discursu temporum venustare ("Agradou, pois, à vontade divina, embelezar o mundo, depois de decorrido algum tempo como um canto belíssimo"), in: Curtius, E.R. Literatura Européia e Idade Média Latina (tradução de Teodoro Cabral) , Instituto Nacional do Livro - MEC, 1957, 1a. ed., p. 592 . Embora não haja um vínculo direto entre essa cosmologia e a doutrina aqui analisada é inegável que a preocupação desta última, ao desenvolver a forma musical, retoma pontos essenciais daquela: o cantar junto, a harmonia e a figuração, através do canto, de uma ordem maior - ordem cosmológica e reflexa de uma ordem transcendente, num caso; ordem político-social noutro.
- (5) - O tema da produção do corpo não foi exclusivo desse ideário. Na conjuntura daqueles anos e num campo oposto ao que estou tratando, os teóricos do "Estado Novo" idealizaram uma recriação coletiva dos corpos dos trabalhadores, através da "moralização do corpo pelo exercício físico; o aprimoramento eugênico incorporado à raça; a ação do Estado sobre o preparo físico e suas repercussões no mundo do trabalho", in: Lenharo, Alcir. Corpo e Alma: Mutações Sombrias do Poder no Brasil dos Anos 30 e 40, tese de doutorado, Departamento de História da FFLCH-USP, 1985, p. 181 (mimeo).

- (6) - Claudín, F. La Crisis del Movimiento Comunista (de la ko - minintern al kominform), ed. Ruedo Ibérico, 1970, Tomo I, 1º Capítulo. O autor descreve a possibilidade do governo soviético, com o avanço de sua força militar, passar a se preocupar com uma possível ruptura da aliança com os governos ocidentais. Estes, no entender daquele governo, veriam como perigo maior o aumento da força soviética, interrompendo, em consequência, a ajuda militar e retardando ao máximo a abertura de uma segunda frente na guerra. Esse cálculo, ainda segundo o autor, é que estaria na base do ato de dissolução da Internacional.
- (7) - Claudín, F. id. Sobre o significado da dissolução no âmbito da "teoria revolucionária", remete para o próprio livro citado. O meu interesse recai sobre o universo de representações e sua estruturação das consciências militantes e não o de esboçar um juízo crítico sobre o conteúdo pretendido como "revolucionário" ou "reformista" das variantes dessa doutrina política.
- (8) - "Resolução do Presidium do C. Ex. da IC", in: Claudín, F. op. cit., pp. 564-566.
- (9) - Id., pp. 565-566.
- (10) - Stalin, J. "Resposta ao correspondente da agência Reuter, de Moscou, de 28 de maio de 1943", in: id., p. 568 (grifos meus).
- (11) - "Comunicado do Presidium do Comitê Executivo da IC", in: ib., p. 567.
- (12) - Carone, E. O PCB (1943 a 1964), Difel, S.P., 1982, vol. II, p. 2. Sobre o mesmo tema há referências em Leôncio Basbaum, Uma Vida em Seis Tempos (Memórias), ed. Alfa-Ômega, S.P., 1976, p. 178; H. Ferreira Lima: Caminhos Percorridos (Memórias de Militância), ed. Braziliense, S.P. 1982, pp. 275-276; VV.AA: PCB - 1922-1982 (Memória Fotográfica), ed. Braziliense, S.P., 1982, pp. 68-70.
- (13) - Lacerda, F., in: Diretrizes, 27.05.43, cit. por E. Carone, op. cit., p. 2.
- (14) - Ferreira Lima, H. Op. cit., pp. 275-276. Esse trecho contém um pequeno resumo das divergências do grupo de São Paulo - mais tarde denominado "Comitê de Ação" - com Prestes e o grupo do Rio de Janeiro. Também Leôncio Basbaum forne-

ce algumas indicações sobre os grupos de S.P. e R.J., in: op. cit., p. 178.

- (15) - Carone, E. op. cit., p. 4. Os membros eleitos foram: Mário Alves, Arruda Câmara, Maurício Grabois, Amarílio Vasconcelos, João Amazonas, Pedro Pomar, Ivan Ramos, Álvaro Ventura. Desse comitê central ficaram excluídos todos os nomes das direções anteriores, e em 1946 esse mesmo comitê é praticamente, na sua totalidade, referendado pela III Conferência Nacional, incluindo-se, ainda, o nome de Carlos Marighella, que depois viria a dirigir os primeiros números da Revista Problemas.
- (16) - "Ampliemos as bases para a União Nacional", in: Carone, E., op. cit., pp. 13-14.
- (17) - Até hoje não há uma memória oficial do partido e por paradoxal que possa parecer, o partido está impedido de narrá-la. O que há são muitas histórias de acordo com o período que se analise, pois a cada mudança de programa político, o partido é obrigado a modificar a sua própria história. A paga ou concebe outro sentido aos fatos passados e que são considerados inconvenientes no momento em que a história foi escrita. Desse modo, alguns traços importantes são apenas retidos por lembranças individuais nas memórias. Assim, não é somente a ação política do partido que foi clandestina, mas a sua própria auto-consciência foi - e é - projetada nas sombras, também clandestina.
- (18) - Nos livros de memórias, e naturalmente, nos relatos oficiais, não há um só questionamento sobre a legitimidade da II Conferência Nacional, também conhecida como Conferência da Mantiqueira. O álbum de propaganda PCB: 1922-1982, dá a exata medida do tom de reconhecimento que o partido empresta àquela reunião: "A conferência da Mantiqueira (...), realizada no Rio de Janeiro, em agosto de 1943, marca a reorganização do PCB depois dos golpes sofridos até 1941", p. 69 (grifos meus).
- (19) - "Luiz Carlos Prestes e a Situação no Brasil e no Mundo", in: Carone, E. Op. cit., pp. 21-25. A carta foi publicada na edição de "O Globo", de 15.03.45.
- (20) - Todos os relatos são unânimes nesse ponto: após as prisões e torturas, os militantes, reunidos em grande número nos

presídios, imediatamente iniciaram um processo de organização interna, e um dos primeiros problemas solucionados foi o da comunicação com o exterior. A esse respeito, ver particularmente as obras citadas de Agildo Barata e Gregório Bezerra, nos capítulos referentes à vida nas prisões, respectivamente Capítulos X e XI a XIV, do volume I.

- (21) - Bezerra, G. Op. cit., p. 307 (grifos meus).
- (22) - "A Situação no Brasil e no Mundo", in: Carone, E. Op. cit., p. 21.
- (23) - Id., p. 21 (grifos meus).
- (24) - Ib., p. 22.
- (25) - Sobre a proximidade das proposições de Vargas e Prestes , no tocante ao problema da transição política e o relacionamento do Estado com a classe operária, remeto para a tese de mestrado de Patrícia Piozzi, O Ato Livre, FFLCH-USP , 1983, (mimeo), particularmente o capítulo "Prestes e Vargas".
- (26) - Em 1935, na denominada "insurreição armada", nem todas as seções estaduais do partido apoiaram a tentativa de levante. Se auto-excluiu a seção de São Paulo, contando como maiores críticos ao programa de insurreição, Heitor Ferreira Lima e Cristiano Cordeiro. A repressão do governo Vargas se fez mais violenta nos Estados onde aquele se concretizou, prendendo seus principais líderes: Prestes e a assessoria da IC nas figuras de Rodolfo Ghioldi, Arthur Ewert e Leon Jules Vallée; o secretário-Geral do Partido, Antonio Macial Bonfim; o Secretário do partido no Nordeste , Caetano Machado e outros, como Gregório Bezerra, Agildo Barata, Silo Meirelles, Ivan Ribeiro, etc. A esse respeito , ver: PCB - 1922-1982, pp. 36-60.
- (27) - Barata, A. Op. cit., p. 321.
- (28) - Agildo Barata, ao contrário de Bezerra, ocupou, nos anos de 1950, um importante cargo, organizando as finanças do partido, no Rio e em São Paulo, até sua demissão do comitê central e do partido, em maio de 1957, in: op. cit., p. 352.
- (29) - Bezerra, G. Op. cit., p. 309.
- (30) - Prestes, depois de proferir estas palavras no cárcere, num

documento de agosto de 1945, revê a política adotada pelo partido naquele período. No documento, o secretário-geral assinala o papel fundamental da "Conferência Nacional" na reorganização do partido e nas suas definições políticas quanto ao "caráter da guerra", "sobre o governo de Vargas" e a ação da "quinta-coluna, que tudo fazia para desunir e lançar o povo contra o governo". É no registro da autocrítica que Prestes relativiza essas posições, as mesmas consideradas como de valor absoluto quando tomadas em 1943 : "Acertando no fundamental, não soube, no entanto, a Conferência assinalar que a luta pela guerra era inseparável da luta pela democracia no país, e adotada, de maneira um tanto esquemática, a política de apoio ao governo, não soube mostrar ao partido e ao próprio governo o quanto seria este reforçado e o quanto seria mais sólida a união nacional, à medida que fossem dados passos no sentido da democracia" Prestes. "Os Comunistas na luta pela Democracia", in: Carone, E. Op. cit., p. 51, (grifos meus). O essencial é perceber o movimento de Prestes após o novo giro político: se as resoluções políticas da II Conferência eram expressão da verdade histórica, como pretendia a direção, adquirindo, assim, um valor absoluto e inquestionável, e se a luta pela democracia, que sucedeu àquela política também o era, e do mesmo modo afirmado pela direção, como é possível conciliar essas duas verdades absolutas e antagônicas? O artifício de Prestes foi o de rever com suspeita a primeira delas até a sua qualificação como produto do erro, de uma incompreensão da "ciência marxista". Desse modo, o então secretário-geral resguardava o caráter absoluto da nova política e executava, ao mesmo tempo, outro movimento: antecipava-se a qualquer crítica que pudesse surgir e reafirmava sua posição de "guia".

(31) - Bezerra, G. Op. cit., p. 310 (grifos meus).

(32) - Essa característica perdurou durante todo o período aqui analisado. Mesmo na curta legalidade que o partido obteve com a "redemocratização" de 45 a 47, continuou existindo a dificuldade em transpor seus próprios limites. Nesse sentido, é revelador o testemunho de Leôncio Basbaum sobre a cassação de registro do partido pelo Supremo Tribunal Federal, em 07 de maio de 1947: "Como foi possível - questiona o autor - fechar o partido de maneira tão fácil, sem um

gesto sequer de reação por parte dos comunistas, dos seus milhares de membros e simpatizantes, que nessa época havia atingido o auge do seu crescimento, com quase duzentos mil membros (...)?"

"Como dissemos, o partido apelou para o STF, mas perdeu por três a dois. No mesmo dia, o STF mandou um oficial de Justiça lacrar a sede. E com isso, foi fechado um partido revolucionário de duzentos mil membros. Sem um protesto" . Op. cit., pp. 201-202. Sobre o mesmo acontecimento, ver: Cavalcanti, P. O caso eu conto, como o caso foi, S.P., Alfa-Ômega, 2a. ed., 1978, p. 218.

- (33) - A esse respeito a literatura política é fluente em exemplos. Herodoto, em sua História, descreve a constituição do poder real entre os medos, ressaltando dois aspectos: o controle do espaço geográfico, como forma de domínio sobre os corpos dos súditos e a transmutação da natureza física do soberano. Diz Herodoto: "Eles propuseram imediatamente que se escolhesse um rei; todos os homens sugeriram o nome de Deioces, tecendo-lhe elogios, e então concordaram que ele seria o rei. Deioces lhes deu ordens para construir uma casa digna de sua condição de rei e para lhes darem uma guarda pessoal (...). Senhor do poder, ele compeliu os medos a construir uma cidade única e abandonar todas as outras. Os medos lhe obedeceram também nisso, e construíram a cidade (...), cujas fortificações são (...) constituídas de muralhas em círculos concêntricos (...)" .
- "Deioces construiu essas muralhas para si mesmo (...) e o resto do povo deveria instalar-se em torno das muralhas . Quando tudo estava construído, foi Deioces quem primeiro instituiu a regra segundo a qual ninguém deveria vir diretamente à presença do rei; tudo deveria ser tratado através de mensageiros, o rei não deveria ser visto por homem algum (...). Ele cuidava de proteger-se com todas essas formalidades para evitar que seus antigos companheiros , criados juntamente com ele, de estirpe tão boa quanto a dele, e iguais a ele quanto ao mérito, se ressentissem ao vê-lo predispondo-se a conspirar contra ele; sem vê-lo, eles o julgariam um ser de natureza diferente". História, L. 1, capítulos 98-99, Ed. UnB, 1a. ed., 1985, p. 72. A construção do palácio é exemplar. Sua forma especializa a própria natureza do poder: anéis fechados cada vez mais concentra-

dos. Cada círculo é um obstáculo crescente ao surgimento de uma massa. Sobre o tema do espaço e do acesso ao poderoso, ver E. Canetti, Massa e Poder, Ed. UnB, 1983, capítulo "O poderoso como sobrevivente" e "A corte", pp. 256-260 e 445-446.

- (34) - Após a cassação dos mandatos, em janeiro de 1948, o deputado constituinte Gregório Bezerra assim descreve seu itinerário: "Foi assim que, já inteiramente camuflado, de bigode, de óculos e de chapéu, desapareci do horizonte visual dos meus perseguidores; eles me perderam de vista até o dia 18 de setembro de 1957, quando voltei a ser preso", in: op. cit., p. 82.
- (35) - Desse processo, afirma Agildo Barata: "as necessidades financeiras eram muito grandes, acrescidas pela prática de uma exagerada e desnecessária clandestinidade a que, voluntariamente, se entregavam os membros do núcleo dirigente, que encontravam em Prestes um adepto fervoroso da vida nos subterrâneos", in: op. cit., pp. 350-351.
- (36) - Gorender, J. "Prestes", in: Rev. Problemas, nº 24, jan/fev de 1950, p. 126 (grifos meus).
- (37) - Tomo como paradigma dessa consciência singular a "consciência infeliz", de Hegel, in: La Phénoménologie de L'Esprit, (trad. de Jean Hyppolite), Ed. Aubier, 1977, vol. I, pp. 176-192.
- (38) - Agildo Barata descreve um exemplo empírico dessa lógica atuando no interior do partido: "Nas raras vezes em que se discute, o objetivo da discussão é sempre o de discutir para assimilar o pensamento da direção (...). Ou melhor: não se discute, pedem-se esclarecimentos. Quando alguém diverge é imediatamente admoestado: 'Você é o único que discorda', ou: 'Quer o camarada enxergar mais e melhor que a direção?', e o audacioso indagador chega a conformar-se: se sou só eu quem discorda, quem deve estar errado sou eu", in: op. cit., p. 366 (grifo meu).
- (39) - Basbaum, L. Op. cit., p. 189.
- (40) - Sobre esse tema, remeto a Canetti, op. cit., capítulo "A ordem", pp. 337-371.
- (41) - Canetti, E. id., p. 314.

(42) - Ib., p. 318.

(43) - Ib., p. 413.

(44) - Exemplo desta manutenção da forma de mando, hierarquizada e reproduzindo os delineamentos ideais do partido, temos, em plano elevado, o caso de Leon Trotsky, analisado no artigo de C. Lefort, "La Contradiction de Trotsky", in: Éléments d'une critique de la bureaucratie, Paris, Ed. Gallimard, 1979. Sobre o mesmo tema, M. Merleau-Ponty, "La dialectique en Action", in: Les Aventures de la Dialectique, Paris, Ed. Gallimard, 1955, p. 101 e seguintes. No caso brasileiro, cito a expulsão do partido de José Maria Crispim e que será analisada num dos capítulos subsequentes.

29 Capítulo

A CONSTITUIÇÃO DAS ESCOLAS

O Intervalo

Houve momentos na história do Partido Comunista onde a fronteira do que era "certo" e "errado", "falso" e "verdadeiro", "amigo" e "inimigo", foi retraçada. O que até aí constituía a verdade poderia não o ser mais, substituída por um "novo" caminho. Essa antiga "verdade", segundo a direção partidária, era a causa dos erros cometidos e deveria, portanto, ser imediatamente abandonada.

Porém, entre a completa vitória do "novo" e a retirada de cena do "velho", instalava-se um intervalo preenchido com a maior rapidez possível.

Nele as consciências que deveriam aceitar plena e imediatamente o "novo" poderiam permanecer a meio caminho dessa aceitação e, trágico para aqueles que promoviam a nova verdade se perguntar sobre o estatuto dessa verdade opondo a dúvida à certeza. Daí a necessidade de reduzir ao mínimo de tempo essa passagem, refazendo-se num átimo as fronteiras entre o interior e o exterior do partido. Concentra-se nesse quase instante toda a dor da morte do velho e do nascimento do novo, apontando-se a cada momento, com o intuito de apaziguar o sofrimento produzido nas consciências, os vislumbres da alegria e satisfação que o novo certamente trará.

Esses intervalos, e os há em abundância na história do partido, deveriam ser quase imperceptíveis à consciência militante. Não o foram. Ao contrário, as passagens estenderam-se indefinidamente, turvando o brilho do novo programa do partido e impedindo a irradiação de sua "luz". Essa indefinição, segundo os dirigentes, acabou por fazer reviver as antigas falhas, agora personificadas em consciências até então insuspeitas.

Destes intervalos, portanto, poderiam surgir novos "inimigos". O perigo residiria em considerar-se suficiente a simples apresentação do "novo" às consciências. Esta seria uma atitude errônea promovendo uma "auto-suficiência" dos quadros.

No intervalo descobre-se que as mentes apresentam uma

dureza dificultando seu manejo em um novo molde e assim necessitam medidas complementares a fim de modelar aquela matéria até que a luz do "novo" a atravesse e a ilumine completamente.

De um desses momentos falarei agora, quando o "velho" deve ser abandonado e o "novo" aceito integralmente. Reconcilia-se corpo e espírito, consciência e programa do partido num novo patamar, julgado pela direção do partido, como superior e mais puro que o estágio anterior.

O "Informe Zdhánov"

Uma mudança radical no discurso político dos PCs ocorreu na reunião em Varsóvia, que constituiu o Kominform, em setembro de 1947, promovida pelo PC da União Soviética e que agrupou apenas os PCs do bloco oriental (Leste europeu) e os representantes do PC francês e italiano (1). Se até aquele momento a "linha política" desenvolvida pelos PCs era de uma "aliança duradoura" (2) com as democracias ocidentais, efetivada no apoio ativo dos partidos comunistas aos governos da Europa Ocidental no imediato pós-guerra, a partir daí redefiniram-se as alianças do Estado Soviético frente a esses governos. Da "grande aliança" mudou - se bruscamente à teoria dos "dois campos opostos, o socialista e o capitalista" (3).

Segundo o "informe de Zdhánov", principal documento desse encontro, os objetivos de cada campo seriam, do lado "capitalista", o "fortalecimento do imperialismo, a preparação de uma nova guerra imperialista, a luta contra o socialismo e a democracia", enquanto que no "socialista" levariam à "luta contra a ameaça de novas guerras e contra a expansão imperialista, o fortalecimento da democracia e a extirpação dos restos do fascismo" (4).

A convocatório do encontro foi secreta e atingiu apenas a alguns partidos (5). Participaram os PCs do Leste europeu, acrescidos do italiano e do francês, justamente os dois principais partidos da Europa Ocidental naquele momento. Fundamentalmente, segundo F. Claudin, serviria para "assegurar a invulnera-

bilidade do Leste e impedir que prosperasse o plano americano de agrupar num bloco, sob sua direção, os Estados europeu ocidentais" (6). Seriam razões de ordem geo-política, na verdade, que teriam imprimido o caráter do encontro e o modo "duro" de serem apresentados os ex-aliados. Daí que estivessem presentes somente os PCs do Leste instalados nos governos após a guerra, forma de garantir o monolitismo da posição. Dos PCs italiano e francês, situados em países-chave na aliança proposta pelos Estados Unidos, deveria partir uma política de oposição sistemática aos anseios de uma aliança dos governos locais com o governo norte-americano. E, finalmente, o objetivo primordial seria o de tornar efetivo o conteúdo do tratado de Yalta: "Stalin se propõe (...) a obrigar Washington a reconhecer a repartição de zonas de influência no marco de um compromisso mundial que assegure a direção bipartida do mundo pelas duas super-potências" (7).

Desse modo se explicaria o abandono pela União Soviética dos PCs chinês e grego, que na época dirigiam a guerra civil nos respectivos países, já que a "tarefa fundamental do período de pós-guerra é conservar a paz" (8). Por esta última deve-se entender a manutenção do status quo alcançado após o término da guerra. Uma declaração do Molotov, meses após o encontro, confirmou plenamente essa interpretação. Ao responder às críticas dos Estados Unidos endereçadas à política da União Soviética na Europa Oriental, compreendidas como foco de tensão internacional, Molotov replica: "É sabido que também os Estados Unidos aplicam uma política de fortalecer suas relações com os países limítrofes como Canadá, México e outros países da América, o que é plenamente compreensível" (9). Que o Estado Soviético tenha achado plenamente compreensível os Estados Unidos também fortalecerem suas relações com os países limítrofes revela o desejo de reciprocidade no reconhecimento de um mesmo direito. Da mesma forma, a réplica desvelou o papel reservado aos países latino-americanos, incluindo o Brasil e os PCs aí presentes: na ótica soviética seriam reconhecidos como zona de influência inquestionável dos Estados Unidos.

O Manifesto de Agosto

Retomando a descrição, agora pelo PC brasileiro, verifi

ca-se que quase imediatamente após a reunião de Varsóvia, a direção do partido começou a veicular o novo ideário. Já em dezembro do mesmo ano, na seção editorial "Nossa Política", da Revista Problemas, Carlos Marighella dispõe o rearranjo que ocorreu a nível mundial e a ofensiva da União Soviética junto com as "forças da democracia contra o (...) imperialismo" (10). No plano interno, o artigo destacava o aumento das "contradições das classes dominantes" que manifestaria a "incapacidade do governo, obediente à pressão do imperialismo e cercado por um grupelho fascista de nefastas atividades" (11). O governo, no entender do editorialista, estava enfraquecido, contando apenas com o apoio externo do "imperialismo" e no interno de um "grupelho de fascistas". A tarefa do partido seria, portanto, aglutinar o maior número de forças contrárias ao governo "anti-democrático" e "anti-nacional" (entre as forças ganhava destaque a "burguesia nacional"), pois o partido seria o mais consequente lutador "pela indústria nacional", "pelas reivindicações das massas, pelos interesses da burguesia nacional" (12). Omitiu-se qualquer divergência entre os interesses da citada burguesia e a doutrina do partido, supostamente comprometida com as reivindicações das massas. A oposição não seria esta, mas entre uma aliança fraca do governo com o imperialismo e, de outro lado, a possibilidade de se revelar o signo da força, compreendida como a aliança promovida pelo partido, das massas com a burguesia nacional.

Salienta-se, além dessa peculiar distribuição dos signos de fraqueza e força, a notável rapidez com que foi assimilada a nova "linha política" que agora ocupa todo o discurso oficial. Em sentido estrito, nem chegou a haver intervalo na passagem entre a linha anterior - de colaboração com a redemocratização do país e de defesa do governo - e a nova. A consciência dos militantes, antes mesmo de refletir sobre o erro ou acerto, já deveria estar ocupada por um novo conteúdo. Esta a vontade implícita no editorial.

O documento mais importante do período, precursos em linhas gerais do "Manifesto de Agosto", surgiu pouco depois. Trata-se do "Manifesto de Janeiro", intitulado: "Como enfrentar os problemas da revolução agrária e anti-imperialista", de autoria de Luis Carlos Prestes (13). Nele precisou-se a mudança política apresentada por Marighella. Em primeiro lugar, Prestes expunha o

que seria essencial na apreciação sobre a conjuntura política. Para ele, o que ocorreu não foi uma mudança no comportamento político do governo de Dutra, mas sim, seu "desmascaramento" definitivo, ao mesmo tempo que a democracia brasileira não seria mais do que "uma simples ditadura das classes dominantes" (14). E o que contribuiu para o falseamento da "ditadura" em "democracia" foi que "durante muito tempo (...) nos satisfizemos com explicações superficiais e simplistas, perdido na verdade o espírito crítico em todo o partido" (15).

Essas afirmações permitem sugerir que o programa político difundido pelo partido talvez fosse ilusório - na verdade, falso. Em seu lugar instalou-se o verdadeiro, reacendendo a esperança do partido. Ora, se essa for a conclusão, deve-se reconhecer que ela é limitada. Prestes omitiu uma passagem essencial do ideário político agora criticado. Se havia "superficialidade" e "simplicidade" no programa e na prática dos comunistas brasileiros, isto não era um privilégio deles. Também os comunistas italianos, franceses e outros mais poderiam reivindicar para si essas qualidades e isso muito simplesmente por serem elas espelhamentos de uma linha política mais geral, que sucedeu à dissolução da Internacional Comunista em 1943, e que tinha a ambição mais longínqua de promover a "Frente Única dos Aliados" (16) e, imediatamente, constituir-se em fator de pressão para que os Estados Unidos iniciassem a abertura da "segunda frente" de guerra.

No imediato pós-guerra, com a derrota do fascismo, esse programa tomou colorações mais nítidas. "A perspectiva mais feliz para nosso país - afirma Maurice Thorez, dirigente do PC francês - é a manutenção prolongada de um governo de ampla unidade nacional e democrático, com o que se realizam as melhores condições de autoridade e estabilidade" (17). Para os operários franceses essa "perspectiva feliz" se traduziria na rejeição de qualquer movimento reivindicatório, como o colocou o mesmo Thorez: "Aqui, queridos camaradas, vos coloco com toda responsabilidade, em nome do Comitê Central, em nome das decisões do Congresso do Partido, vos digo com toda franqueza: é impossível aprovar a menor greve, sobretudo quando estoura, como a última semana nas minas de Bethane, à margem do sindicato e contra o sindicato" (18). Estes dois pontos coincidem formalmente com a política do PC brasileiro no período.

Todavia, a convergência apontava para outro lugar e outra data. Se Prestes tivesse desenvolvido seu argumento até o ponto de dar a conhecer a similitude de situações entre os diversos partidos, teria de reconhecer que a existência de erros não se originava de uma insuficiência do seu partido, mas partia dos próprios ditames da política soviética quando ocorreu a dissolução da Internacional. Isso implicaria em, finalmente, admitir o desacerto daquela política e, também, daqueles que a propugnavam. Ora, pode-se daí concluir que, se houve o erro, o que garantiria no hic et nunc o acerto da nova política? E, conforme essa conclusão, se os detentores da verdade e certeza já haviam demonstrado seu desacerto, por que essa nova política seria correta, uma vez comprovado o descompasso entre a certeza "subjativa" e a verdade "objetiva"? E ainda: se o erro era evidente, que garantias haveria de que a intitulada verdade "objetiva" realmente possuísse o estatuto de uma verdade? Levar tão longe o questionamento, terminando por desfazer o lugar de um núcleo dirigente que tem a posse da verdade, e mesmo o próprio estatuto dessa verdade, findaria na impossibilidade de se constituir uma nova verdade e certeza. Daí o limite posto ao âmbito que alcança o erro, o que, por sua vez, condiciona uma conclusão também limitada, pois permanece visivelmente colocado o lugar onde aquelas podem ser encontradas.

Pode-se dizer que, desde a obra Materialismo e Empirio-criticismo de V. I. Lenin, esse lugar está determinado. Em linhas gerais, o então dirigente do Partido Social Democrata Russo coloca a existência de uma "verdade objetiva" inscrita na história e que o desenvolvimento desta não é mais do que uma aproximação gradativa àquela; o fim da história, portanto, é a descoberta de sua verdade. Contudo, essa formulação é insuficiente, pois não desvenda o meio da história, seu desenvolvimento imediato, lugar de múltiplas possibilidades e, por isso mesmo, aberto às incertezas. Para solucionar esse problema, Lenin elege uma dupla saída: primeiro, faz coincidir o "real" da história com a "teoria" que a explica. Assim, cada momento em particular e toda história em geral coincidem com o "ideal" proposto na teoria: esse é apenas reflexo do "real", constituindo-se, portanto, como o único verdadeiro. Em segundo lugar, a garantia de que a passagem de um termo para outro é correta, o que propicia a certeza de que se está com a verdade no momento considerado. É dado pelo

partido, o único detentor da "teoria". O partido é, nessa concepção, o lugar onde se entrecruza o que está sendo e o que virá a ser. Entre essa concepção e a que se instala alguns anos mais tarde não há uma diferença essencial, como se pode depreender da seguinte afirmação de Trotski, no XIIIº Congresso do PC da União Soviética: "Ninguém dentre nós (...), nem pretende nem pode ter razão contra seu partido. Definitivamente, o partido tem sempre razão (...). Não se pode ter razão a não ser com e para o partido, porque a história não tem outras vias para realizar sua razão" (19).

Retomando o texto de Prestes, desvenda-se o artifício por ele utilizado, permitindo uma nova construção, ou melhor, uma reconstituição do imaginário. Nesse caso, só se tornaria visível a dimensão de "um Prestes" usando a palavra e a força de que dispõe no interior do partido para afirmar sua verdade. Mas esta seria apenas uma verdade subjetiva, afinal de contas imposta a outras consciências, e, como tal, como produto de uma imposição, sempre restaria naqueles que a aceitaram a suspeição de que ela envolveria um universo maior de elementos não explicitados, intenções não cristalinas ao olhar. A ambição, no entanto, é maior. A nossa "verdade" deveria, necessariamente, apresentar-se como a mais avançada e verdadeira, tornando-se completamente transparente ao olhar.

A vontade política não deveria ser decorrente de uma consciência subjetiva, mas fruto do conhecimento de uma verdade objetiva. Só assim se daria a certeza daqueles que participam da verdade.

Comentando toda essa problemática, disse Claude Lefort: "Da realidade à teoria, como da teoria à realidade, a passagem é sempre evidente" (20), pois realidade e teoria estão inscritas na "mesma luz", a teoria refletindo "a verdade impressa no real" (21). Ler a teoria significa, assim, ler a própria realidade, aquela antecipando no aqui e agora a sua própria finalidade que é a de construir, enquanto instrumento privilegiado, uma sociedade sem tensões. Assim, ela já se constituiria na síntese entre as determinações reais e as ideais, e o movimento do real - da história - é puro desenrolar do movimento teórico "já pensado". Nessa absoluta transparência é que se engendra a certeza, tornando as consciências finalmente imunes ao empírico, dando-lhes um ca-

râter "indestrutível, impenetrável, fora das tentações do real " (22). E, assim, como há uma teoria livre de contradições, assim também podem constituir-se homens mergulhados na "verdade", "homens do partido", confluindo espírito e corpo para um mesmo lugar, num mesmo tempo, terminando por confundirem-se um e outro, indiferenciando-se até a sua absoluta identificação, sendo ao fim um só.

Após as considerações de C. Lefort, volto ao caso brasileiro. A teoria encontrava-se reposta como verdade, enquanto que os corpos estavam ainda dela distanciados. O intervalo permanecia aberto. Necessária seria, portanto, uma purificação das consciências e do partido, quesito de seu novo encontro: "(...) para que todo partido possa compreender a necessidade dessa viragem, bem como no que deve praticamente consistir, torna-se necessário fazer uma apreciação crítica e autocrítica de algumas de nossas posições políticas anteriores" (23). Assim, L. C. Prestes começou a repor as pistas de um encontro com o novo caminho, pois se houve erro, este não afetava nem a teoria, nem aqueles que extraíam as proposições práticas para a ação política. Coerente com seu pressuposto, Prestes não atribuiu o erro à teoria. Este deveria ser encontrado na tessitura do empírico: "em nossas fileiras", diz Prestes, ocorriam "tendências ao espontaneísmo, na luta pela paz e o desenvolvimento pacífico, desvio direitista que nos levava a transformar possibilidade em realidade" (24). Essa manifestação de um desvio se traduzia na "preocupação de ordem e tranquilidade, as grandes ilusões reformistas em conquistas parlamentares ou dentro dos estritos limites da democracia burguesa em país atrasado" (25). Na qualificação do desvio como "de direita" tem-se o centro da "auto-crítica" de Prestes. Preso ao particular, à democracia burguesa, o partido só poderia ter rumado para o "reformismo", pois frente ao universal, o proletariado e sua luta revolucionária, o particular será sempre ilusório, apenas uma "possibilidade", segundo Prestes.

O "real" estaria no "uso das grandes armas de luta do proletariado", que deveria ser incentivado pelo partido, abandonando-se a forma ilusória das "conquistas parlamentares" no quadro de "uma democracia burguesa". Prestes não estava isolado no manejo dos termos "universal" e "particular". Na verdade, a história do partido é muito rica nesses manejos, pois a cada mudan-

ça da sua linha política movia-se conjuntamente a "positividade" e "negatividade" de um a outro termo.

Contudo, o argumento ainda está incompleto. Se, agora, o olhar deve voltar-se para outra luz, outra fonte, e se o olhar existente, fixado no particular, mostrou-se errôneo, a conclusão lógica é que a nova fonte "positiva" deve ser o "universal" (abstrato), o proletariado. "Mas, para tanto, é indispensável saber viver e atuar entre as massas (...), precisam os comunistas saber confundir-se com a massa no local de trabalho (...), descer ao nível da massa, usar sua linguagem, interessar-se por aquilo que a interessa (...), porque só assim conseguirá conhecer suas reivindicações (...) e ser capaz de organizar a luta por elas, porque só assim será igualmente capaz de organizar e dirigir movimentos de solidariedade, de mostrar na prática sua dedicação à massa, sua capacidade de levá-la à vitória, de fazer-se, enfim, o dirigente, o líder da massa que tem obrigação de ser cada militante de nosso partido". Esse "saber viver e atuar" para fazer-se o "dirigente" não seria livre e espontâneo, ele "deve e precisa ser orientado, deve ser um trabalho organizado e metódico(26), isto é, direção pelo partido.

Já no mês de maio, o editorial da Revista Problemas deu mostras de ter assimilado inteiramente a lição de Prestes, ao afirmar: "O exame autocrítico deverá revelar-nos, pois, as causas dessa debilidade. É o que Prestes nos ensina, indicando o seguinte: primeiro, perdemos o espírito auto-crítico; segundo, os êxitos nos subiram à cabeça; terceiro, tivemos tendências oportunistas ao espontaneísmo e ao reformismo" (27). Os tempos verbais vincam o campo semântico do autor. Não se tratava, como indica o uso do tempo futuro, de descobrir com a "auto-crítica" as debilidades e erros. Essa ação já foi realizada, o que se indica pelo passado. A ação presente resume-se no ensinamento de Prestes, que surgiu, assim, como o primeiro a descobrir, a um só tempo, o erro e a nova verdade, e o primeiro a purificar o corpo. Aos outros restaram, ou os ensinamentos, ou a personificação do desvio.

A variação não se limita ao tempo verbal, mas há uma dupla passagem no uso dos pronomes pessoais já implicada acima. Prestes iniciou a sua "auto-crítica" inserindo-a num "nós": "nos satisfazemos"; "nossas posições políticas anteriores"; "nos leva

va a transformar". Marighella, por sua vez, apontou de quem partia o exame e as debilidades desses "nós": dele, "é o que Prestes nos ensina", colocando nessa única vez a individualização do emissor do discurso, ou seja, há um "eu" que realiza a auto-crítica. O fecho apontado é o retorno ao "nós" inicial, tanto num como noutro texto, o chamado às consciências para que realizem a auto-crítica e se igualem àquela que a fundou. Esse "eu" é, portanto, passageiro, devendo passar para segundo plano logo após o auto-convencimento das consciências sobre seus erros, o que propiciaria uma nova imersão desse "eu" em um "nós".

Houve, ainda, um documento que antecedeu ao "Manifesto de Agosto", reafirmando a necessidade de uma auto-crítica do partido. Publicado em junho de 1949, de autoria de Prestes (28), constituiu-se em mais um elo no caminho de soldar a brecha entre a ultrapassada linha política e a nova. Nele, Prestes reconheceu a realização apenas parcial da "auto-crítica", pois esse "processo auto-crítico teve início na Comissão Executiva e agora deve prosseguir a fim de ser levado a todo partido" (29), o que equivale a uma quase confissão de que iria se proceder a uma imposição da "auto-crítica" já realizada. Esta recebeu um novo conteúdo, não se tratando mais só de recuperar o "velho", Acrescentou-se o conteúdo do "novo" para sua imediata "assimilação", naquele movimento de "ir às massas", no saber viver e atuar entre as massas para "conhecer suas reivindicações". Esse ir e atuar, ao mesmo tempo, não pode ser livre e espontâneo. Ao contrário, "deve e precisa ser orientado" para eliminar-se o risco de o partido cair nos mesmos "desvios", "no caminho do oportunismo e reformismo". Neste passo, pode-se considerar que as reivindicações das massas não necessitem de uma aprendizagem empírica para serem apreendidas pelos militantes e pelo partido. O empírico será sempre entendido como risco e perigo para a verdade do partido. As reivindicações, portanto, só poderiam ser deduzidas do "ideal", no caso, das premissas colocadas pelo "informe de Zhdánov". O que implicaria, como já mencionei, na luta pela formação de uma ampla "frente nacional", na "defesa da paz, da liberdade e contra o imperialismo", o tríptico estratégico anti-imperialista, válido para a Ásia, África, Europa e América.

Além do conteúdo das reivindicações, um outro elemento foi adicionado neste texto. Entre as causas que Prestes enumerou

como indutora de uma linha política errônea está, pela primeira vez, nominada a incapacidade de formar quadros, não só pela "falta de cursos e escolas (...), mas por falta de auto-crítica e de estímulo à iniciativa e discussão", concluindo pela necessidade de "elevar o nível ideológico do partido e formar quadros de direção" (30).

A aplicação desse novo "conteúdo" foi imediata e atingiu a própria formulação política para a eleição presidencial. No editorial "Nossa Política" (31), Maurício Grabois afirmou que "seria totalmente errôneo considerar como um acontecimento central (...) a sucessão presidencial". Segundo ele, nenhum acontecimento no estrangeiro e em nosso país fugiria ao movimento de divisão do mundo em dois "campos opostos"; "toda análise da situação política brasileira deve ser feita tendo em vista essa contradição" (32).

O ponto culminante dessa sucessão de editoriais da revista e artigos de Prestes foi o "Manifesto de Agosto de 1950" (33), onde se reafirmou, ponto por ponto, as análises anteriores, porém, agora, como posição oficial do partido. Contudo, a estratégia que visava a conquista, primeiramente, das consciências dos militantes, não pode se considerar como concluído. Os documentos posteriores ao "Manifesto", cada vez mais explicitamente, colocaram a defasagem entre o "novo programa" e a permanência dos "velhos hábitos" naquelas mentes que ainda não se deixaram tocar pelo "novo". Elas serão chamadas a não só realizar a "auto-crítica", mas complementá-la pelos "estudos dos clássicos do marxismo leninismo-stalinismo".

Dois Relatórios

No "Pleno do Comitê Nacional", de fevereiro de 1951, é tomada a decisão prática de organizar cursos e escolas para os militantes do partido (34). O relator do "informa", Maurício Grabois, na primeira parte do texto, faz a crítica às "ideologias estranhas" ao partido e ao proletariado que permanecem influenciando a maioria dos militantes. Para Grabois, "somente através do estudo persistente do marxismo, na luta pelo domínio da teo-

ria revolucionária do proletariado é que cada militante poderá interpretar e explicar, como é de seu dever, os acontecimentos políticos do ponto de vista do marxismo-leninismo e educar as massas no sentido da luta de classes" (35). A educação dos militantes, segundo o autor, deve retirá-los do meio daquelas "influências estranhas e inscrevê-los numa "unidade ideológica" que assegure ao partido sua permanência na "linha política correta", imune aos "desvios e erros" (36).

Grabois reconhece, ainda, que o esforço de educar os quadros do partido havia sido nulo naquele período e que "é reduzido o número de militantes que lê e estuda os artigos e editoriais publicados" (37). A conclusão é que deveria-se imediatamente iniciar um programa de estudos através da leitura individual, das escolas, cursos e palestras. E a cada um desses níveis, M. Grabois faz algumas proposições práticas: para o estudo individual "é necessário que cada militante (...) distribua o seu tempo de modo que, após a realização de suas tarefas práticas, lhe sobre tempo necessário ao estudo individual. (...) é indispensável iniciar sistematicamente o estudo da "História do PC (b) da URSS", (...), indicamos, também, a biografia de Stalin, do Instituto Marx-Engels-Lenin. Em seguida, será de grande utilidade estudar o "Manifesto do Partido Comunista", de Marx e Engels, e o folheto "O Partido", de Stalin" (38).

A outra medida prática determinada pelo "informe" foi a organização das escolas e cursos para os militantes. Diz o autor que "é necessário e urgente organizar em caráter permanente, a escola central, sob o controle do Comitê Nacional, para quadros dirigentes e intermediários", especificando, em linhas gerais, o conteúdo da educação: "embora nessas escolas, (...), seja indispensável ensinar princípios de materialismo dialético e histórico, (...), precisamos, agora, começar pelo estudo de todos os problemas práticos (...) da linha política e tática" (39). Desde o seu início, desse modo, já estava definido o traço principal dessas escolas. O esforço principal deveria recair na "assimilação" da "linha política" em vigor e só secundariamente seria dada atenção aos princípios gerais da teoria política.

Como medida prática imediata, o texto ainda propunha :

"1) Organizar e pôr em funcionamento um curso para a formação de secretários de células de empresa;

2) Tomar as providências para elevar o nível ideológico dos membros do Comitê Nacional: realização de seminários (...) e estabelecer para cada membro do C. N. um plano de estudo individual e controlar sua execução" (40).

Não é acidental essa escolha de prioridade. Se os cursos tinha como meta o "estudo" do programa - no caso, o "Manifesto de Agosto" -, o controle da "assimilação" desse conteúdo recaiu sobre os indivíduos que ocupavam os postos-chave no interior do partido: os membros do Comitê Nacional, órgão de direção, e os secretários de empresa, principais responsáveis pela atuação do partido junto à classe operária.

No "Pleno do Comitê Nacional", de junho do mesmo ano, o "informe" de João Amazonas indica o grau de implantação dos cursos naquele momento. "Não há dúvida que demos um passo no terreno da elevação do nível ideológico do partido. Foram instituídos e realizados em vários pontos do país cursos de curta duração e agora iniciamos um curso de nível médio de três semanas" (41). O autor do "informe", contudo, mantém reservas quanto à atuação dos dirigentes na sua assistência à organização e educação das "células" do partido: "Continua o grave desinteresse, por parte das direções do partido, em todos os escalões, pelo funcionamento regular dos organismos de base do partido e pela ajuda sistemática que estas organizações devem merecer" (42). Crítica cujo índice mostra que o "Manifesto" ainda não havia sido satisfatoriamente assimilado por aquelas direções.

Um ano após esse "Pleno", onde A. A. Câmara relatou a situação das escolas e do nível de aprendizado dos militantes, ainda aí, para o dirigente, o ensino encontra-se insatisfatório. Afirma numa das passagens do seu texto: "Ainda não dispomos efetivamente de um trabalho de educação, organizado de maneira satisfatória. Podem ser contadas nos dedos as escolas do partido com vida regular. Os cursos são em número muito limitado. São escassos os professores e poucos têm o necessário nível ideológico e experiência pedagógica. A seleção dos quadros tem sido bastante defeituosa. Muitos cursos são grandemente prejudicados pelo e

norme desnível entre os alunos. Ensinamos quase exclusivamente os elementos da linha política, os métodos de trabalho do partido com as massas, o funcionamento e a estrutura orgânica do partido. São reduzidíssimas as explicações que fazemos dos princípios fundamentais do marxismo-leninismo" (43).

Logo a seguir, o autor explicita esses princípios, que segundo ele, não estavam suficientemente desenvolvidos na atividade educadora: "O partido necessita possuir uma compreensão clara do caminho que a classe operária deve percorrer em sua luta emancipadora (...). Cada militante tem o dever de assimilar a ideologia do proletariado para tornar-se um lutador consciente da classe operária, necessita estar convicto de que a classe operária - e somente a classe operária - é "a classe chamada pela história para libertar a humanidade e proporcionar felicidade ao mundo", como dizia Stalin (...)" . E conclui seus enunciados sobre o problema dos princípios da teoria: "Sem a orientação da doutrina marxista-leninista, doutrina todo-poderosa porque verdadeira, nada de bom e duradouro pode ser alcançado" (44).

Essas colocações servem para introduzir novamente a problemática das escolas e a insuficiência de suas atividades: "Necessitamos reorganizar e fortalecer as atuais Escolas de Quadros do partido e criar novas escolas (...). Necessitamos multiplicar os cursos e determinar que todos os Comitês do Partido organizem cursos de pequena duração para a rápida formação dos secretários das células da empresa. Necessitamos organizar planos de conferências, palestras e sabatinas educativas, que atendam às necessidades dos dirigentes e militantes do partido, esclarecendo-lhes questões importantes de nossa linha e popularizando os princípios fundamentais do marxismo-leninismo" (45).

O estudo individual também não foi subtraído de suas preocupações: "Levando em conta que o estudo individual é nosso método fundamental de educação ideológica, não podemos deixá-lo ao arbítrio de cada militante (...) as direções devem organizar a ajuda prática e o controle do estudo". A. A. Câmara fornece um exemplo de educação individual e controle da direção: "Quando um camarada se apaixona, por exemplo, pelo estudo aprofundado da "História do PC (b) da URSS", nosso dever é não só estimulá-lo, como, ainda, orientá-lo para que siga seu estudo individual até

o fim, procurando assimilar as ricas experiências dos bolcheviques, com o objetivo de trabalhar mais e melhor" (46).

O final do documento é cada vez mais explícito, julgando como tarefa necessária o controle sobre o estudo individual e coletivo. Conjuga o controle à seleção dos quadros que a direção julga apta a obterem aqueles ensinamentos. O critério de capacidade intelectual do militante termina por ficar submetido ao que a direção julga que seja a correta dedicação do indivíduo às necessidades do partido: "Mas, para que tais tarefas sejam executadas com êxito e rapidez, é preciso compreendermos que o essencial no trabalho do partido (...) é a justa seleção de quadros e o controle sistemático de execução das tarefas (...)". "A experiência demonstra - diz Malenkov - que até mesmo bons quadros, se estão entregues a si mesmos, sem controle nem verificação de suas atividades, começam a corromper-se e a burocratizar-se" (47).

Os critérios dessa seleção de quadros adquirem uma certa nitidez nos enunciados de A. A. Câmara, quando o autor aproxima a seleção com a eficácia que o militante demonstrar em relação à "linha política do partido". "Necessitamos selecionar melhor os quadros, selecionar por suas qualidades práticas e políticas; necessitamos de mais e mais quadros com consciência de classe, eficientes no trabalho, imbuídos de espírito crítico e abnegação, combativos e modestos, realizadores e organizadores incansáveis, que façam frutificar em todos os terrenos a política do partido" (48).

A conclusão inverte completamente o sentido de uma educação por mérito intelectual. Agora ela deve privilegiar exclusivamente a dedicação do militante, seu reconhecimento à "linha política", isto é, a "linha" que os dirigentes promulgaram como a "verdade": "O controle da execução das tarefas está ligado estreitamente à seleção e formação dos quadros (...). Conjugando a justa seleção dos quadros e o controle da execução das tarefas, podemos assegurar a eliminação oportuna das deficiências no funcionamento das direções e dos organismos do partido, podemos criar uma situação tal no partido que as diretrizes e as resoluções sejam executadas no seu devido tempo e com exatidão, à maneira do partido de Lenin e Stalin" (49).

Num texto publicado pela Revista Problema, e que trata da educação dos comunistas na União Soviética, a relação entre educação, seleção de quadros, defesa da "linha política", fica evidenciada ao reunirem-se aqueles elementos na figura do exemplo para a massa de militantes. Afirma o texto: "Na prática do trabalho de educação é muito grande a força do exemplo. Os comunistas não cumprem seus deveres de maneira idêntica. Por isso, é importante apontar como exemplo para toda a massa do partido os comunistas que cumprem com firmeza as resoluções do partido e manifestam intransigência para com as deficiências. Nesse sentido, as organizações do partido devem frisar a intransigência dos comunistas para com as debilidades, e a luta firme contra os fenômenos anômalos" (50). O sentido dessa educação, ao privilegiar estes aspectos, já se torna evidente: a obediência do militante figura como a sua principal qualidade.

Qualidade que L. C. Prestes irá apreciar no seu "informe" ao IV Congresso. O secretário-geral associa a educação ao fim dos "desvios" de "esquerda" e "direita" que, segundo ele, assolavam o partido. E à educação se acrescenta a "correta" seleção de quadros: "Avançamos no trabalho de educação política e ideológica, mas ainda não dispomos no partido da rede de escolas capaz de garantir de maneira satisfatória e no ritmo necessário a formação do número crescente de quadros exigidos pelo crescimento do partido (...). Por isso, seria um erro pretender selecionar os quadros exclusivamente na base da maior ou menor capacidade dos militantes em redigir informes ou do melhor aproveitamento nas escolas do partido. Os elementos importantes da seleção de quadros são: o devotamento à causa da classe operária e a fidelidade ao partido, provadas na prática da própria vida; a estrita ligação com as massas; o espírito de iniciativa e o sentimento da responsabilidade; o espírito de disciplina e a intransigência na luta pela aplicação da linha no partido e contra todos os desvios do marxismo-leninismo" (51).

L. C. Prestes soma, ainda, um outro requisito para a educação. É a "vigilância revolucionária", qualidade daqueles que corretamente assimilaram os princípios da teoria e que agora utilizam esse conhecimento "vigilando" e "corrigindo" a vida intelectual no interior do partido. De acordo com isto, o secretário-geral sugere que o partido deve "dedicar maior atenção à intelec -

tualidade comunista que necessita receber uma ajuda especial para que possa se libertar das influências ideológicas burguesas e progredir no sentido da ideologia do proletariado. Não é admissível que pessoas que proclamam ser membros do partido vivam prostradas ante a cultura burguesa decadente, propaguem concepções contrárias aos princípios do partido e resistam ao estudo e à propaganda das grandes idéias de Marx, Engels, Lenin e Stalin " (52).

E Alcides Campos conseguiu ser mais claro ainda quanto ao critério de seleção. Seu texto não permite nenhuma dúvida quanto ao modo como deveria ser educado o militante e quais, entre estes, teriam o privilégio. Diz ele: "Muitas vezes, selecionam-se os homens não pela sua fidelidade, abnegação, espírito de sacrifício e devotamento ao partido, mas pelo seu nível cultural (...). Este critério pequeno-burguês e liberal levou a que fossem propostos para membros dos Comitês Regionais elementos que não eram de comprovada fidelidade ao partido" (53).

Em abril de 1954, realizou-se o primeiro "ativo" nacional de educação do partido. Dele participaram os membros dos Comitês Regionais responsáveis pelo setor que elaboraram os subsídios para o primeiro balanço global dessa atividade, "informe" apresentado no IV Congresso. Este é também o primeiro documento oficial do partido, que apresenta dados empíricos sobre as escolas e não só as usuais apresentações "subjetivas" dos outros documentos.

Logo no início do texto, apresentado por Sabino Bahia, principal responsável pela educação no partido e um dos dirigentes, fornece os dados de participação nos cursos: "A partir de 1951, até agora, passaram pelos cursos elementares do partido, de quatro e menos dias, um mil e novecentos alunos; pelos cursos médios, de seis a quinze dias, um mil quatrocentos e noventa e dois alunos; e pelo curso superior do Comitê Central, quinhentos e cinquenta e quatro alunos" (54). O texto aponta para alguns problemas, que os números em si não indicam: a falta de regularidade dos cursos, o desaparelhamento das escolas em termos materiais e do número e capacitação dos professores e o pequeno número de operários que passaram pelas escolas. Afirma o texto a respeito desta última questão: "Nos cursos de mais de dez dias, du-

rante o ano de 1953, e os três primeiros meses de 1954, a maior percentagem, 85%, foi atingida pelo Comitê dos Marítimos, seguindo-se o Comitê do Estado do Rio, com 59%, e o Comitê de Pernambuco, com 50% (...). Em Minas foi de 47,8% e, em São Paulo, de apenas 30%, o que, tratando-se de São Paulo, é inadmissível" (55).

O documento não deixa de assinalar o resultado da principal atividade ocorrida com a mudança de programa do partido na primeira metade do ano; após o Ativo, (...), iniciou-se a transmissão do novo curso de quatro aulas em torno do Programa, com uma intensidade bastante maior do que nos cursos anteriores. De maio a agosto deste ano, quando a atividade escolar foi temporariamente interrompida, receberam aquele curso setecentos e cinco alunos, em todo o país" (56). Esses eram os principais cursos no que se refere à quantidade. Na outra ponta, se encontrava o curso superior, denominado "Curso Stalin", ao qual se aplicavam critérios mais rígidos na seleção dos alunos. Ainda aí, embora sendo um curso de longa duração se comparado com os outros, o objetivo não divergia muito daqueles, e o conteúdo, por isso, se assemelhava: "O curso Stalin exerceu notável papel na tarefa de fazer os quadros do escalão superior e intermediário assimilares as teses essenciais do Programa, à luz da ciência social marxista-leninista" (57).

O final do relatório destaca as falhas no ensino, dividindo-se sob três aspectos. O primeiro, sob a rubrica de "praticismo", identifica entre os militantes e a direção uma atitude de reserva em unir a prática à teoria, o "movimento operário à consciência socialista". Atitude que, segundo o autor, levaria a uma superficialidade no conhecimento teórico, "a extrair dos clássicos do marxismo meia dúzia de teses para citações pedantes e dogmáticas" (58). Sabino Bahia identifica mesmo o lugar de origem dessa insuficiência: "É o Comitê central o responsável principal pelo praticismo", que "se manifesta na formação de professores, que ainda são em número inadequado e mal preparados, na pobreza de materiais destinados especificamente ao trabalho ideológico, no reduzido número de edições dos clássicos do marxismo-leninismo e, particularmente, na pequena atenção concedida ao estudo individual" (59).

Como segunda falha do ensino, o autor aponta a sua qua-

lidade que, a sua vez, é insatisfatória, decorrente de uma formação insuficiente dos professores: "Numerosos professores se limitam quase a ditar os esquemas das aulas (...) e se reduz, por isso, à transmissão de generalidade (...). Para elevar a qualidade do ensino partidário, cabe ao C. C. e às direções regionais combater energicamente a perigosa tendência à burocratização dos professores, que têm a obrigação de lutar para aumentar seus conhecimentos do marxismo-leninismo" (60).

Se a crítica ao "praticismo" e à "qualidade" do ensino, realizada por Sabino Bahia, sugere que o trabalho de educação não se reduza ao ensino da "obediência", mas que se amplie em direção a um maior conhecimento e produção intelectual, o terceiro ponto de sua crítica desfaz qualquer dúvida quanto a esse aspecto. Afirma S. Bahia: "A planificação do trabalho de educação é, muitas vezes, descuidada, falha, burocrática", para, logo a seguir, qualificar o que é essa falta de planificação: "A displicência em relação ao controle tem causado os mais graves danos (...) e tem origem na subestimação das direções pelo trabalho de educação e no liberalismo, (...). Daí, se geram fenômenos inadmissíveis, como a falta de vigilância na seleção das turmas, o pouco cuidado com a vida coletiva nas escolas, deixando de lado o combate pela formação do caráter comunista dos alunos, as levandades no trabalho conspirativo, as infrações às normas estabelecidas pelo C. C., com relação ao programa de aulas, ao regulamento das escolas e à designação de professores e diretores" (61).

Suas conclusões apontam para o que os documentos anteriores, citados acima, propunham como o essencial da educação: doutrinar os militantes com o programa e exercer um rígido controle sobre o conjunto dos alunos e de suas atividades. Seis tópicos condensam o resultado de seu balanço: "1º) Instalar, nos Comitês Regionais, de Zona, de Empresa e Distritos, escolas em quantidade suficiente (...). Intensificar os cursos elementares, médios e superiores sobre o Programa e os Estatutos; 2º) Incrementar e controlar o estudo individual (...); 3º) Formar professores e propagandistas, (...); 4º) Fornecer materiais e tomar medidas para a realização, em grande escala, de sabatinas, conferências e círculos de estudo, concentrando no Programa e nos Estatutos; 5º) Aumentar o ritmo das edições das obras de Marx, En-

gels, Lenin e Stalin, e de literatura marxista em geral; 69) Utilizar a imprensa nacional e dos Estados para o trabalho de educação.

"Todo o nosso trabalho de educação tem agora por centro a tarefa de ajudar o partido a assimilar o Programa e os Estatutos" (62), finalmente conclui Sabino Bahia.

Exatamente um ano após esse relato, realiza-se um segundo "ativo" nacional de educação. Os resultados desse "ativo" estão no "Informe ao Pleno do Comitê Central, de janeiro de 56", apresentado por Miguel Alves. O documento retoma vários pontos do anterior. No capítulo das insuficiências, porém, desde o início, sua linguagem privilegia não só o conhecimento do programa, mas seu uso como arma voltada para a conquista das massas, uma arma manejada sobretudo por "soldados" aptos; "o trabalho de educação do partido tem duas tarefas principais a cumprir. A primeira tarefa consiste em preparar política e teoricamente quadros capazes de levar o Programa do partido ao povo e transformá-lo em Programa de todo o povo (...). A segunda tarefa é ajudar toda a massa de membros do partido a elevar-se ao nível do papel de vanguarda (...). A missão do trabalho de educação do partido é contribuir para formar homens novos, verdadeiros comunistas, revolucionários práticos de novo tipo, homens que sejam soldados da revolução, que ponham seus conhecimentos (...) a serviço do partido e das massas, que dominem a linha do partido" (64).

Segue-se uma longa relação de reclames sobre a insuficiência do ensino, que culminam com a crítica à falta de controle exercida pela direção: "Em primeiro lugar, deve-se destacar que as direções do partido, inclusive o Comitê Central, não têm feito o necessário controle e dado a ajuda para que a educação se desenvolva e sua qualidade se eleve" (65). A melhora, nesse caso, adviria de um maior controle da direção através de sua presença direta nos cursos.

A falta de preparação dos professores retorna como um dos temas: "Muitos professores estudam apenas os esquemas das aulas e quando muito a bibliografia neles indicada (...); a obtenção de melhores resultados no ensino está ligada, também, ao método empregado para ministrar as aulas. Muitos professores se

limitam a ler mecanicamente os esquemas, quando a função é explicar (...), esclarecer o porque das questões" (66). Se, contudo, essa ponderação abre a possibilidade de uma crítica real à forma e ao conteúdo do ensino, a solução apontada pelo texto novamente desfaz qualquer veleidade nesse sentido: "As direções do partido têm o dever de controlar rigorosamente o conteúdo do trabalho de educação" (67). E o controle é apontado minuciosamente em outra passagem: "Muitos diretores não dão a necessária ajuda à direção do coletivo de alunos para a organização da vida interna (...) . Às vezes, não se realizam as assembléias do coletivo no início e no encerramento dos cursos e sempre que necessário para combater manifestações estranhas à ideologia comunista, por menores que sejam as transgressões."

"Continuam a registrar-se (...) a falta de vigilância (...). Não devem ser toleradas também as frequentes infrações ao princípio do centralismo no trabalho de educação. É certo que os encarregados devem ter a máxima iniciativa na organização dos cursos (...). Mas é preciso observar estritamente as normas traçadas do Comitê Central, no que se refere aos programas, aos esquemas das aulas e à indicação dos professores (...). Sérios erros políticos e teóricos podem ser cometidos quando o professor não é fiel ao esquema das aulas, quando fica ao seu arbítrio modificar as normas de ensino. Somente a sabedoria coletiva do C. C., tendo à frente o camarada Prestes, permite dar aos militantes uma educação de elevado teor ideológico" (68).

A conclusão, finalmente, põe em relevo o conceito de educar praticado nas escolas: "Educar não é somente ensinar. As manifestações de individualismo, falta de fraternidade, indisciplina, falta de vigilância, resistência crítica e auto-crítica, nacionalismo, (...), junto às demais tendências ideológicas e políticas estranhas que se refletem no partido, devem ser examinadas e combatidas para a educação ideológica dos companheiros" (69).

O conjunto desse documentos demonstra claramente a que se reduziu a educação. No conteúdo, tanto os cursos básicos, quanto o médio e o superior, restringiram-se ao programa do partido, aos documentos oficiais mais importantes e à leitura de alguns "clássicos" aqui publicados na coleção "Pequena Biblioteca do Operário", com os seguintes títulos: J. Stalin, História do Parti

do Comunista (b) da URSS; J. Stalin, O Marxismo e o Problema Nacional e Colonial; V. I. Lenin, A Doença Infantil do "Esquerdismo" no Comunismo; F. Engels, Princípios do Comunismo; K. Marx e F. Engels, Manifesto Comunista. Livros editados pela editora Vitória do Rio de Janeiro. Mais fundamental para o partido foi o incentivo à "obediência" dos militantes, obediência ao programa e aos dirigentes.

Este foi o último relatório sobre as atividades das escolas. Também foi um dos últimos momentos de sua existência. O ano de 1955 permitiu que a situação de clandestinidade se deslocasse para uma vida semi-legal, imperando um vínculo aberto do partido com as massas. É sua mudança de registro que definiu o fim das escolas. No mesmo número da Revista Problemas, que editou o texto sobre a educação, encontra-se o "informe" de L. C. Prestes, que contempla aquela mudança no viés educacional. Agora, a educação do militante não deveria mais ser realizada num recinto fechado, mas, como o secretário-geral definiu, na "luta, através da própria experiência"; "Quanto ao problema da formação de quadros, exige que saibamos (...) renovar nossos métodos de trabalho. Necessitamos com urgência de quadros capazes de dirigir não apenas uma região, mas realizar no âmbito da zona (...) o trabalho de conquista das massas para as posições defendidas pelo partido. As escolas do partido já nos deram alguma coisa, e deverão dar muito mais ainda, mas são órgãos subsidiários, pois os quadros educam-se e formam-se antes de tudo na luta (...) "(70). A ordem para o fim estava dada.

NOTAS

- (1) - Cf. dados contidos em La Crisis del Movimiento Comunista de la Komintern al Kominform, de Fernando Caludín, Tomo I, Ed. Ruedo Ibérico, 1970, particularmente a segunda parte: "El apogeo del stalinismo". Para informações complementares de E. H. Carr - História de la Rusia Soviética, Ed. Alianza Universidade.
- (2) - Claudín, F. Op. cit., p. 353.
- (3) - "Informe de Zhdánov", cit. por Claudín, in: id., pag. 357.
- (4) - Ib., p. 426.
- (5) - Ib., p. 424.
- (6) - Ib., p. 425.
- (7) - Ib., p. 425.
- (8) - "Informe Zhdánov", in: ib., p. 428.
- (9) - "Declaração de Molotov de 09 de maio de 1948", in: ib., p. 431.
- (10) - Marighella, C. "Nossa Política", in: Rev. Problemas, nº 5, dez/1947, p. 3.
- (11) - Id., p. 4.
- (12) - Ib., p. 5.
- (13) - Prestes, L. C. "Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Anti-Imperialista", in: Rev. Problemas, nº 9, abril de 1948, pp. 18-42.
- (14) - Id., p. 19.
- (15) - Ib., p. 32.
- (16) - Claudín, op. cit., p. 9.
- (17) - "Informe de Maurice Thorez no X Congresso do PC Francês, em junho de 1945", cit. por Claudín, in: id., p. 302.
- (18) - "Discurso de Maurice Thorez a 21 de julho de 1945 para uma assembléia de mineiros comunistas em Waziers", cit. por Claudín, in: id., p. 303.
- (19) - Trotski, cit. por C. Lefort, in: Un Homme em Trop, p. 144 (grifos meus).
- (20) - Lefort, C. In: Un Homme en Trop - Réflexions sur "L'Archipel du Goulag", Paris, Ed. Du Seuil, 1976, p. 174.

- (21) - Id., p. 174.
- (22) - Ib., p. 203.
- (23) - Prestes, L. C. Art. cit., p. 31.
- (24) - Id., p. 33.
- (25) - Ib., p. 34.
- (26) - Ib., p. 40.
- (27) - Marighella, C. "Nossa Política", in: Rev. Problemas, nº 10, maio de 1948, p. 5 (grifos meus).
- (28) - Prestes, L. C. "Forjar a mais ampla frente nacional em defesa da paz, da liberdade e contra o imperialismo", in: Rev. Problemas, nº 19, junho/julho de 1949, pp. 11-79.
- (29) - A Comissão Executiva, segundo a Folha do Povo (17 de dezembro de 1946), era formada por: João Amazonas, Diógenes Arruda Câmara, Milton Caires de Brito, Agostinho Dias de Oliveira, Francisco Gomes, Maurício Grabois, Sérgio Olmos, Pedro Pomar, Luiz Carlos Prestes, cf. R. H. Chilcote. The Brazilian Communist Party, Ed. University of California, Riverside, pp. 237-239.
- (30) - Prestes, L. C. Id., pp. 75-76.
- (31) - Grabois, M. "Nossa Política", in: Revista Problemas, nº 22, novembro de 1949, pp. 5-8.
- (33) - "Nossa Política: Manifesto de Agosto de 1950", in: Rev. Problemas, nº 30, outubro de 1950, pp. 3-13.
- (34) - O "Informe" ao Pleno é realizado por Maurício Grabois. "E levar o nível ideológico: tarefa decisiva para o fortalecimento e construção do partido", in: Rev. Problemas, nº 37, mai/jun 51, pp. 22-33.
- (35) - Id., ib., p. 24.
- (36) - Id., ib., p. 26.
- (37) - Id., ib., p. 27.
- (38) - Id., ib., p. 30.
- (39) - Id., ib., p. 31 (grifos meus).
- (40) - Id., ib., pp. 31-32.
- (41) - Amazonas, J. "Pela paz, pela libertação nacional (informe da Comissão Executiva do PC do B ao Pleno do C.N., em junho de 1951)", in: Revista Problemas, nº 35, jul/ago 51, p.42.

- (42) - Id., ib., p. 43.
- (43) - Câmara, D. A. "Forjemos nosso partido à imagem e semelhança do partido de Lenin e Stalin", in: Revista Problemas, nº 44, jan/fev 53, p. 99 (grifos meus).
- (44) - Id., ib., pp. 103-104 (grifos meus).
- (45) - Id., ib., p. 108.
- (46) - Id., ib., p. 108 (grifos meus).
- (47) - Id., ib., p. 110 (grifos meus).
- (48) - Id., ib., p. 110 (grifos meus).
- (49) - Id., ib., p. 111 (grifos meus).
- (50) - Telernechiéiev, V. "Intransigência para com as deficiências, importante qualidade do comunista", in: Revista Problemas, nº 57, mai/54, p. 102 (grifos meus).
- (51) - Prestes, L. C. "Informe do balanço do Comitê Central do PC do B ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil", in: Rev. Problemas, nº 64, dez/54 a fev/55, p. 96 (grifos meus).
- (52) - Id., ib., p. 99 (grifos meus).
- (53) - Campos, A. "Seleção, distribuição e formação dos quadros do nosso partido", in: Revista Problemas, nº 64, dez/54 a fev/55, pp. 295-296 (grifos meus).
- (54) - Bahia, S. "Preparação, formação e educação dos quadros do partido", in: Revista Problemas, nº 64, dez/54 a fev/55, p. 285.
- (55) - Id., ib., p. 287.
- (56) - Id., ib., p. 286.
- (57) - Id., ib., p. 288 (grifos meus).
- (58) - Id., ib., p. 289.
- (59) - Id., ib., p. 289.
- (60) - Id., ib., p. 290 (grifos meus).
- (61) - Id., ib., p. 291 (grifos meus).
- (62) - Id., ib., pp. 291-292 (grifos meus).
- (63) - Alves, M. "Elevar o nível político ideológico do partido. Tarefa essencial na luta pela vitória do Programa (Infor-

me apresentado em nome do Presidium ao Pleno do C. C.)" ,
in: Revista Problemas, nº 72, jan/fev 56, pp. 50-69.

- (64) - Id., ib., pp. 52-53 (grifos meus).
- (65) - Id., ib., p. 58.
- (66) - Id., ib., p. 59.
- (67) - Id., ib., p. 60 (grifos meus).
- (68) - Id., ib., p. 62 (grifos meus).
- (69) - Id., ib., p. 64 (grifos meus).
- (70) - Prestes, L. C. "A situação atual, a tática e as tarefas do Partido Comunista (informe ao Pleno ampliado do C. C. de janeiro de 1956)", in: Revista Problemas, nº 72, jan/fev 56, p. 33 (grifos meus).

39 Capítulo

A IMAGEM DO CORPO E O ESPELHO DA VERDADE

O Partido como Organismo

Isolado e coeso: aparentemente um cristal com suas faces polidas voltadas para dentro de si. Esta a imagem que, inicialmente, surge ao se observar as atividades do partido com sua ação pedagógica nas "escolas de quadros". Os agitados anos que precederam e acompanharam o período de legalidade entre 1943 e 1947, e o "tumulto" provocado pelas várias facções que dividiram o partido, pareciam ter caído no esquecimento. Os derrotados ou se auto-excluíram do partido, passando a gravitar na sua periferia, ou assumiram integralmente a linguagem da nova direção partidária, indeferenciando-se dos que a proferiam.

No lugar das dissonantes notas estabeleceu-se uma linguagem pura e unitária, monopólio de algumas poucas vozes pronunciadas em intermináveis "informes políticos" dos órgãos de direção. E foi nos escassos anos que separaram a nova situação do período anterior, quando os militantes ainda se encontravam nas prisões do Estado Novo, que velozmente se originou essa nova forma de linguagem e ação política. A prisão e depois o curto período de legalidade cederam o lugar à clandestinidade. Se o confinamento nos cárceres e o relativo isolamento na vida legal poderiam até ser considerados o resultado de uma série de condições adversas, nesse momento passam a predicados de uma política que destacava em seu discurso a eficácia da luta clandestina, denegando o fato óbvio: o isolamento completo vivido pelo partido em relação àqueles aos quais seu discurso pretensamente se dirigia (1).

O topos do discurso marcou esse deslocamento da ação : na prisão ainda era possível ouvir vozes dissonantes e, já na situação de clandestinidade, elas foram substituídas pelo eco de alguns monótonos narradores "oficiais". Aí linguagem e ação atingem um estado onde deve inexistir a passagem lenta de uma a outra, onde não deveria haver mais mediações a percorrer entre as duas realidades. Dada uma, seguir-se-ia imediatamente outra, prescindindo de todo ato de reflexão. O tempo se condensaria idealmente numa fórmula: palavra-ação.

Um cristal fechado em si mesmo, onde o topos da ação po

lítica e o topos discursivo foram incessantemente reduplicadas, tornando-se equivalentes - contra todas as evidências empíricas - e acabando por infundir aos militantes uma percepção cerrada do mundo. O que ali contaria era o que a própria narração dispunha como sendo o "mundo real e efetivo", o "mundo" como programa político e este como totalidade sendo gradativamente construída no plano físico da relação com as massas, retirando de si toda e qualquer impureza empírica. O mundo como totalidade está encerrado na narração de Luis Carlos Prestes, Diógenes Arruda, Carlos Marighella, João Amazonas, Jacob Gorender e alguns outros que ensinavam aos seus liderados a não olhar para fora do cristal, temendo as "contaminações" e a onipresente "infiltração do inimigo", podendo ofuscar a luz daquela totalidade.

É nessa narração contínua e sempre idêntica, no seu fundamento, que se constituiu cada uma das figuras particulares do discurso e da ação pedagógica: a "linha política", centro da narração, que pressupunha e que evidenciava a "ciência" e a "verdade", pano de fundo a partir de onde se projetavam as outras figuras; o "guia", personificação da "verdade" e do "corpo são"; e o "inimigo", desvio e símbolo do corpo "doente", o "outro" a ser evitado e eliminado.

Contudo, é nas consciências singulares que finalmente se instalou o discurso e para o que ele foi minuciosamente construído. E nesse espaço não é suficiente apenas um olhar circunscricional. Esse procedimento captaria somente o que um momento do discurso afirma: a absoluta fluidez dos movimentos daquelas consciências, seu completo repouso na auto-certeza.

Cada militante estaria encerrado no cristal, imaginando-se como uma de suas faces polidas, refletindo a "linha política" sem nenhum aparente desvio. Para alguns, esse momento não deixou de ser vivenciado na prisão, nos primórdios dos anos 40. Nesse lugar o canto se lhes afigurava exponenciar a força de sua harmoniosa reunião; o incessante trabalho, a base onde renovavam suas certezas; a leitura - quando existia - e os ensinamentos, a luz que fornecia os fundamentos de sua verdade. Para ele foi, em suma, o momento último de seu desenvolvimento, onde cada um se viu como pertencendo a um todo maior, transparente ao olhar e imediatamente apreensível. Para outros - no caso, a direção que emer -

giu da "Conferência da Mantiqueira" - tratava-se justamente de construir, a partir da nova "linha política", essa superfície isenta de qualquer desvio na reflexão da luz doutrinária. Construir uma certeza inabalável, de modo que qualquer militante pudesse afirmar o agora "é", prescindindo de todas as determinações empíricas anteriores a essa afirmação.

Um segundo olhar, agora mais atento à sucessão de momentos e com a existência de uma nova linha política, percebe a mesma consciência não mais no estado de certeza, mas no de uma divisão interior. Agora ela está incerta do que até então julgou infalível. As variadas expressões de si, que confirmavam essa certeza ítima, nesse momento se cindem e assumem valores opostos ao seu significado anterior. A harmonia do canto traduz-se em desarmonia de si com o partido; o incessante trabalho, dedicado como modelo para uma outra ordem, aparece-lhe então como inócua; e os ensinamentos nos quais fundamentava sua crença, mostram-se repletos de erros. Há uma transfiguração dessa consciência militante, que a impede de permanecer na antiga certeza: o repouso que encontrava agora é negado por si mesma e pela direção do partido.

Desse modo, o que esse "eu" compreendia como verdadeiro e pertencendo à sua natureza ítima, torna-se "não-eu", o que ele já foi e não pode ser mais. Por sua vez, a certeza e a verdade que aparentavam lhe pertencer, lhe são agora exteriores, e nesse momento o repouso é substituído pela busca dessa nova totalidade, concentrada na "linha política" emergente. "Eu" sou o que não deveria ser e devo ser o que ainda não sou, o que se encontra fora de mim. Aqui ocorre um deslocamento complementar: o "eu" que foi, era - assim se afigura para si - um "eu" inscrito na totalidade, deixando, ao mesmo tempo, de sê-lo. Uma outra percepção se instala: é apenas um eu "negativo", exterior ao movimento que conforma a realidade. E como eu "negativo e exterior" não se encontra mais na situação de agente ativo de transformação dessa realidade, mas na de uma existência passiva e contingente. Nestes termos paradoxais é que se pode resumir a angústia e opressão dessa consciência sobre a qual recairá a reeducação do partido, o que lhe permite reinscrever-se entre aqueles que já participaram do novo desenho da totalidade, justamente o centro que narra o novo ao rejeitar o antigo.

Um outro traço dessa consciência militante deve ser delimitado com mais precisão. Gregório Bezerra, nas suas Memórias, encerra num só enunciado duas afirmações opostas: "Eu, pessoalmente, achava que Getúlio devia sair pelas armas, embora estivesse plenamente de acordo com o apoio do partido a Vargas" (2). Apesar de pronunciadas numa sucessão linear, elas se unem a momentos distintos. A primeira, que fez parte da antiga "linha política" - do período que precedeu a "Conferência da Mantiqueira" -, agora é apenas um resquício que Bezerra teima em gravar na sua memória. E para o centro dirigente é apenas um indivíduo - mesmo que sejam muitos ou até a maioria dos quadros - que reluta em aceitar a nova política. Logo, é um "eu" caído nas contrafações que a realidade produziu, exclamará o dirigente, até que o militante diga: "Se só eu discordo, quem deve estar errado sou eu". O paradoxo é que até há pouco o que ele agora afirma ser um erro era exatamente aquilo que reconhecia como verdadeiro, e mais do que isso, era o que ele mesmo denotava ser. O que equivale a dizer: "O que fui era apenas ilusão". Este paradoxo constitui um aspecto essencial: cada um dos seus momentos é, para essa consciência, ilusório, excetuando-se dessa sequência negativa aquele em que se encontra ou almeja encontrar-se, que é estar plenamente de acordo com a "verdade" do partido. A corporeidade empírica dessa consciência, para si e para a direção do partido, deve ser suprimida como erro, ilusão, pura contingência, isto é, aquilo que a constitui, sua textura - a superposição de sua vivência mesma - é negada e abandonada como uma crosta ressecada de uma forma que não lhe é mais essencial e em seu lugar põe o que lhe aparece como sua nova essência, sua reinserção na totalidade. O resultado da operação pedagógica: o pretendido pelos que dominam o aparelho partidário.

Tanto o movimento da consciência militante ao perseguir o que para si aparenta ser sua nova essência - forma cristalizada na "linha política" -, quanto as conseqüentes tarefas pedagógicas que ocorrem no interior da organização, compõem o eixo pelo qual pode ser delimitado e definido o campo onde se executou a educação. Porém, seria um erro limitar o processo a estes aspectos, pois seu princípio não se encontra aí. É óbvio que esse movimento se localiza na consciência singular, contudo, suas formas e seus conteúdos são produzidos fora dela, encontrando nela a matéria física que torna visível o movimento de vai-e-vem da "verdade".

A descrição efetuada até aqui, do encontro entre Bezerra e Prestes, e a educação produzida nas escolas, indica uma postulação inversa do problema. A definição da "certeza" e "verdade" não é realizada pelos militantes; o momento de cada uma, sempre colocado como absoluto, também não o é; e, do mesmo modo, o campo das exclusões, do que não é verdadeiro, tão importante quanto o "lado positivo" para o partido.

Assim, constatando-se um movimento próprio às consciências no interior do partido, não é nelas que se dá sua determinação mais fundamental. O que há de próprio nelas é unicamente a alternância entre o "repouso" e a "busca", permanecendo para si imcompreensível o deslocamento de sentido que se efetua entre os termos de verdade e erro. Inscritas no erro, elas se percebem impotentes, puras contingências que assumem todos os valores negativos anunciados no discurso pelo partido. Elas, para si, são o que não deseja ser, são "negatividade". No polo oposto, o "coletivo" lhes fornece a "verdade", a prova de sua certeza mais íntima, sua "positividade". E aqui elas são através do "coletivo" e não por si. Desse modo, finalmente, coloca-se a questão: quem produziu a "verdade" e a sua correlata prova? E como a produziu? Pode-se avançar uma questão mais delicada: para que e para quem?

Nesse ponto, já se destaca o que foi se desenhando nas páginas anteriores. Na concepção que o partido faz de si mesmo, há um contraponto que se resume a duas aparentes vozes - "aparentes" porque só uma é pronunciada. O primeiro registro é o do próprio partido, a voz "positiva" que define e delimita o que é a "verdade" e a "certeza" num dado momento. O segundo registro, oposto ao outro, pertence ao que está fora dessa verdade, seu lado negativo. O primeiro assenta-se sobre a comunhão de consciências, a voz "coletiva". O segundo, como seu perfeito simétrico, presume não a harmonia da comunhão, mas a dissonância provocada pela voz individual. Esta se exterioriza face ao "coletivo", sendo esse processo o sinônimo de um exteriorizar-se a si mesma. Mas, no ato de exteriorização, o que se ouve não é a voz individual, mas sim, a que é pronunciada pelo "coletivo".

É esta oposição, "coletivo-individual", o pressuposto e fundamento da educação de quadros do partido. É este par conceitual que constituirá múltiplas ressonâncias no discurso integral.

do partido, traçando correspondências com os pares "verdade-erro", "amigo-inimigo", "interno-externo". Pares que atravessam de ponta-a-ponta não só o discurso, mas, em determinadas conjunturas, invadem sua réplica física ao separar seus elementos, até então reunidos "harmoniosamente" em positivos e negativos momentos de processo e expurgo.

Num informe ao "Pleno do Comitê Nacional", de fevereiro de 1952, Diógenes Arruda Câmara resume na sua locução esse aspecto da oposição: "Sem dúvida alguma, como mostra nossa própria experiência, muitos dos elementos de origem pequeno-burguesa que, por seu espírito combativo e suas inclinações revolucionárias, vêm ao partido, superam seu individualismo, suas incompreensões e oscilações, subordinam voluntária e conscientemente toda sua vida, seus desejos e interesses à vida, aos desejos e interesses do partido (...). Reeduam-se, fazem esforços sinceros para elevar-se à compreensão dos pontos de vista proletários de classe, procuram assimilar e aplicar corretamente a doutrina marxista-leninista-estalinista (...).

"Há, entretanto, outra parte de elementos pequeno-burgueses, membros do partido, que não procura assimilar sincera e corretamente o marxismo-leninismo-estalinismo, não faz esforços para se elevar aos pontos de vista e aos métodos de trabalho proletários; resiste de uma ou outra maneira, em libertar-se de suas origens e concepções sociais, continua aferrado obstinadamente à ideologia da camada social a que pertence (...). São esses, em geral, os portadores, dentro do partido, do espírito de vacilação e oportunismo, do espírito de desmoralização e incerteza; são esses elementos que oscilam permanentemente entre a exaltação e o abatimento" (3).

Precisemos a fala de Diógenes Arruda Câmara. Toda ela recai na imprecisão, pois em nenhum momento são oferecidas ao militantes as determinações empíricas que delimitariam o objeto de que trata o texto. Apenas é afirmado que o "elemento pequeno-burguês resiste em libertar-se de suas origens", não acrescentando nenhum conteúdo particular a esta determinação abstrata. Pode-se questionar: quem? Em que circunstância ocorre essa "relutância?" Desse modo, o receptor do discurso - os militantes do partido - fica impedido de realizar qualquer verificação do conteúdo que o discurso propõe.

Assim, a identificação da fonte de incerteza e vacilação, na suposta origem pequeno-burguesa de alguns membros do partido, que pode sugerir ser o fator mais importante, é apenas um dado secundário quanto a seu conteúdo. O decisivo no argumento de Arruda Câmara é a origem de cada um: qualquer um pode ser fonte de "individualismo", "incompreensão" e "oscilação", pois essa origem, qualquer que seja a extração social específica, sempre é externa ao partido.

Poucos meses antes do informe de Diógenes de Arruda Câmara, L. C. Prestes, no editorial da citada revista, corrobora esse ponto ao retratar as qualidades - "negativas" do seu ponto de vista - do proletariado brasileiro, segundo ele ainda permeável à ideologia "pequeno-burguesa" e mesmo "burguesa". Diz no referido artigo: "(...) o proletariado brasileiro é de formação ainda recente e sua origem camponesa não pode deixar de exercer forte influência ideológica, trazendo para o seio do partido diferentes opiniões não-proletárias" (4). É a origem do indivíduo que concorre para aumentar os riscos de ver surgir no interior a quilo que permanentemente deveria estar no exterior. E também o intelectual não escapará à necessidade asséptica: "Outra causa dessa influência da ideologia pequeno-burguesa nas fileiras de nosso partido está no afluxo da intelectualidade revolucionária anti-imperialista (...). Muitos desses aderentes ao partido(...), adquirem a ideologia do proletariado, mas outros sentem maior dificuldade para se libertarem por completo da ideologia pequeno-burguesa" (5).

Nem camponês, nem intelectual, nem operário, pois todos procedem de uma origem comum: são externos ao partido e, por isso mesmo, em si carregam os resquícios de um meio impuro, no limite, perigoso aos que se encontram dentro (6). Cada indivíduo, pelos laços que conserva com o seu meio originário, constitui uma ameaça para a existência do partido. Daí a necessidade de um permanente controle sobre esses indivíduos, deduz Prestes: "(...) reduzimos de muito nossa vigilância de classe, (...), esse caminho (levava) ao enfraquecimento cada vez maior do partido" (7).

Logo a meta perseguida torna-se a de purificar essa vanguarda, concebida como um "corpo vivo" passível de contágio por corpos estranhos à sua natureza. Prossegue o então secretário-ge

ral: "Essa vanguarda é o Partido Comunista, organização viva que não surge espontaneamente, mas que nasce e cresce e se desenvolve e consolida no processo das próprias lutas da classe operária (...). Como ensina o camarada Stalin-- "o Partido é um corpo vivo, e como todo corpo vivo renova constantemente sua substância. No processo de sua formação, tudo que é novo cresce, ao mesmo tempo que o que morre é posto para fora do partido" (8).

Nessa passagem se conjugam os termos antitéticos: de um lado "partido-coletivo-corpo-nova substância"; de outro, "indivíduo-velha substância-organismo morto". Desse modo se qualifica a noção de coletivo, pois não se trata de uma reunião aleatória de elementos dispersos, mas um "corpo" que possui uma "substância" específica, não espontânea, carente de um instrumento complementar que permita extirpar sua "substância morta". A esse respeito continua Prestes: "Nestas condições, o problem principal na organização de nosso partido hoje está na sua reconstrução ideológica, o que quer dizer, educar e formar novos quadros proletários e reeducar os membros de nosso partido, especialmente os elementos revolucionários de origem pequeno-burguesa" (9).

Finalmente, o termo do discurso de Prestes conduz a uma nova conjugação dos elementos. O par antitético "corpo vivo-substância morta" é substituído pela intervenção de um instrumento, a educação e reeducação dos quadros, que ocasiona a ablação do segundo termo, ao mesmo tempo que impede o contágio da substância nascente. O novo par, "corpo e instrumento" - traduzido em partido e educação -, reúne numa única locução e num único ato dois universos com recortes opostos na percepção e representação da realidade material e espiritual, os símiles orgânicos e mecânico, provisoriamente conciliados através da metáfora médica(10).

Logo, a constituição do partido aparentemente espelha-se na semelhança que possui com a imagem do organismo. Ambos devem se assemelhar nas suas qualidades: "nascem", "crescem" e se "desenvolvem", no dizer de Prestes. Contudo, essa relação é imprecisa, pois o nexu entre partido e organismo aqui seria de uma simples analogia no seu funcionamento. Para além dessa analogia nada haveria de comum. Seriam duas formas exteriores possuindo apenas uma identidade na sua aparência externa. Prestes, contudo, é mais preciso e sua afirmação indica a existência de um outro

nexo, este mais íntimo do que a mera similitude de formas, ligado à natureza mesma de ambos e não só à sua forma exterior. "O partido é um corpo vivo", diz ele reproduzindo Stalin, logo a seguir completando: "gerado não por si só, porém, como resultado da diligência de outro corpo no qual repousa sua identidade, uma "organização viva que não surge espontaneamente, mas que nasce (...) no processo das próprias lutas da classe operária". E como resultado, o partido conduz em si a principal qualidade do corpo que o gerou: a renovação constante de sua "substância" interior e a conseqüente expulsão de "substância morta".

O termo lógico desse processo é que a não consecução dos atos de renovar e expulsar, prejudicará o crescimento e o desenvolvimento desse organismo e até poderá levá-lo à morte pelo seu gradativo "enfraquecimento", deduz-se dos enunciados do secretário-geral.

Aqui não há mais uma semelhança apenas externa entre corpo vivo, no caso o corpo social e o partido-corpo, mas ambos devem possuir uma lógica idêntica ao de um organismo natural. Entenda-se a cadeia sucessiva proposta e que implica num grau de pureza e auto-consciência superior na passagem de uma a outro; organismo natural, corpo social e partido; cadeia onde, apesar das particularidades de cada termo, prevalece em todos a natureza íntima que os identifica e impõe uma necessidade única. Cada termo faz parte do domínio natural do mundo em que impera a necessidade, e os fenômenos que os percorrem se instalam nessa esfera da necessidade. Aí não pode existir a contingência, signo imediato de um desvio dessa cadeia evolutiva (11).

Em um artigo de Jacob Gorende (12), escrito em 1948, pode-se divisar a aplicação desse esquema nas considerações que o autor tece ao relacionar o social com sua representação política. No caso específico, as classes dominantes e a fragmentação de seus partidos. Logo ao início do texto, fica estabelecida a máxima que notará toda a sua argumentação: "Uma das leis formuladas pela ciência social marxista é a de que os partidos políticos, sejam quais forem suas formas aparentes, representam sempre os interesses econômicos de determinadas classes". Em conseqüência, o político é subordinado ao econômico, ou antes, aquele é determinado por este. Logo, se há uma classe, deveria haver uma só re

apresentação política. Não é esta, contudo, a conclusão do autor, pois segundo ele, se "a base material da sociedade gera os fenômenos políticos de super-estrutura (...), tais fenômenos se desdobram, até certo ponto, de maneira específica, dentro de características peculiares, sem escapar, está claro, à determinação, em última instância, da base econômica" (13). A sequência que o autor apresenta pode ser resumida na seguinte fórmula: base econômica, sociedade, fenômeno político, ficando a última instância regulada como por um "reflexo indireto" à primeira. No caso brasileiro, a heterogeneidade da representação se veria agravada por um outro fator, existente na própria base material: sua estrutura não seria unívoca, mas conteria elementos pertencentes a uma outra ordem e que se acoplaria à "formação social capitalista" como um resquício anterior e provocando a existência de uma estrutura dual - resquícios de um certo feudalismo.

Deve-se entender, ainda segundo o autor, a maior heterogeneidade dos partidos aqui existentes, pois ela "faz com que sejam numerosos e ainda os fracionem em alas e dissidências num ininterrupto processo de composição e recomposição. Unidos, embora sob a égide dos mesmos partidos, os setores sociais que os compõem não podem suprimir com isso a sua diversidade e contradição de interesses" (14). Aqui, o social é heterogêneo e contraditório, qualidades que atingem a própria representação política da classe dominante, tornando-a mesmo incapaz de realizar sua "missão histórica, a "revolução democrática e nacional". Na representação dessa classe se mesclariam interesses opostos, enfraquecendo sua capacidade de articular a política efetiva que justificaria sua existência, medindo-se essa fraqueza por sua incapacidade em eliminar o resquício dessa outra ordem econômica.

A ressonância que o corpo heterogêneo, na sua constituição provoca, faz sentir-se ainda em um aspecto central da política do PC: se a burguesia nacional, afirmam todos os programas do partido, é incapaz de eliminar esses resquícios e levar a efeito o programa de uma revolução "democrática e nacional", cabe ao partido - aliado à essa burguesia - tornar efetivos os pontos desse programa. Só o partido, por seu caráter homogêneo, "armado com a teoria revolucionária" e ligado com a parcela mais avançada do corpo social, se constituirá como instrumento capaz de realizar essa tarefa.

Só ao realizar-se inteiramente a eliminação desses resquícios, é que poderia se desenvolver o ciclo completo da sucção de formas. Aí a genética do social tenderia para a resolução final do conflito existente no seu interior, a sua homogeneidade absoluta. E a classe operária, ocupando o centro da luta, serviria como modelo de identificação para o qual tende o desenvolvimento natural do corpo. A perfeição se concluiria na completa homogeneidade dos membros desse social idealizado, dissolvendo-se as substâncias que não servem para impulsionar seu auto-movimento. Assim, exclui-se a burguesia, principal resquício que impede a organização do novo corpo, seguindo-se o camponês que conserva os traços de uma ordem ainda mais antiga; o intelectual pequeno-burguês que carrega em seu corpo uma "ideologia estranha ao proletariado"; e, até mesmo, operários que conservem influências que não as de sua classe. Note-se que essa ordem de exclusões não é determinada como um fato empírico - embora aí ela se efetive -, mas tem existência no mundo concebido como ordem racional, manifestação de sua essência extra-temporal e extra-espacial - forma pura de um platonismo vulgarizado.

Essa mesma lógica, como se viu, impera no interior do partido. Porém, aí, à diferença do campo social, ela pode contar com uma eficácia real. Zhdánov, último dirigente da IIIa. Internacional, e no ano de 1947, um dos principais formuladores da política de "divisão do mundo em dois blocos antagônicos", resume de modo preciso a operacionalidade dessa lógica nos partidos comunistas: "Esquecem que todo nosso trabalho de construção do socialismo, toda a nossa atividade educativa está destinada a conseguir a transformação da consciência dos homens. Precisamente para transformar os homens, para transformar sua consciência, existe o nosso partido (...). Se há quem pense que a transformação da consciência dos homens não alcançará os membros do partido, que os comunistas estão livres de nascença de todos os preconceitos e que não necessitam em absoluto de qualquer reeducação, tem um conceito idealista e esquemático da personalidade humana. Esta atitude, pela qual se julga um homem de modo abstrato, por um padrão preparado de antemão, e não se estudam todas as suas relações e contingências, é uma atitude que condena à passividade e a uma visão pessimista dos homens (...). Por sua metodologia, é profundamente contrária ao bolchevismo" (15).

Há, ainda, uma diferenciação no âmbito do discurso de Prestes - como também, no de Zhdánov - que revela a não equivalência total entre o "corpo social" e o partido. Ambos concebem o primeiro termo como "corpo" que luta para destacar de si sua "substância morta", tendo como resultado desse processo a geração do segundo termo. Se o social é o organismo que, através de seu movimento tende a progredir no sentido de sua completa homogeneização, o partido é a parte que está à sua frente, formado por elementos segregados pelo social e purificados no contato com a "teoria revolucionária". No já citado artigo, Prestes afirma: "Mas para que a classe operária possa efetivamente realizar essa missão histórica (no momento em que foi escrito, a principal missão da classe operária era lutar contra o "imperialismo norte-americano e seu aliado interno", o segundo governo de Vargas - S.J.R. -) é indispensável que tenha à sua frente uma vanguarda organizada, consciente, armada com a teoria revolucionária" (16). Assim, entre os termos se estabelece uma hierarquia, e embora participem da mesma natureza orgânica, o social deve, finalmente, se subordinar e reconhecer na figura do partido as "qualidades" que em si mesmo luta para produzir. Nesses termos, o partido é, para si mesmo, um "corpo", necessitando ser reeducado permanentemente de modo similar ao corpo que o gerou. Por outro lado, o partido se coloca como instrumento do social, pois é ele a "vanguarda revolucionária, organizada e consciente" que, por essas qualidades mesmas, pode "transformar os homens" até a absoluta equivalência entre social e partido, a sua homogeneidade completa e final (17), naquele instante ainda movendo-se no plano ideal.

Ilumina-se, provisoriamente, a constante busca efetuada pela consciência singular, ao querer sua permanência no interior desse "corpo". Aí, e só aí, ele entende possuir as qualidades "positivas" que, como indivíduo, percebe-se incapaz de produzir. São um corpo - uma totalidade sendo constituída - tem em si a força e virtude necessárias para engendrã-las. Seu pressuposto necessário é, agora, esse "corpo" sem o qual sua existência como indivíduo é puramente contingente. Seu medo, por conseguinte, é o de cair, do retorno a um meio heterogêneo que concebe como negativo e onde ele próprio é "negativo" para si. Afinal, se se concretizou sua queda, ela deve ser a consequência de ser um "operário com idéias não-operárias", um intelectual com anseios revolucio-

nários guardando dentro de si resquícios não revolucionários . Nesse limite, cada um é permanentemente interior e exterior ao corpo, e para si mesmo se constitui a certeza de que necessita ser continuamente reeducado.

A questão central ainda permanece: quem produz o corpo e delimita sua parte interior e exterior? E para quê? Ou, então, deveria se aceitar o que a narração mesma propõe, qual seja: esse "organismo vivo" é um resultado, possuindo leis que ultrapassam seu contorno imediato e às quais deve-se submeter, reconhecendo nelas o inevitável movimento da necessidade, um destino que pode ser interpretado mas ao qual não é possível se subtrair?

Provisoriamente transigindo em que a resposta a essa questão seja dada ao longo do trabalho, uma outra pode aqui ser formulada: que (ou quais) índice permite indicar que o recorte aqui efetuado não seja arbitrário ou constituído de uma experiência apenas singular? Ou, ainda, até que ponto o imaginário aqui retraçado, aceitando-se sua existência tal como está contida na descrição, possua realmente suas balizas mais sólidas nas aqui indicadas e não seja apenas uma ilusão transportada ao plano da interpretação? Constitui, finalmente, a episteme orgânica o pano de fundo a partir do qual pode se reconstituir o traçado que vai compondo o desenho global desse fenômeno particular?

As fontes aqui utilizadas, por sua natureza, impõem limites ao exercício da interpretação. Os artigos e as resoluções do partido foram escritas, na sua totalidade, com uma preocupação voltada para o imediato, minimizando o desenvolvimento de seus próprios fundamentos teóricos. Em momento algum surge a reflexão sobre o princípio que alicerça o contínuo da sua construção teórica. Ele é tomado como pressuposto dado por si mesmo, tornando-se uma figura ausente e só na reunião de um enorme volume de textos é que se abre a possibilidade de fazer emergir, a partir de alguns traços dispersos, o que por si se ausenta da superfície.

É também possível confrontar essa experiência com outras similares, especialmente as que se constituíram nos Estados socialistas. Essa aproximação é plausível desde que se atente para uma diferença fundamental entre elas: aqui a experiência do

partido viu-se limitada a seu contorno interno, dado o isolamento social que em poucas e restritas oportunidades foi rompido. Assim, o seu ideário permeneceu quase que integralmente no campo abstrato, não se efetivando no plano da experiência se se exce-
tuar a que ocorreu no seu interior. Nos Estados socialistas, ao contrário, o ideário efetivamente invadiu o social, e o partido, ao confundir-se com o Estado, obteve o êxito de substituir a natureza espontânea das massas por controles e restrições no seu surgimento e, principalmente, colocando a sua meta como sendo a das próprias massas. Há, sobretudo, uma diferença de grau entre as duas experiências, uma transpondo os limites físicos do partido, atingindo, assim, a "consciência dos homens", enquanto que a outra se limitou a administrar suas próprias consciências. Mas, afinal, qual é essa meta e qual seu conteúdo?

Claude Lefort, em seus trabalhos sobre as sociedades totalitárias, identifica essa meta como a de uma gigantesca e incessante produção de um "corpo social", onde as diferenças internas tendem à completa dissolução. Em seu lugar, instaura-se uma fictícia homogeneidade entre a totalidade dos indivíduos. Fictícia porque, no lugar da diferença no interior do social e deste com o Estado, estabelece-se uma rígida hierarquia que separa e domina a sociedade frente ao Estado. Um exemplo sintomático da denegação e sua substituição por uma vontade heterônoma seria dada, segundo o autor, pela inexistência do direito de opinião nesses países. Perguntando-se o por que de nesses Estados a opinião necessariamente surgir como signo de alteridade no social, inexistindo desse modo a figura de violação ao direito de opinar, o autor argumenta que aí é simplesmente impossível que a opinião possua seu estatuto próprio. O seu surgimento implica em contrariar a lógica na qual se assenta o poder: no princípio deste há uma redução e um ponto único que se localiza na interseção entre partido e verdade; nesse ponto, os dois termos assumem uma identidade absoluta e no qual o índice de uma diferença imediatamente é associado com valores opostos àqueles: a doença para o corpo, o erro para a verdade, pois essa mesma lógica se amplia em direção ao social, aparentemente como se procedesse a um retorno à este último; se a verdade tem uma existência necessária e quase que natural no interior do mundo, sendo o resultado da história desse social, o partido é justamente a instância que interpreta o movimento histórico. Deste retira seu produto racional - a verda

de - repondo-o na sua forma pura e acabada no meio de onde, pretensamente, saiu, no "corpo do povo soviético". Desse modo, é impossível a opinião, pois ela por si só constitui um sinal evidente de algo exterior à verdade e ao corpo que a institui. Logo, pode-se afirmar que, ao ocorrer uma violação do direito à opinião no interior do corpo soviético, sua violação "existe apenas aos olhos das vítimas" (18), que para o poder já estão na exterioridade do corpo e da verdade.

Mas é, sobretudo, a imagem do corpo que fornece o princípio da lógica do funcionamento ideal do poder e da sociedade soviéticos. Segundo Lefort, "a representação do povo-uno não está em contradição com a de um poder todo-poderoso, (...). Um tal poder destacado do conjunto social, que domina o todo, se confunde com o partido, se confunde com o povo, com o proletariado. Confunde-se com o corpo inteiro enquanto é a sua cabeça (...). Essa lógica de identificação regulada secretamente pela imagem do corpo explica, por sua vez, a condensação que se opera entre o princípio do poder, o princípio da lei e o princípio do conhecimento" (19).

Afastado provisoriamente o risco de uma arbitrariedade que tivesse incorrido o intérprete na seleção dos textos produzidos pelo partido ou de uma ilusão transplantada ao plano da interpretação, o registro da análise de Lefort é suficiente para reconhecer nas duas experiências uma similaridade básica: nelas a inscrição do orgânico, além de ser comum às duas, condensa o princípio de onde surgem os traços que definiram senão a totalidade do fenômeno, ao menos suas linhas principais.

Não é aqui o lugar adequado para se perguntar da origem desse princípio no interior da doutrina, dado o limite deste trabalho. Limite contraposto à extensão que o imaginário orgânico ocupa na história do pensamento e na sua repetida inscrição no modo com que o poder percebeu a si mesmo em largos períodos. Porém, isso não exclui a possibilidade de aproximar, e de um modo apenas abstrato, esse imaginário particular ao pensamento de um autor que conduz sua construção teórica até o ponto em que ideal e real - entendidos como momentos de uma totalidade - fluem no sentido de uma identidade crescente sob o fluxo de um movimento orgânico até seu encontro completo e final. Refiro-me a Hegel que,

ao contrário de outros, não se limita a destacar um aspecto desse mundo - uma essência definida e da qual se retiram todos os outros elementos, percebidos como acidentais e exteriores a ela, mas totaliza as figuras do espírito e da natureza em um movimento que é, em si mesmo, a essência desse mundo e no qual os momentos passados persistem como positivos e necessários à sua consecução.

A aproximação permitida, em consequência, é apenas exterior. Ausentam-se a teia de elementos empíricos que poderiam conduzir de uma à outra, da construção ideal à tentativa de efetivar no real o que há de comum em ambas, o paradigma orgânico. Em Hegel esse paradigma encontra-se explicitamente colocado, conduzindo o conjunto da reflexão, ao passo que opera de um modo quase ausente na superfície do discurso do partido, regulando tão somente sua lógica menos evidente. Basta dizer que o modelo idealizado sofreu inúmeras inflexões na trajetória entre esses dois extremos, assentindo-se na existência, mesmo que tênue, de uma ligação entre Hegel e a doutrina política aqui examinada. Na ausência dessa teia, o confronto entre as duas concepções somente permite o encontro das semelhanças e desencontros entre elas. Não se procura evidenciar a existência de uma lógica interna que leve de uma à outra. O confronto não visa destacar o que uma possui de "germe" - tal como alguns filósofos franceses se deliciaram em realizar na década passada, esquecendo-se de construir as mediações entre o "ideal" do sistema teórico e o "real" da experiência -, mas colocar a experiência restrita do objeto aqui tratado superposto a um pano de fundo mais amplo. O objetivo é trazer à superfície do discurso os elementos estratégicos para sua concepção de Estado e da inserção dos indivíduos neste último, e elementos que se efetivam no plano imediato da educação dos militantes.

Se esse é um limite, outro ainda se destaca ao se considerar o próprio Hegel. Aqui não será examinado o vasto painel que forma essa episteme, e no qual o filósofo ocupa um dos lugares privilegiados, concentrando na sua reflexão as elaborações parciais que, finalmente, se reuniram sob a égide uma totalização que inclui ser o pensamento. Logo exclui-se um conjunto de pensadores que se associam nos mesmos pressupostos, opondo-se a um pensamento epistêmico que afirma a existência como resultado de

um movimento físico regido por uma necessidade exterior às partes e não de uma necessidade interna. Não haveria um telos, ou se há, ele permanece incompreendido em razão dos limites do pensamento na sua apreensão (20). A carência de uma necessidade interna - constituindo-se a existência um acaso - ou a indeterminação final dessa existência pelo desconhecimento das leis internas que regem seu movimento, conduzem a uma separação radical entre ser e pensamento na física mecânica.

Contra essa disjunção e contra a negação de uma finalidade interna no movimento físico, soma-se um conjunto de reflexões que afirma o contrário: Goethe, na sua Doutrina das Cores, ao analisar o fenômeno da luz, afirma que ela só pode ser percebida porque há uma correspondência interna entre o fenômeno e aquele que o percebe; Herder, em uma Outra Filosofia da História, estende a finalidade interna da física para a história humana, procurando revelar suas determinações imanentes; Schelling, na sua Natürphilosophie, intui a organicidade do universo inteiro e apresenta sua reflexão sobre a física universal como a última possível, faltando-lhe apenas alguns elementos de comprovação em aspectos particulares da teoria (21); e Hegel que, ao mesmo tempo, se coloca no interior desse conjunto e dele afasta-se, afirma que o processo das determinações do ser possui uma continuidade nas do pensamento. Assim, o percurso da consciência seria o de descobrir em si mesma essas determinações, encontrando no resultado do caminho percorrido da descoberta de si a verdade, que pertence à natureza íntima do mundo, e a certeza que o seu próprio caminho confirma.

O universo, logo, não pode ser intuído, como queriam os românticos, mas somente pensado por uma consciência reflexiva e "aqueles que se abandonam à formulação desordenada da substância crêem, ao esconderem a consciência de si e ao renunciarem ao entendimento, serem os eleitos de Deus, aos quais Deus infunde a sabedoria no sono, mas nesse sono o que eles recebem e engendram efetivamente não são mais que sonhos" (22). Refere-se, assim, com ironia a Schelling e aos românticos que prescindiram do "paciente trabalho do conceito" para atingir "o saber absoluto", pretendendo alcançá-lo tão somente com a intuição e o sentimento.

Hegel surge como o pensador que emprestou o maior grau

de coerência a essa maneira de reflexão dentre os que lhe eram próximos. Nele convergem para um ponto único a metafísica (a lógica), a filosofia da natureza, a filosofia da história e a filosofia política, produzindo-se uma síntese até então inédita, em que as próprias divisões da filosofia nada mais são do que momentos de um todo. Aí o todo, embora sendo o resultado do movimento, e pressuposto e fim do próprio movimento é, ao mesmo tempo, o processo se efetivando e a condição necessária à inteligibilidade de si mesmo.

A metáfora que se inscreve na consecução desse todo, na reflexão de Hegel, é a do "corpo orgânico", não apenas como imagem, mas como movimento mesmo do mundo natural e da consciência. É a "dialética do conceito", onde o movimento da reflexão não mais é exterior aos momentos do ser, mas interior ao ser e à essência. Só aí é que se inicia o verdadeiro conhecimento filosófico, científico como queria Hegel. Numa passagem da Fenomenologia, Hegel diferencia claramente o conhecimento filosófico - que para ele é um conhecimento do ser e da essência - do conhecimento matemático - que não é mais do que o conhecimento do ser da natureza da coisa, exterior a ela: "O nascimento interior ou o devir da substância é uma passagem sem corte na exterioridade ou no ser-aí; ela é um ser-para-outro, e inversamente o devir do ser-aí é seu movimento de se retirar na essência. O movimento é assim o duplo processo e o devir do todo; assim, cada momento põe o outro ao mesmo tempo, e cada um tem nele os dois momentos como dois aspectos; logo, tomados conjuntamente, eles constituem o todo na medida que a si mesmos se dissolvem e se fazem momentos do todo" (23). Desse modo, só há conhecimento verdadeiro - para Hegel - quando o "sujeito" do conhecimento reconhecer que o "objeto" e ele mesmo participam do mesmo movimento, não como idênticos, porém, como dois momentos do todo. Um é o negativo do outro, dissolvendo-se mutuamente, ao contrário da episteme mecânica que separava radicalmente o ser do movimento da reflexão. Portanto, a imagem do todo orgânico, em Hegel, não é uma pintura abstrata do mundo, mas é o próprio mundo captado pela reflexão e que se efetiva de modo real: o quadro, a pintura, aqui, é o mundo mesmo em seu devir.

Hegel: a Dança dos Membros

Antes de reconstituir a problemática da produção do "todo" como a concebeu Hegel, retorno ao objeto deste estudo, procurando resumir os aspectos centrais de sua constituição, do modo como o partido a si e seu em torno.

Para o partido, como vimos, a constituição do todo é uma tendência a passar do meio impuro ao grau de pureza absoluto. A tendência atuaria no social, este se constituindo no meio onde esse processo se efetiva, como "lei natural e necessária", e levaria a uma progressiva modificação no sentido de subtrair de seu interior a diversidade de sua existência. Elimina, portanto, o que se tornou impuro e reforça, em todos os momentos, a aproximação ao que deve ser o resultado final: a completa homogeneidade de si. O partido surge nesse processo ostentando uma dupla face: é o resultado da tendência natural do "organismo social", da luta interna que apaga a heterogeneidade, e alcança a igualdade consigo mesmo. Aí o partido é o resultado porque ele próprio se concebe como a realização efetiva, no aqui e agora, daquela tendência. Para si ele já alcançou no imediato a homogeneidade a que o social apenas almeja.

Ao mesmo tempo, e por ser já resultado, ele se constitui no espelho para o qual o social deve permanentemente se voltar, reconhecendo no partido aquele que realizou em si a homogeneidade e tomando-o como exemplo de seu próprio desenvolvimento ulterior. Aqui o partido ocupa o lugar ativo da educação da consciência dos homens, e leva-as a aceitar o que para si mesmas permanece informe e incerto: tais consciências devem admitir a verdade que o partido instaurou, dado que essa verdade seria a evolução do social mesmo.

Esse movimento se reproduz no interior do partido. Como corpo, ele é constituído de indivíduos segregados por seu em torno, isto é, militantes que se retiraram de um meio impuro e atingiram outro meio mais puro. Ao se efetuar essa passagem, o espelho que o indivíduo tem à sua frente obriga-o a abandonar a forma e o conteúdo que definiam até então sua individualidade. Ele deixa atrás de si tanto sua forma individual, quanto o conteúdo que o preenchia, aspectos de seu ser singular tornados agora "negativos" para si e para o partido.

O momento seguinte já é o de sua emergência no "ser coletivo" e o de estar imerso na certeza propiciada pela linha política, na certeza imediata e última do programa do partido. Todo o partido tem esta certeza, assim como todos os seus militantes se percebem iguais entre si, isto é, a meta final - a absoluta homogeneidade - para eles se realizou de forma plena.

Isto até ocorrer a mudança de "linha política". Agora o que antes constituía a verdade e a certeza transforma-se no seu contrário e, em seu lugar, instala-se uma nova verdade e certeza. A forma antiga terá de, inevitavelmente, ser abandonada, e a relação especular que o partido projetava sobre o social, transporta-se para o seu interior: um novo espelho é produzido como "modelo" para as consciências dos militantes. Daí o paradoxo: se, no momento anterior, todos compartilhavam do mesmo modelo, e se o partido constituía um corpo absolutamente homogêneo e puro, então de onde e como pode surgir essa nova verdade ?

Observe-se a rigorosa sucessão sugerida pelo procedimento no interior do partido: não se trata de uma aproximação gradual à verdade em que esta é relativa só a um "agora", e a verdade posterior, embora outra, é uma continuidade da primeira. Se fosse esta a concepção do partido, cada verdade seria relativa a um lugar e a um tempo determinado, e as mudanças que porventura sofressem modificariam sua significação inicial. No limite ela se tornaria uma verdade possível entre outras, que ela deixa de ser ao acrescentar em si aquelas mudanças. Através desse movimento já estaria se esboçando a passagem qualitativa da primeira verdade a uma superior. As mudanças empíricas de espaço e tempo, desse modo, seriam interiorizadas, dando lugar ao movimento interno dessa verdade. Passagem do ser-aí ao conceito e deste retornando àquele agora enriquecido pelas determinações que o ato de reflexão concebeu sobre si mesmo.

Aqui a consciência reflexiva, ao tomar sobre si as mudanças que ocorrem na realidade, deve assumir este movimento no seu próprio ato de reflexão, configurando em si uma nova verdade, adequado ao real. Por conseguinte, essa forma de consciência percebe a verdade pela qual ela passou como seu próprio momento anterior, necessário à realização do momento atual. E do mesmo modo que ela não é mais o antigo momento, no momento coetâneo ela também não vê

a si inteiramente disposta no interior deste último: ela não é apenas o instante atual, mas já é o processo que acrescenta novas determinações a si. Ela começa a ser o que ainda não é, seu devir.
(24)

Não é este o caso do partido. Nele cada verdade possui um valor absoluto, que se transforma num ponto fixo e imutável para as consciências nele inscritas. Dessa verdade se retiram todas as determinações empíricas que a fariam modificar-se no decorrer do tempo e na mudança do espaço em que ela se encontra. O que inaugura seu outro paradoxo: quando reivindica para si a verdade do hic et nunc, ao mesmo tempo rejeita as mudanças que neles ocorrem. Aí ela não só nega que o aqui e agora é também um processo, e como tal um movimento que não possui um ponto absoluto de verdade, mas nega para si mesma a verdade desse movimento. O resultado é seu enrijecimento e sua saída do aqui e agora: logo, ao acreditar que se encontra no ponto onde se produz a verdade, ela, na realidade, está situada no oposto do que tem por verdadeiro.

Hegel, no prefácio à Fenomenologia do Espírito situa de modo preciso essa forma de pensamento que age somente por exclusão ou inclusões externas a si. Quando ele se pergunta no que deve constituir uma introdução ao pensamento filosófico, Hegel rejeita de imediato aos que de um modo sintético apresentam seus propósitos e os resultados de seu trabalho como "a coisa mesma (die Sache selbst) na sua essência perfeita" e relegam o método de exposição a um aspecto inessencial do conhecimento filosófico. Para ele, esta atitude é correlata ao modo de conceber os sistemas filosóficos como verdadeiros ou falsos, de acordo com a concordância ou contradição que apresentam com os seus próprios resultados. Tal obra filosófica "termina por não conceber a diversidade dos sistemas filosóficos como o desenvolvimento progressivo da verdade; ela vê antes unicamente a contradição nesta diversidade. O botão desaparece no estado de floração, e poderá se dizer que o botão é refutado pela flor. Na aparição do fruto, igualmente, a flor é denunciado como um falso ser-aí da planta, e o fruto se introduz no lugar da flor, como sua verdade. Essas formas não são somente distintas, mas cada uma ainda reprime a outra, por que elas são mutuamente incompatíveis. Mas, ao mesmo tempo, sua natureza fluida fazem-nas momentos da unidade orgânica na qual elas não somente se refletem, mas na qual uma é tão necessária quanto a outra, e só esta igual necessidade constitui a vida do todo" (25).

Nessa exposição resumida, Hegel realiza a crítica àqueles que julgam se encontrar no saber que se quer absoluto. Nele todos momentos passados surgem como índices de proximidade ou separação com seu próprio saber. A proximidade indica, de acordo com Hegel, apenas uma identidade formal entre o saber atual e passado; a separação, por sua vez, implica na negação pura e simples do momento passado. E tanto a relação que se quer "positiva" com o passado, quanto a "negativa", postulam uma só e mesma coisa: aquele que possui o saber desse absoluto vê a este como ponto fixo, ao qual são acrescentados os predicados que o determinam, produzindo a partir daí o seu movimento. Mas, desse modo, o que se tem, na verdade, é apenas uma ilusão deste movimento. O absoluto como saber não vê a si mesmo como auto-movimento e suas determinações, por sua vez, têm a mesma forma da relação que ele possui com os momentos passados: ou identidade, ou contradição consigo.

No partido esse procedimento é cristalino. Estabelecida a linha política, que para o partido não é menos que a condensação, em poucos enunciados, do saber total que os militantes e a classe operária devem possuir, o que é anterior a esta "linha política" sempre é uma confirmação do seu acerto atual. Posta e devendo ser reconhecida como saber último e absoluto da realidade, os momentos anteriores lhe surgem como exteriores a si mesma, pois de si mesma o movimento é retirado. Logo não compreende a si como um dos momentos de seu próprio percurso. Daí que será um mero acaso seu encontro "positivo" ou "negativo" com as linhas políticas passadas. Estas, do mesmo modo que a atual, também foram operadas como instâncias práticas de um saber absoluto, o que traz consigo a mesma relação: ou identidade (exterior), ou contradição (também exterior) com a linha política atual.

A relação que esse saber estabelece com o imediato, do qual ele julga ser a expressão verdadeira, reproduz a que se dá entre as "linhas políticas". Como ponto fixo e imutável, a "linha política" só reconhecerá como "positivos" os dados da realidade que confirmam suas asserções. Os dados que negam essas asserções, logo, serão percebidos como "negativos" e, como tais, definidos como erros de interpretação. Assim, se a asserção propugnada pela "linha política" afirmar que "o momento atual é de um ascenso das lutas da classe operária sob a direção do partido", somente serão coligidos os dados que a confirmem. E se, porventura, todos os dados que a realidade apresentar forem "negativos", o esforço des-

prendido para mantê-la será da mesma magnitude do ponto em que ela se coloca: absoluto. E o fechamento da "linha política" à realidade circundante - fechamento que corresponde a uma linguagem rígida, impermeável a qualquer mudança - determina seu isolamento em relação ao meio onde se encontra. Toda a ação do partido - tal como sucedeu no início dos anos 50 - se verá restrita à sua face interna e, aí, a reprodução contínua do "mesmo" através do ato discursivo.

Paradoxalmente, no momento mesmo de maior isolamento do partido, há uma tendência a sobrepôr, como se fossem uma só coisa, palavra e ação. Aí "o ascenso das lutas da classe operária", ato de vontade afirmado pelo discurso do partido, é imediatamente o que a realidade - vista pela ótica do partido - mesma é. Entre a palavra e a ação, desse modo, ausenta-se toda mediação.

O partido, reconhecendo em si mesmo aquele que detém a verdade - isto é, acreditando ter em suas mãos o "saber absoluto" -, é obrigado a retirar do âmbito do seu discurso todas as evidências empíricas que contradizem suas asserções. A educação do militante, em consequência, terá de impedi-lo de tomar contato com aquelas evidências que negam seu discurso, e mesmo retirar a possibilidade de reconhecer os parâmetros que conformam o movimento do real. Em seu lugar, são colocadas asserções abstratas que garantem ao militante a certeza imediata delas e de si próprio. Tornam-se correntes as afirmações do tipo: "a classe operária é revolucionária" (mas em quais circunstâncias, em que momentos?), "A classe e o partido vivem um momento de ascenso", "o partido dirige as lutas" etc. E após cada asserção são coligidos os dados que a confirmam. Exemplo desse auto-enriquecimento é propiciado pelo "manifesto de agosto", publicado em 1950 no auge do isolamento do partido. A parte final do documento afirma: "A medida que se agrava a situação do país e aumenta o perigo de guerra no mundo inteiro, aumentam a radicalização e a combatividade das massas trabalhadoras. À frente delas não devemos recear as formas de lutas mais altas e vigorosas, inclusive os choques violentos com as forças da reação e os combates parciais que nos levarão à luta vitoriosa pelo Poder e à Libertação Nacional do jugo imperialista"(26)

A representação do saber como um ponto fixo e imutável ocasiona outro deslocamento. Note-se que ao empregar o termo "ne-

gatividade" para descrever a atitude nos discursos do partido, é-se obrigado a efetuar uma torção semântica. "Negativo" na tradição filosófica idealista e dialética tem o significado de ato destrutor do existente, após seu conhecimento determinado - "toda determinação é uma negação" (27). Em Hegel e Marx, isto abrangem a cognição do existente, colhendo seu lado fenomênico e comparando-o ao conceito, o todo sintético. Como, nos documentos aqui analisados, o "real" já é posto de antemão, a passagem pelo empírico - o "positivo" - deve ser eludida, tanto pela direção quanto pelos militantes. Deste modo, a razão do partido tomba naquilo que Leibniz indicava como fonte de não-cientificidade: a "raison pares-seusse". O "positivo" torna-se "negativo" (suas múltiplas determinações são evitadas) e o "negativo" - o sistema abstrato de pensamento, produzido pelas direções - torna-se "positivo".

Retorno à metáfora inicial de Hegel, agora ressaltando seu outro aspecto. Cada momento do saber, imerso na sua figura particular - botão, flor ou fruto -, embora recuse as outras formas e persista em encontrar a sua própria, sua natureza fluida a faz abandonar sua forma particular, não em benefício daquela que lhe sucede, mas ao todo que é seu fim. Quase um auto-sacrifício lhe é exigido, e, talvez, daí que Hegel conceba o caminho que leva ao saber - à ciência - como um longo percurso do qual não se ausenta a dor. Afinal cada forma particular deve se sacrificar em proveito da unidade orgânica; a parte em proveito da "vida do todo" (28)

Na "física orgânica", Hegel exemplifica o que pode ocorrer quando um momento do todo quer se subtrair a essa fluidez. Para a constituição da "espécie" e do "indivíduo", diz ele na Enciclopédia, isto é, na particularização do gênero, intervêm dois fatores: o primeiro, em que a natureza é instrumento do espírito, as espécies se desenvolvem de acordo com os diversos graus do tipo geral "desde a mais simples organização até as mais perfeitas". Cada espécie é resultado de um arquétipo anterior ao seu aparecimento sensível, é essa idéia que determina a forma que tomará cada espécie em particular. O segundo fator, circunscrito não mais ao espírito mas à natureza, introduz cada espécie na natureza elementar através da qual ela passa a ser determinada também pelas "diversas circunstâncias e condições" do seu meio (29).

Pois é essa natureza elementar que pode até modificar a

tranquila fluidez do desenvolvimento da espécie e, no limite, subtraí-la, através de mutações monstruosas, de seu pertencimento a um gênero. O meio, que para a espécie é essa natureza elementar, constitui o maior perigo para sua sobrevivência e nem mesmo o gênero foge a esta ameaça: "A imediaticidade da idéia da vida, faz que a noção como tal, não exista na vida; seu ser-aí (Dasein), por conseguinte submetido às múltiplas condições e circunstâncias da natureza exterior, pode aparecer sob as formas mais pobres (...). O reino animal pode menos ainda que as outras esferas da natureza apresentar um sistema racional de organização, independente em si, de manter formas determinadas pela noção e as proteger de toda imperfeição e do amálgama de condições para impedir a confusão, o enfraquecimento e as mudanças. Esta fraqueza da noção da natureza de um modo geral submete não somente a formação dos indivíduos às contingências exteriores (o animal desenvolvido - sobretudo o homem está exposto assim ao perigo de produzir monstros), mas também e inteiramente os gêneros às variações da vida exterior e geral da natureza, que o animal padece igualmente" (30).

O signo desse desvio na cadeia evolutiva que leva ao "todo" é denominado por Hegel de doença. É a manifestação dessa natureza elementar que interrompe a fluidez do organismo, fazendo-o transgredir seu próprio desenvolvimento. Para o "todo" essa transgressão aparece como o "agir isolado" daquela parte, sua persistência em dirigir o todo por meio de sua atividade particular, contrária à fluidez do conjunto. Afirma Hegel sobre esse ponto: " O organismo individual pode na condição de exterioridade de sua existência não corresponder a seu gênero (...). Ele se encontra em estado de doença, quando um de seus sistemas ou órgãos, excitado pelo conflito com a potência inorgânica, apega-se a si e persiste em dirigir sua atividade particular contra a do conjunto em que a fluidez (Flüssigkeit) e o processo, (...), encontram-se assim estancados" (31).

Essa mesma relação está presente no pensamento do filósofo em outras esferas, não se restringindo ao plano puramente físico e biológico. Aplica-se à educação e ao mundo político, à constituição do Estado.

Vejamos suas considerações a respeito da educação. A primeira referência que encontramos na Fenomenologia do Espírito já

define de modo cristalino o que deve ser entendido como a educação de um indivíduo. Das suas afirmações ausenta-se toda dúvida e confirma o que vinha se desenhando acima. Diz o filósofo: "A tarefa de conduzir o indivíduo de seu estado inculto até ao saber deve ser entendido no seu sentido geral, e consiste em considerar o indivíduo universal, o espírito consciente de si no seu processo de cultura" (32). O processo é análogo ao da natureza biológica: o pressuposto é o de um universal abstrato (a substância espiritual) que, na sua exteriorização - no seu movimento de efetivar-se - desenvolve figuras particulares que se sucedem na ordem temporal e em cada uma dessas figuras do espírito aprimora-se e torna-se dominante um dos aspectos daquele universal. A esse respeito, afirma o filósofo: "O indivíduo particular é o espírito incompleto, uma figura concreta no ser-aí total do qual uma só determinabilidade é dominante, enquanto que as outras lhes estão presentes unicamente em traços apagados" (33).

Nesse processo o indivíduo singular só pode ser percebido através do espírito universal. Este existe na forma efetiva como momento do todo ao qual o indivíduo adere e passa, assim, a ser determinado. O que vemos, desde então, não é uma partícula que se move a partir de sua vontade e consciência como na física mecânica. Para Hegel cada indivíduo é representação de um momento do todo e resultado do seu movimento. Como representação esse indivíduo participa da unidade vital - do ser-aí - da substância espiritual. Como resultado ele conserva na sua consciência os momentos passados do saber, os diversos conteúdos que o espírito universal produziu na sua fenomenologia. Assim o ser singular deve percorrer os graus da cultura do espírito universal segundo o conteúdo, como figuras já depostas pelo espírito, "como degraus de um caminho já traçado e aplainado" (34). Isto é, o percurso que o espírito universal realizou tornou fluidas e fáceis para o indivíduo absorver os resultados dessa caminhada. Unicamente ele deve absorver os conteúdos que as várias figuras da substância universal já exteriorizou de si, e isso é o que lhe permite inscrever-se na forma atual da substância. Para si, para esse indivíduo, todos os conteúdos passados constituem, assim, sua natureza inorgânica que ele deve apenas assimilar como conteúdos já realizados e exteriores a si.

E aqui se percebe que não somente o pressuposto é análogo ao da natureza biológica, mas também sua conclusão: a monstruo

sidade não é exclusiva ao ser biológico, podendo atingir do mesmo modo a atividade espiritual por excelência. O que aconteceria ao todo se o indivíduo, além de assimilar o conteúdo passado, recriasse em si mesmo a forma na qual aquele conteúdo se revestiu? Que, ao invés de assimilar uma natureza inorgânica, ele a tomasse como forma viva e quisesse substituir a forma atual pela passada? Só restaria ao todo da vida espiritual, responde o filósofo, nesse caso, acionar o mecanismo de cura contra essa parte que se obstina em agir como se ela fosse o todo. A inversão do inorgânico em orgânico estanca a fluidez do processo e coloca em risco a sua forma vital. A flor não pode ser o todo da planta; a parte não pode comprometer a "boa totalização ética do conjunto" e a reminiscência do passado não pode se sobrepor ao hic et nunc do saber e do seu devir.

A educação do indivíduo, logo, tem o sentido preciso de situá-lo no interior do saber atual, "polindo" suas asperezas naturais. Deve abandonar sua forma inculta e reconhecer nos outros indivíduos membros que, do mesmo modo que ele, integram esse saber que flui naturalmente através de suas consciências. Desse modo a fluidez ocupa o lugar da coisa rígida e a reminiscência dos saberes passados constitui somente uma parte do saber total: além daquele há o saber que está nascendo e que, finalmente, substituirá aquele que tem uma existência no "agora".

Hegel, para demonstrar esse movimento do espírito, utiliza a imagem de uma dança perfeita: "O elemento da filosofia é o processo que engendra a percorre seus momentos, e é esse movimento na sua totalidade que constitui o positivo e a verdade desse positivo. Esta verdade logo inclui também o negativo em si mesmo (...). O que está em vias de desaparecer antes deve ser ele mesmo considerado como essencial; ele não deve ser considerado na determinação de uma coisa rígida que, separada do verdadeiro, deve ser abandonada não se sabe onde fora do verdadeiro; e o verdadeiro, por sua vez, não deve ser considerado como um positivo morto sem movimento. A Manifestação é o movimento de nascer e perecer, movimento que ele mesmo não nasce nem perece, mas que é em si, e constitui a realidade efetiva e o movimento da vida da verdade. O verdadeiro é assim o delírio bāquico em que não há nenhum membro que não esteja em êxtase; e dado que esse delírio imediatamente anula nele cada momento que tende a se separar do todo - esse delírio é também o repouso translúcido e simples (...). No todo do movimen-

to, considerado em repouso, o que vem a se distinguir nele, e a se dar um ser-aí particular, é preservado como alguma coisa que tem uma reminiscência de si, como alguma coisa em que o ser-aí é o saber de si mesmo, ao mesmo tempo que o saber de si mesmo é não menos imediatamente ser-aí" (35).

Essa dança dionisiaca reaparece, mais tarde, na sua Filosofia do Direito, numa transposição que revela sua importância estratégica, agora na esfera do Estado e da sociedade. Aí, a poesia transmitida pelos movimentos harmônicos do espírito, no seu estado de "repouso translúcido e simples", desloca-se para sua manifestação visível e superior - o Estado. Neste, a dança toma nova configuração, acrescentado outro elemento a si: não se trata mais só de uma unidade de consciências, uma unidade espiritual a si mesma bastando, mas é também, sobretudo, uma unidade de corpos dos indivíduos que compõem o todo do Estado. E como, em se tratando de corpos, isto é, indivíduos que continuam submetidos "às múltiplas condições e circunstâncias da natureza exterior" no seu processo vital (36), podem se reunir num todo senão pela égide de uma vontade heterônoma, a vontade de um sobre todos? Como construir uma vontade que não seja de um, mas de todos, de "um eu que é um nós"?

Para o filósofo, evidentemente, a idéia do Estado não se encontra colocada no pressuposto que rege a existência da sociedade civil, agindo como se fosse uma vontade que se destaca desta última e impõe-se ao conjunto. Essa forma de domínio é própria aos Estados despóticos, onde o Um é tudo e os súditos nada. Ou, nos tempos modernos, o predomínio de uma "facção" que se torna governante, impondo sua vontade sobre o conjunto das outras vontades singulares (37).

A sociedade civil é, de acordo com Hegel, apenas um conjunto de pessoas que se relacionam entre si suprimindo suas múltiplas carências. Cada pessoa, dado seus limites naturais, só alcança por si mesma a satisfação em alguns aspectos de seu ser (38) e o que se lhe ausenta é dado pelo trabalho de outra pessoa que, por sua vez, existe nas mesmas condições daquela. A relação entre elas, portanto, é externa, pois a cada troca realizada ela retorna a seu ponto inicial e faz-se presente novamente a cada um com a mesma intensidade e necessidade. E assim infinitamente. Ela não chega a sair desse âmbito natural, de necessidade e satisfação naturais: "O

propósito egoísta - que para Hegel é a forma que assume esta relação - funda um sistema de dependência recíproca que faz com que a subsistência, o bem-estar, e a existência jurídica do indivíduoes sejam reunidos à subsistência, ao bem-estar e à existência de todos, que se fundamentam sobre eles, e não são reais e garantidos a não ser dentro desta ligação" (39).

Nesta esfera, o Estado seria apenas mais uma pessoa, se ele tomasse o mesmo pressuposto. E para o conjunto dos indivíduos ele se constituiria num instrumento para suprir suas carências e dirimir seus conflitos entre o "meu" e o "teu", isto é, garantiria a existência da particularidade que^{se} exterioriza através do direito de propriedade. Contudo, nessa forma, o Estado não teria seu fundamento em si mesmo, como realização concreta do movimento do espírito, mas sim fora de si, no fundamento emprestado à sociedade civil. O todo aparente - ou melhor, ilusório - que se forma nesse agregado de indivíduos é no seu princípio uma relação mecânica onde cada um dos elementos que faz parte da relação, após alcançar a satisfação de sua carência imediata, retorna para dentro de si mesmo. Hegel, na Ciência da Lógica, aproxima a imagem material - física - à espiritual desses dois mecanismos: "Como o mecanismo material, também o mecanismo espiritual consiste em que os termos que no espírito estão relacionados entre eles, permanecem reciprocamente extrínsecos ao próprio espírito. Um modo mecânico de representação, uma memória mecânica, um costume ou um modo mecânico de atuar significam que falta a própria compenetração e presença de espírito" (40). Na Filosofia da História, o filósofo nos dá um exemplo dessa mecânica espiritual entre os romanos: "Nos poetas romanos, notadamente Virgílio, a introdução dos deuses (gregos) não é mais do que o efeito de uma fria razão e da imitação. Os deuses tornam-se (...) máquinas e são utilizados de uma maneira exterior" (41). Os romanos encontram-nos esvaziados de sua substância espiritual, e têm em mãos só o nome, a forma vazia da substância que floresceu entre os gregos.

Não são estas as razões para a existência do Estado. Este, ao contrário de um momento vazio da substância ética, é o ponto culminante da vida do espírito. É o lugar para onde convergem todos os momentos da vida espiritual. Daí que o indivíduo que se quer livre, só poderá realizar esta liberdade na sua reunião, voluntária e consciente, ao todo orgânico que é o Estado. É o modo de libertar-se de sua necessidade mecânica que sempre retorna ao

mesmo. A subjetividade voltada para si mesma, aqui, deve ceder frente à fluidez do todo, reconhecendo neste a sua própria realidade. E este reconhecimento se dá através da educação de cada uma das consciências, compreendida como processo de liberação frente àquela vontade egoísta e o reconhecimento de si como membro do todo orgânico.

Por outro lado, ainda de acordo com Hegel, o direito privado e o interesse particular não se apagam nesse Estado. Essas esferas, assim como a da família, ficam subsumidas como momentos do próprio Estado. Mas são neste último, aqueles propósitos particulares e que fazem parte da subsistência do indivíduo - sua natureza elementar - tem o suporte para não se tornarem a condição dominante na existência de cada um. Isto é: serem, como na física, o que a natureza elementar é para o organismo animal: risco imediato de morte ou de produção de uma monstruosidade.

Na Filosofia do Direito, Hegel resume este aspecto central do Estado: "O Estado é a realidade em ato de liberdade concreta; ora, a liberdade concreta consiste nisto, que a individualidade pessoal e seus interesses particulares recebem seu pleno desenvolvimento e o reconhecimento de seus direitos para si (...) ao mesmo tempo que eles mesmos se integram ao interesse geral, ou melhor, reconhecem-no como a substância de seu próprio espírito" (...). O princípio dos Estados modernos tem esta potência e profundidade extremas de deixar o princípio da subjetividade efetuar-se até ao extremo da particularidade pessoal autônoma e, ao mesmo tempo, reconduzi-la à unidade substancial" (42).

A poesia da dança retorna agora no interior do mundo político. Não afeta mais apenas as consciências translúcidas no momento de repouso no seu saber, mas torna harmoniosos os movimentos desses corpos. O que para si são os propósitos imediatos dessa individualidade, finalmente encontram um ponto de equilíbrio e repouso no reconhecimento da finitude dos desejos e satisfações particulares. Mas, se porventura, uma camada social se desprende desse todo harmonioso e se vê compelida a retornar às difíceis condições de luta pela sobrevivência fora da vida do Estado e das corporações, transformando-se numa massa de "átomos rebelde e inculta", o todo, imediatamente, terá de acionar os mecanismos que garantam a fluidez do conjunto (43), fazendo-a retornar para dentro de si ou "apagando" os traços de sua existência.

Pode-se já aduzir algumas conclusões provisórias, traçando as correspondências entre o pensamento de Hegel e o ideal positivo da doutrina do partido. Tanto um como outro identificam no orgânico a forma mais perfeita de representação do mundo natural e o da consciência. Mas, enquanto Hegel concebe o orgânico - natural ou espiritual - como a passagem por diversas Formas inerentes a si mesmo, portanto necessárias, o partido o figura como uma evolução gradativa a um meio mais puro.

As consequências na percepção da vida espiritual, em um e outro, são imediatamente apreensíveis. Para o partido trata-se de impor, a partir do lugar mais homogêneo, isto é, mais puro o saber aí produzido como o único verdadeiro: todos os que o antecederam, nas suas mais variadas formas e conteúdos, para esse saber último - o último produzido cronologicamente e o primeiro na ordem da verdade - são objetos que devem ser negados e esquecidos ao participarem de uma representação que teve origem no erro ocasionado por um meio impuro e na conseqüente "falsidade" daqueles que o produziram. Assim todo o saber passado é "ideológico", "não científico". E a educação das consciências - militantes ou não - pauta-se unicamente por esse saber "último e atual", onde toda a transgressão a essa norma rígida é compreendida como um retorno à consciência turvada pela impureza.

Em Hegel, ao contrário, a representação do orgânico é como forma viva, não rígida e fechada em si. Permite que os saberes passados - nos seus conteúdos - estejam presentes no hic et nunc da consciência como uma lembrança. No plano da educação, logo, o indivíduo deve alcançar essa cultura universal, rica nos seus conteúdos e sutil nos seus delineamentos. Contudo há um recorte que não pode ser esquecido: a cultura é o processo de "polir" (Glättung) a particularidade. Ora, mas para o indivíduo o que lhe dá sua subjetividade é justamente a existência de sua particularidade. Há, ao final, um equilíbrio delicado entre os dois princípios e não restam muitas dúvidas sobre qual deles prevalece como fundamento da "totalização ética" em Hegel.

A exclusão se constitui no elemento comum entre o sistema de Hegel e a doutrina do partido, e este é o tema dos próximos itens deste trabalho.

O Espelho da Verdade

"O partido é à auréola do militante. Fora do partido os que eram grandes se tornam pequenos, os gigantes se transformam em anões" (45)

Esta imagem, evocada quase ao final do artigo de Diógenes Arruda Câmara em 1952, não é puramente casual. Ela sintetiza a lógica que recobriu naquela fase a percepção que todos os dirigentes experimentavam do partido. Tanto para o autor daqueles enunciados, quanto para os demais dirigentes, o partido definia-se como o lugar único e exclusivo de descoberta da verdade da história. E eles, como leitores privilegiados dessa verdade, atribuíam-se o papel de disseminá-la no interior do social.

O tema, contudo, não é original, muito menos recente. A auréola e a conseqüente transformação corporal do seu portador na figura de um gigante constituíam-se num dos tantos signos que a teologia política medieval agraciava ao detentor do poder temporal. Auréola e aura aí serviam para distingui-lo de seus súditos e afirmar seu poder sobre estes últimos. Sobretudo, o poderoso era o indivíduo tocado pela "graça", o que lhe valia a consagração pela representante terrena deste poder invisível, a Igreja. Isto é, era inspirado pelo poder divino e transcendente e que afetava sua própria natureza terrena e corporal. Essa inspiração ainda o diferenciava daquele que, detentor como ele do poder temporal, não possuía essa "graça" transcendente e, por essa carência, tornava-se o representante do "mau governo", ou seja, personificava a imagem da tirania. Contudo, aos olhos dos mortais, a natureza divina do poder não era assim tão evidente: daí a ampla disseminação através da iconografia das imagens que confirmavam, tornando visível o elo entre o profano e o sagrado. Introduzia ao olhar dos súditos o que naturalmente eles não viam. Suas visões eram, assim, educados para reconhecerem no imperador ou rei a fonte divina de seu poder. A fonte e fundamento dessa educação iconográfica encontrava-se na jurisprudência canônica e secular, que constituía um saber ordenado das relações entre o mundo visível e o invisível (46).

Mas, para além das semelhanças que possam se encontrar entre essas duas ordens de discurso, o teológico e o partidário, destaca-se sua diferença no que cada um coloca como seu fundamento.

Até aqui viu-se que o partido, através de seus dirigentes, percebia a si mesmo como um organismo mais puro do que seu meio. Agora essa definição se vê acrescentada por outra: não só é mais puro, como é maior. Cada indivíduo, pertencendo ao partido, certamente será maior que o indivíduo que se encontra no exterior. Enquanto um se agiganta fisicamente, outro sofre um rebaixamento correspondente àquele que se agigantou. Pode-se deduzir que sua imagem também se aplica ao partido: todos os outros "organismos" devem ser pequenos na sua constituição física ao serem confrontados com esse "gigante" (47). Porém, coloca-se uma dúvida: os limites empíricos do partido, no período em que Diógenes Arruda Câmara afirmou a sua grandeza, eram exatamente os de seu maior encolhimento físico após seguidos anos de clandestinidade e sistemática perseguição policial. Dos duzentos mil membros inscritos no período de legalidade, entre 1945 e 1947- e que na cassação do registro permaneceram silenciosos-, restaram alguns poucos milhares, restrição física que se acentuou pela dificuldade de encontrar uma atuação política. Assim, como pôde subsistir, lado a lado, como duas realidades independentes e exclusivas, o discurso dos dirigentes do partido acerca de sua grandeza e a real pequenez física e política?

No "curso básico" e no "curso médio", o principal ponto curricular de estudo era o programa do partido, que deveria ser "assimilado" pelo conjunto dos membros da organização. Pois é ao se retrair o caminho de sua constituição que se terá a imagem exata da completa excludência entre o imaginário do partido e a realidade que o circunda.

Em 1954, o partido realiza seu IV Congresso que visava substituir o antigo programa - o "Manifesto de Agosto" de 1950 - por um novo, redigido e relatado numa reunião do Comitê Central - por Luis Carlos Prestes. Essa reunião foi aberta pelo secretário-geral com a leitura do programa, seguindo-se, como afirma o editorial da Revista Problemas de fevereiro de 1954, "as intervenções dos participantes do Pleno, todas elas revelando o mais vibrante entusiasmo em face do projeto de Programa, que foi afinal unânime mente aprovado" (48). Desse modo, mal havia sido apresentado, o programa foi imediatamente aprovado, excluindo-se qualquer ponderação que colocasse em dúvida alguns aspectos ou todo o programa. A necessidade de rapidez desse processo não é deixada em dúvida - pela intervenção de Diógenes A. Câmara. Relata o mesmo editorial:

"Coube ao Camarada Arruda fazer o encerramento das discussões(...). Mostrou, inicialmente, que é hoje dever primordial dos comunistas assimilar as idéias inteiramente novas e as teses formuladas no projeto de Programa. Só assim será possível ao Partido transformar o Programa em realidade viva" (49). De projeto a ser discutido no partido, passa a ser o programa mesmo. E, com este caráter, não necessita mais ser debatido, mas "assimilado".

Luis Carlos Prestes fornece as razões para que o projeto seja dispensado de toda discussão, no seu artigo para o mesmo número da Revista: "Nesta reunião do Comitê Nacional de nosso Partido devemos dar por findo o trabalho de elaboração do projeto de Programa do Partido, projeto que será entregue ao conhecimento e à discussão de todo o Partido (...). O Projeto (...), ora em discussão é justo, porque se baseia na análise científica, à luz do marxismo-leninismo, da realidade brasileira no momento que atravessamos" (50). Por ora deixemos de lado sua primeira afirmação, de que o projeto será discutido em "todo o partido". Quanto à segunda afirmação, que veremos agora, é postulada, em termos lógicos, como uma tautologia: "o programa é justo porque é científico". Ora, mas de onde provém seu caráter científico? Da "luz do marxismo-leninismo", afirma L.C.Prestes. Mas e o que é o "Marxismo-leninismo"? É o próprio "programa justo", dirá L.C.Prestes, a análise correta "da realidade brasileira".

Esse diálogo imaginário, que poderia logicamente ocorrer entre o dirigente do partido que apresenta o programa e o militante que pela primeira vez toma contato com seu conteúdo, permite demonstrar o grau de exclusão a qualquer evidência que coloque em dúvida o caráter "verdadeiro" das asserções que os dirigentes propunham aos militantes. "Die Sache selbst", a "coisa mesma", encontra sua certeza nela mesma, impedida que está de se colocar noutro plano da realidade que não aquela que ela própria produziu. Assim, o "presente", o hic et nunc, é uma criação sua, onde todas as determinações de antemão já estão colocadas e toda a experiência está contida na formulação daquele pensamento: "o ainda não pensado é reduzido ao já pensado" (51).

O próprio "autor" do programa nos dá o que ele mesmo considera o essencial de seu conteúdo, a experiência que se colocava no futuro imediato do partido: "O projeto de programa assina-la com clareza a inevitabilidade da luta revolucionária no Brasil

e caracteriza com justeza a revolução brasileira, em sua atual etapa, como uma revolução anti-feudal e anti-imperialista (...). - Partindo disso, o projeto de programa apresenta como tarefa principal a substituição do governo atual (...) pelo governo democrático de libertação nacional" (52). Dois comentários sobre o que L.C. Prestes definiu como "justo" e "inevitável": alguns meses após ter sido escrito e aprovado esse programa, realmente o "governo atual"- de Getúlio Vargas - caiu. Mas o "justo" não se realizou na sua inteireza como queria o Programa: as massas se voltaram contra o partido, inclusive destruindo algumas sedes semi-legais - Porto Alegre e Rio de Janeiro - e obrigando os membros do partido a "enrolarem" suas bandeiras vermelhas nas manifestações. Quanto à "inevitabilidade da luta revolucionária", esta ainda está para se verificar.

Se a segunda afirmação de L.C. Prestes é uma tautologia, se necessita de si mesma para se afirmar como verdadeira, a primeira das afirmações prescinde até de seu próprio conteúdo, negando a si mesma ao ser praticada. Dois relatos mostram como o "projeto foi discutido em todo o partido". O primeiro é de Leôncio Basbaum: "Quando começou a discussão do programa, já havia entre nós uma forte indisposição contra a direção do Partido, sobretudo pela chantagem visível que pretendiam fazer contra os membros das bases, para impedir que o documento fosse discutido. Essa chantagem consistia em afirmar, sem provar, que o Programa havia sido elaborado por nada menos de "400 economistas e de alto gabarito" (...). A mentira era forte demais. Não havia 400 economistas no Partido, nem 40, talvez nem 4" (53).

O segundo relato, este de Gregório Bezerra, diz das condições em que foram escolhidos os delegados para o Congresso. Na época Bezerra militava clandestinamente em São José do Rio Preto, interior de São Paulo, e havia sido votado entre os militantes como um dos delegados ao Congresso. Pouco antes da realização deste, modificou-se o critério de escolha dos delegados, recaindo a representação sobre os "primeiros-secretários" do partido. Eram cargos de absoluta confiança da direção partidária, pois os nomes daqueles que os ocupavam primeiro eram indicados pela direção, e só depois eleitos "democrática e unanimemente" pelas bases. Afirma o relato de Gregório Bezerra:

"O nosso secretário disse:

"Camaradas, vamos realizar o Congresso Nacional do nos-

so Partido, mas desde já comunico aos camaradas delegados que não irão participar do Congresso.

"E, olhando para mim, disse: - Nem mesmo você . Daqui, somente eu, pois sou o primeiro secretário".

Gregório Bezerra mesmo se encarregou de minimizar o descontentamento que se criou dentro do partido com essa medida: "Explicamos pacientemente as dificuldades que o partido tinha para reunir mais de cem delegados durante seis ou mais dias, naquelas condições de dura clandestinidade" (54).

E no Congresso, realizado em novembro de 1954, os projetos de programa e estatuto foram novamente aprovados por unanimidade, como destaca o editorial da revista Problemas de dezembro de 1954: "Em meio a grande vibração, o Congresso aprovou e aclamou o Programa do Partido e os Estatutos do Partido. Desse modo, a mais alta instância transformava em lei para os organismos e militantes do Partido aqueles dois documentos" (55).

À redução do ainda não-pensado ao já pensado, à indeterminação da experiência política transposta nos estreitos limites de um programa que afirma ser o saber total e último da realidade política, acrescenta-se, agora, quando pela primeira vez foi posto em prática, a isenção do ato de pensar. Pois se todas as determinações já estão presentes no programa, se toda a realidade política e social que virã e, mais do que isso, necessariamente se fará como determina o programa, logo, ao militante cabe apenas "assimilar" esse conteúdo. É' o que as escolas de quadros realizaram, principalmente no seu curso básico. Aí, o programa e os estatutos do partido constituíam a matéria principal de exame para os alunos e, tanto um quanto o outro eram apresentados como esse saber essencialmente verdadeiro. O exame de conteúdo, que deveria ser - um exame crítico dos seus pressupostos e de uma efetiva viabilidade ao ser confrontado com a experiência, viu-se reduzido à repetição. O aluno não só era desobrigado ao ato de reflexão, mas lhe era completamente excluída essa possibilidade.

Para aquele que possui a "Sache selbst", qualquer reflexão é um índice de dúvida, de uma incerteza última sobre a "coisa mesma". Ora, no interior do partido só há certeza da validade do programa e seu conteúdo. Logo, aquele que exterioriza a dúvida coloca a si mesmo no exterior daquela certeza, isto é, põe-se no ex

terior do partido. A cadeia de silogismos ainda pode continuar: o exterior é um meio mais impuro, ou menos puro do que o partido, logo o indivíduo que exterioriza sua incerteza é "outro" que não-"nós". E, desse modo, o ato de repetir o mesmo para que possa levar e imprimir na realidade exterior ao partido o selo da verdade, agora, através da repetição infinita do mesmo. Isto até que o indeterminado readquirira seu estatuto efetivo junto à experiência política, como ocorreu em agosto de 1954 e abril de 1964, momentos que se tornaram dramáticos para a história do partido (56).

Aquí uma outra questão ainda se coloca. A "linha política" anterior, no caso o "Manifesto de Agosto" de 1950, é apresentada como signo do desvio e erro do partido. Mas aquele que agora critica o "Manifesto" é o mesmo que redigiu e o apresentou como a verdade, a "linha política" correta, "justa" e "inevitável". E é também o que agora expõe uma nova verdade, qualificando-a com adjetivos idênticos: correta, justa e inevitável. Ora, como pode se dar essa conjunção que reúne no mesmo indivíduo a crítica àquilo que ele próprio fez no passado e o poder de afirmar uma nova verdade em termos idênticos à antiga a afirmação? E isso sem que, em nenhum momento, a crítica fosse exteriorizada e precedesse a nova "linha política". O momento da crítica se sobrepõe ao momento da afirmação, apresentando-se como se fosse um único e mesmo gesto. Estranha "dialética" que não distingue seus próprios momentos constitutivos: a "superação" do saber passado dá-se num átimo, imperceptível a todos que contemplam esse movimento. Instantaneamente esse saber passado já "não é" e, em seu lugar, é posto aquilo que já "é". E o novo, contrariando a todas as expectativas, revela-se uma "totalidade" com suas determinações completas e acabadas no ato mesmo de sua instauração. Misteriosa "dialética" que prescindindo do próprio tempo para formar uma nova figura e para quem o conceito é imediatamente apreensível, não necessitando de suas determinações. A essa "dialética" basta um movimento ideal e interno: passa de "positivo" a "positivo" num perpétuo movimento: e naquilo - que lhe é exterior sucedem-se os "negativos" da realidade.

Vejamos como aquele que apresenta o novo "positivo" o julgará como a expressão da verdade, assim como a assimetria das posições entre o dirigente e o militante recobre-se de uma fictícia igualdade pela mediação da imagem do "homem" como totalização abstrata, a "Sache selbst" agora personificada.

Tomo um único exemplo dessa elaboração novamente emprestada de L.C. Prestes que, na justificativa ao programa de 1954, - condensa os argumentos que os dirigentes sempre apresentaram para julgar o programa como representação direta da verdade (57).

O pressuposto para a argumentação de L.C. Prestes está no princípio de que "o Projeto de Programa do Partido é justo por que se baseia na análise científica à luz do marxismo-leninismo". Logo se o programa atual é a expressão da verdade, o anterior deve ser falso e errôneo. Continua Prestes: "Neste Comitê Nacional (...) precisamos assinalar com franqueza o que havia de falso e errôneo em nossas posições anteriores, particularmente em documento programático tão importante como o Manifesto de Agosto" (58) . A passagem do verdadeiro ao falso assim já está realizada, e a sequência do texto somente colocará precisões ao agora caráter falso do "Manifesto de Agosto": "Tomemos, por exemplo, um problema - tão importante como o da posição do Partido diante da burguesia nacional (...). Isto significa que, enquanto no novo projeto de Programa não tocamos nas bases do capitalismo, em agosto de 1950- cometemos o erro de não supor possível que uma parte considerável da burguesia nacional pudesse, (...), tomar posição favorável ao povo. Não tínhamos, portanto, uma justa compreensão do caráter da revolução (...), ao formularmos o programa de agosto, esquecemos a diferença entre as duas etapas da revolução nos países coloniais e dependentes (...) já ensinava, no entanto, o camarada Stálin, em 1927: nêles (nos países coloniais), numa etapa determinada e num determinado período, a burguesia nacional pode apoiar o movimento revolucionário de seu país contra o imperialismo (...). A direção do Partido não assimilou, suficientemente, esses ensinamentos básicos do leninismo (...) (59) .

A lógica do argumento é simples e clara: a "luz do marxismo-leninismo", "a ciência" como é dito em outros textos, sempre é exata e correta. Não é nela que se encontrará a imperfeição: cabe, ao contrário, aos homens que a interpretam o erro de um julgamento imperfeito, dado que são eles que "assimilaram" insuficientemente aquela luz e, por consequência, aplicaram-na de um falso modo à realidade. Mas esse não é o único resultado a que alcança essa urgência de argumentos: se há uma insuficiência na "assimilação" dessa luz, há uma necessidade de provocar uma "assimilação mais intensa e enérgica" dessa "ciência". E o lugar onde verdadeiramente se encontram seus princípios e a aplicação destes é

no "novo Programa". Logo, a matéria fundamental de estudo para os militantes é o próprio programa, onde se encontram os juízos críticos às falsas posições; os juízos verdadeiros da nova posição política, enfim, a "verdade". Como dirá D. Arruda Câmara nessa ocasião sobre a necessidade desta "assimilação" por todos os militantes: "O Programa precisa ser discutido detalhadamente (...) Seus fundamentos, suas teses, seus objetivos e suas tarefas devem ser profundamente compreendidos e assimilados. Cada comunista necessita ficar saturado das novas idéias do Programa" (60).

Mas há mais uma garantia, e esta fundamental, para que o programa seja o signo da verdade: há um intérprete que se mostra imune ao erro e esse "leitor" privilegiado da realidade histórica já mostrou o caminho correto. Nele a "luz" e sua pessoa singular são formas indistintas. No caso particular, o "camarada Stálin" já havia previsto o correto desenrolar da "revolução nos países coloniais". O erro da direção não se resume mais só a uma insuficiente assimilação da teoria: é também um erro de leitura.

No entanto, L.C. Prestes omite um dado essencial na sua "auto-crítica": o "manifesto de Agosto" é uma decorrência imediata do "Relatório Zhdánov", isto é, decorre da própria posição que Stálin assumiu no plano internacional de um enfrentamento direto com "os países imperialistas". Os "países coloniais" deveriam assumir imediatamente uma luta contra suas respectivas burguesias, afirmava o Relatório.

Mas, para além dessa omissão providencial, o desenho da educação dos quadros vai se completando. Agora, a direção demonstra que alguns homens já se elevaram até a "luz do marxismo-leninismo". Trata-se, logo, de tomá-los como exemplos, isto é: não só a verdade da "Sache selbst", essa totalidade abstrata e rígida, - como se viu acima, percorre o currículo das "escolas de quadros", mas também o "homem" que alcançou a "luz da ciência" deve servir como paradigma dessa educação. Esse "homem" que nunca erra e está sempre imerso na verdade plena, como veremos, é o "homem abstrato", vazio das determinações empíricas, onde o real da experiência apaga-se frente ao ideal do programa: é o "gigante aureolado".

O "Guia" e os "Heróis Positivos"

Com o sugestivo título de "Guiados pelos ensinamentos -

do camarada Stálin, nosso educador, estudemos e assimilemos a doutrina marxista-leninista" (61), Luis Carlos Prestes esboçou o que seria, no seu entender, o foco da problemática a ser enfrentada pelo partido. Stálin é apresentado "como educador" ao qual devem recorrer todos aqueles que não atingiram a dimensão de "verdade" oferecida pela doutrina.

À imagem do "homem do partido", abnegado, com espírito de sacrifício, qualidades essenciais para o partido de todos aqueles que desejam a construção de um "mundo novo", somou-se a do "lutador armado" com a "teoria do proletariado de vanguarda, o marxismo-leninismo". Aquelas qualidades pessoais "por mais necessárias, altas e nobres que possam ser, por si sô em nada nos ajudarão a levar a revolução à vitória" (62). Encontrando-se isoladas do verdadeiro conhecimento, aquelas qualidades em absoluto garantiriam a permanência "da linha política correta". sua ausência pode impelir o partido aos "desvios" ou a uma inevitável derrota. Assim, segundo Prestes, "é indispensável que baseemos o heroísmo e a audácia revolucionária na convicção científica da justeza da causa que defendemos" e que "essa luta organizada pela posse e domínio da teoria revolucionária do proletariado é o centro e a essência da luta pela construção de nosso Partido - tarefa fundamental que hoje enfrentamos e que precisamos rapidamente realizar" (63).

A importância dada à tarefa educativa é evidente no texto. De acordo com L c Prestes, sem ela não haveria nenhuma segurança do partido alcançar seus propósitos, e a sua organização se assemelharia a um trabalho de Sísifo. Para isso, adicionou-se, em pé de igualdade, a imagem do educador e do educando à do lutador heróico. A figura de Stálin "lutador dos povos oprimidos" soma-se agora a do "educador das massas". Esse tema é melhor apreciado se comparado com o conjunto de artigos escritos por ocasião do seu aniversário e editados no número 23 da revista Problemas. Ali o acento recaía sobre a figura nítida do "lutador" e o sentimento que despertava "nas massas de milhões": "É a maioria esmagadora da humanidade, (...), que concentra seu pensamento e dirige seus melhores sentimentos de gratidão e de esperança ao homem que reconhecemos como nosso irmão" (64); "Stálin venceu sempre e sempre conservou a têmpera de um comandante da revolução proletária" (65); e "ainda é que, em 1904, com 25 anos de idade, Stálin já é um dirigente marxista completo" (66).

A figura do "educador" necessita de algumas precisões, dado o sentido peculiar de que é dotada pela literatura do partido. Em primeiro lugar, ela não se constituiu na imagem de um "gênio criador", como a expressa no sentido corrente do termo. Não é alguém que, por sua sensibilidade ou por seu intelecto, cria uma forma e conteúdos novos, imprimindo a marca de sua genialidade a essa produção. Retorne-se à imagem de correspondência imediata entre o "real" e o "ideal". Ela encontra sua metáfora: a de um espelho colocado em frente ao "real", onde as imagens são apenas refletidas. Garanta-se a passagem imediata de um nível a outro, sem como sua completa transparência, não havendo nenhuma mediação que dificulte a sua formação. É um fluir constante, sem rupturas: o lá, o "real", deve ser idêntico ao que é afirmado como o "aqui".

Nesta metáfora se forma a imagem do "herói", do "luta-dor" que se encontra imerso no "real" e no "ideal" ao mesmo tempo e, num e outro, ele deve ser o mesmo. "Fan Chji Min, o herói do povo chinês", texto escrito por Li Guan (67), "estava sempre com as massas, diante das massas" e "as pessoas contavam com respeito a vida assombrosa do nosso Fan". Depois de sua morte "nas posições de combate da frente de libertação milhares de Fan Chji Min legendários realizam milágres de valor e intrepidez", o que permitiu dizer: o "nosso Fan" vive agora nos "milhares de Fan". Se houver diferença, ela será encontrada na grandeza de um ao lado de milhares de pequenos Fan. Mas a massa dos "milhares de Fan" não será certamente maior do que um só Fan? E este, por fim, não se diluirá também naquela massa, realizando a absoluta igualdade de um "nós", onde "nosso Fan" se reencontra e adquire seu pleno sentido e justificação?

Essa absoluta igualdade, contudo, não é suficiente, pois nela pode-se instalar novamente o desvio, a recaída no particular sinal de um desvio "reformista". Há um descompasso entre as imagens e há que se reconstituir a igualdade sob pena do "real" expressar apenas as particularidades dos seus componentes e o "ideal" a universalidade abstrata do fim último. O lugar do reencontro se situará fora de um e outro, pois a inscrição num dos dois não é garantia suficiente de uma certeza que se sobreponha à predominância de uma das imagens. A predominância é compreendida como signo do desvio, seja na afirmação do "universal" - constituindo-se no "desvio esquerdista" que afirma a existência imediata, no aqui e agora, da vontade universal e abstrata, incarna-

da no proletariado - ou, no seu oposto, a permanência do "real" - com o esfacelamento de uma só vontade em múltiplas, onde a certeza é adquirida pela conquista de objetivos imediatos, o desvio "direitista". O lugar desse encontro situa-se na intersecção das duas imagens e corresponde à formação do "centro" imaginário. É o lugar que garante permanentemente a plena correspondência entre o "ideal" e o "real", fazendo com que retornem ao seu fluxo constante.

Mas em que condições esse "centro" é ocupado? Ele o é justamente pela afirmação da plena correspondência entre "ideal" e "real". Permite que a teoria - produto do fazer de quem ocupa esse centro - não seja mais do que a transposição do "real" para o "ideal", lugar de passagem de um nível à outro. Nesse lugar imaginário não se efetua mais do que a leitura de "leis" que presidem o movimento do "real": a teoria é apenas o "reflexo" do que se constitui no plano do real, o que lhe garante o estatuto de "ciência social marxista", no dizer de Jacob Gorender (68). O centro, portanto, não fará mais do que ler o real, sendo o seu intérprete e conferindo um sentido preciso ao "educador": este tem sua "genialidade" reconhecida enquanto "intérprete" de um movimento objetivo possuidor de leis próprias.

De acordo com essa concepção, "somente o Partido é o leitor da História" (69), pois é ele quem ocupa esse centro, condensando em si mesmo todo o saber. Mas e quando o Partido mesmo estiver voltado para o desvio, como ocorre com o momento analítico? Quando a "ciência" para a qual todos se voltam não é mais do que o reflexo do particular na teoria, ou, inversamente, a afirmação de uma "universalidade abstrata" no "real"? Este é o momento da ruptura, de uma mudança brusca onde a teoria não é mais reconhecida como verdadeira, mas apenas como uma expressão distorcida.

O partido também aí se encontra, ao ser atravessado totalmente por aquela teoria, agora "falsa". E os militantes, cegados pela falsa luminosidade da teoria, seriam incapazes de promover o movimento de saída dessa situação. Somente o primeiro, o um, por meio da afirmação do seu saber, poderá declarar a todos os outros saberes como falsos. Para isso, contudo, ele terá de se apresentar a si mesmo como o saber, como intérprete supremo do movimento do "real" e a personificação da "Sache selbst".

Nesse momento efetivou-se uma inversão fundamental: não é mais um "nós" que afirma a verdade, porém um "eu" destacado, exteriorizado em relação àquele nós. Nesse instante mesmo esse "sujeito" pode ser identificado com o "outro", o outro que está fora de um "nós". Daí a urgência para que a luz penetre novamente nas consciências e impeça que, por sua vez, estas o "tornem perigoso e façam dele o agente perturbador do sistema" e cheguem a identificar esse "homem que sobra" como um "homem incômodo (...), o parasita, o dejetivo, o pernicioso número um" (70).

Stálin, Zhdánov, Prestes, os "homens que sobram", nesse movimento, poderiam tornar-se também, por sua vez, "parasitas". A imagem do saber conjugava-se imediatamente a do poder, o que permitiu a Prestes dizer: "Esse processo auto-crítico teve início na Comissão Executiva e agora deve prosseguir a fim de ser levado a todo Partido" (71). O processo ressoa como uma ordem destinado a cada um dos militantes. Instalado como norma na cúpula do partido, o argumento do saber se vê reforçado pelo do poder, a "auto-crítica de alto a baixo" que permitiria a substituição do novo "centro", de um novo "nós": inicia pela Comissão Executiva, adentra o partido e, imaginariamente, invade o social, "a classe operária e seus aliados".

As "resoluções do Pleno do Comitê Nacional de fevereiro de 1951" já indicam claramente a necessidade, as dificuldades e o meio privilegiado de construção do "centro". O documento inicia sua preleção indicando quais as "debilidades" do partido na execução de sua linha política, identificando-as com a "existência de tendências estranhas ao caráter revolucionário e de massas" dessa própria linha. "As tendências - afirma o documento - que se evidenciam com maior força em nossas atividades são de caráter oportunista de direita e a passividade diante da necessidade das lutas de massas (...), de outro lado tem surgido tendências sectárias (...) que levam ao menosprezo das lutas pelas reivindicações imediatas e das formas legais de luta" (72). A razão de um desses desvios será a "debilidade ideológica": "A maioria dos militantes do Partido foi educada no período em que seguíamos uma orientação política à base da colaboração de classe, não tem ainda formação marxista-leninista-stalinista" (73).

Eleito o problema fundamental, a ação deve seguir imediatamente, como se não houvesse nenhuma interrupção entre o pensado e as proposições que este contém. O pensado transmuta-se

num agir frenético que deve atingir a todos militantes e, ao mesmo tempo, transformar todos os organismos do partido em instâncias de educação: o comitê central agora é uma escola, na forma de seminário; encontros sindicais são, antes de mais nada, momentos educativos; jornais e revistas, que antes eram meios de "agitação e propaganda das bandeiras políticas", constituem agora fonte de educação ideológica; o tempo "livre" do militante será ocupado na sua "auto-educação"; e, acima de tudo, encontra-se o instrumento essencial da educação das consciências: as escolas. Estas é que irão, finalmente, consolidar o novo "centro", substituindo o "educador" e colocando-o como uma experiência essencial em segundo plano. O primeiro é o ocupado pela "Educação", apagando todos os traços de uma subjetividade empírica impressos no novo "centro" e podendo colocar no lugar do "eu" um "nós" pleno de objetividade, já que este seria fruto também de uma necessidade que a história impõe e antecipa numa figura única, o "exemplo do novo homem".

Aqui a doutrina, a palavra, a ação política e os próprios homens do partido são tratados como meios para aquilo que é o fim comum e que aparece na figura do "homem", ideal posto e repostado no conjunto das ações do partido. Isto é: ideal abstrato tornado efetivo na imaginação de todos os que, militantes ou simpatizantes, participam das atividades deste partido. De imagem transfigura-se em forma efetiva, procurando alcançar a corporeidade em todos e em cada um dos militantes, num movimento contínuo e incessante de abandono de sua forma ideal para efetivar-se nos corpos empíricos.

É na biografia de militantes que se encontra a primeira aplicação - e a mais pura - dessa imagem, e no seu conjunto os elementos que a formam.

A primeira característica dos biografados - seu traço comum - é que são homens mortos. "Clara Zetkin morreu a 20 de junho de 1933" (74), ou ainda: "Morreu em Moscou, a 19 de setembro último" (75). Os exemplos poderiam ser inúmeros, pois a imagem do "homem" sempre recai sobre um morto, e quando assim não é as distinções entre a biografia de um morto e de um vivo são inexistentes.

O segundo traço é que as biografias não são referências

acidentais a quaisquer homens mortos. São, ao contrário, cuidadosamente construídas como exemplo para os militantes vivos e sua escolha recai, invariavelmente, sobre dirigentes de diversos partidos comunistas, ou então militantes que, de alguma forma, tenham sido julgados excepcionais. "O camarada José Diaz, com frases simples e claras como lhe era peculiar, caracterizou o nosso inesquecível Pedro Checa como o 'homem do Partido'" (76). E, mesmo como dirigentes, é-lhes permitido dizer como biografados: "Eu sou apenas um militante entre muitos milhões" (77). Embora dirigentes, eles são apresentados a todos como iguais aos outros militantes: apenas um entre muitos.

A terceira característica é a reunião do maior número possível de virtudes "positivas" num único "homem do partido". Ele as concentrará em maior grau, como se conjugasse todas as virtudes dispersas entre os militantes e as "massas revolucionárias". Reúne-as em vida, e depois de morto elas serão sempre um exemplo para os vivos. Lênin é apresentado como a "águia das montanhas" (78) por Stálin. Cada palavra e gesto do dirigente morto serão exemplos revolucionários: "Cada ação e cada afirmação do camarada Dmitrov, eminente marxista criador do tipo leninista-stalinista, exprime a verdadeira essência e a alma da teoria revolucionária" (79).

O quarto traço repõe a inversão inicial. Ali os mortos, através de suas biografias, não são apenas militantes e dirigentes não vivos. Com o acúmulo de virtudes, inexistência de erros cometidos, sua imagem é colocada mais próxima e com mais força do que a dos vivos. Agora cabe a estes espelhare-se no exemplo dos mortos, como se estes transmitissem suas virtudes aos vivos. "Como sempre acontece com os verdadeiramente grandes, parece que a figura de Peri cresce ainda mais com o transcorrer do tempo" (80) Ou, referindo-se ao instante da morte de um dirigente chinês: "Por seu exemplo edificante é que os presentes, ali mesmo, naquele momento de dor, pensam em transformar em força revolucionária a serviço da causa da paz e do socialismo a tristeza de que se acham possuídos" (81).

A reunião completa dessas quatro características está na biografia de Fan Chji Min, membro do Exército Vermelho chinês, executado pelo exército nacionalista. "Em Nanchan - afirma sua biografia - conheciam bem este homem robusto (...) A inesgotável

energia do combatente revolucionário levava-o de uma cidade à outra (...). Estava sempre com as massas, diante das massas ".Fan em vida fez-se ouvir em todos recantos: "Nas choupanas operárias, nas cidades e casas de chá camponesas, as pessoas contavam com respeito a vida assombrosa de nosso Fan". Une a palavra à ação : "Em Ian (...) ele organiza um dos primeiros destacamentos de guerrilheiros revolucionários". Depois de sua morte, porém, é que atingirá o ápice de sua vida de revolucionário, transformando-se em exemplo para todos: "Nas posições de combate da frente de libertação milhares de Fan Chji Min legendários realizam milagres de valor e intrepidez" (82).

Essa biografia reúne todas as outras. Estas podem espelhar-se nela sem nada retirar ou acrescentar, assim como os "milhares de Fan" que deveriam olhar o herói morto e tornar-se iguais a ele. O traço, portanto, que reúne todas biografias e que deve reunir todos os militantes é a absoluta igualdade de suas virtudes, seus propósitos e suas ações. Deve-se reunir tudo e todos na identidade absoluta, único modo de garantir a completa correspondência entre os elementos constituintes do partido. Que a escolha recaísse sobre dirigentes mortos e figurados como uma imagem de perfeição não é de modo algum casual: é o modo que o partido encontrou para efetivar a identidade num espaço imune a quaisquer mudanças próprias - a morte - peculiaridade que foge ao mundo dos vivos. Essa é a determinação presente nas imagens que, fechada em si mesma, não encontrará mais nenhuma outra: é possível admitir uma certa variabilidade que transmite a sensação de movimento ao conjunto. Haverá, então, maior ou menor número de virtudes, ou mais ou menos "Fan" nas "frentes de libertação". Mas como imagem que repousa sobre si mesma, fechada a quaisquer outras determinações, ela permanece sempre igual e, portanto, os militantes que nela se espelharem deverão vir a ser iguais entre si.

A Produção do "Outro"

O partido, ao identificar-se coma imagem produzida por si mesmo, por sua definição de "agente transformador" do social, terá de intervir na ordem particular dos agentes empíricos que fogem àquela auto-imagem. No limite, o partido mesmo é composto de inúmeras ações não compreendidas na sua ordem fundamental, ao referir-se como corpo orgânico a que pertence a verdade.

Esse choque inevitável entre o universal abstrato, lugar onde o partido efetiva sua auto-imagem, e o empírico, no qual está necessariamente inserido, ocasionará a produção de outra imagem, inversa e oposta àquela universalidade. Esta nova imagem se espelhará na anterior e será como seu polo "negativo", o modelo "negativo" para a educação do militante.

E aqui a metáfora orgânica volta a ser essencial para se compreender o processo. Nela se reúnem à perfeição todos os elementos que compõem o imaginário. Verdade, educador, partido, vida-nós - encontram-se colocados no mesmo patamar, ao ponto de não mais se distinguirem. "Neste plano, pedagogia, medicina, política, reúnem-se num só elemento, fazendo com que os indivíduos entrem no 'Grande Eu', que é Um e Todos ao mesmo tempo" (83).

Aliás esta imagem corpórea do partido, e que engloba o próprio social, não é privilégio do ideário aqui tratado. Encontra suas raízes no pensamento político de Novalis, um dos pensadores românticos do século passado (84). Essa aproximação foi pesquisada por Roberto Romano no seu livro Conservadorismo Romântico bem como por Claude Lefort. Este último procura os germens desse pensamento particularmente nas críticas de Alexis de Tocqueville à Revolução Francesa e à democracia americana. Mais longinquamente encontra-se referida essa metáfora aos dois corpos do rei: finito e infinito (85).

No Brasil, essa imagem do político e do social encontra seus antecedentes no pensamento conservador, sendo um dos seus principais expoentes o empresário e intelectual paulista Paulo Prado. Na sua principal obra, Retrato do Brasil, editada pouco antes da Revolução de 30, o autor insere a história do país ao desenvolvimento de um corpo doente: "O Brasil, de fato, não progride; vive e cresce, como cresce e vive como criança doente no lento desenvolvimento de um corpo mal organizado" (86). Para ele a tarefa do intelectual residiria na pesquisa das causas dessa "mã organização do corpo", "procurando no fundo misterioso das forças conscientes ou instintivas, as influências que dominaram, no correr dos tempos, os indivíduos e a coletividade" (87).

Em um trabalho recente, Alcir Lenharo (88) analisa a continuidade desse ideário entre os intelectuais que aderiram à Revolução de 30. Oliveira Vianna, Cassiano Ricardo entre outros,

invertendo o pessimismo subjacente ao pensamento de Paulo Prado, traduzem-no para aquela conjuntura: o "país" é disposto como um "corpo geográfico" que necessita ser conquistado pela "nação", e esta necessita de um "tratamento clínico" para a realização daquela tarefa.

Com essa metáfora todos os traços de uma individualidade, mesmo aquela que é apenas imaginária - o "educador", intérprete da nova verdade - são dissolvidos num ente maior, mais abrangente, o "partido", que absorve todas "qualidades" do fiel intérprete, acrescentando uma nova: a de ser igual a um "corpo vivo". A similitude não tem seu término aí, pois se a forma é a de um ser vivo, sua "substância" não o é: ela é mais. A o mesmo tempo que o partido é o corpo pelo qual a verdade passa, ele é o único que possui essa qualidade. Se ele é o intérprete do devir da história logo, no seu corpo, já devem estar impressas as marcas desse futuro e, por isso mesmo, ele é uma antecipação do que será. Sua substância é única, não por suas determinações empíricas, mas pela qualidade que possui de se antecipar a todas estas: "estar à frente" de todas determinações, vivenciando no "aqui e agora" o "fim" do processo histórico.

A metáfora deve ser lida sob sua dupla forma: no corpo imprime-se a marca do processo "objetivo", o que, por sua vez, determina a "substância". Este é que, em última instância, diz sobre a vida ou a morte do corpo, "pedagogia e medicina" reunindo-se no minucioso exame do "todo e das partes". Ocupa o lugar que lhe permite estabelecer uma distinção radical entre o que está no interior (no "centro") e o que se encontra no exterior. Dentro, nessa lógica, há vida; fora, o que não é mais ou o que nunca foi. Diria Sartre nessa mesma época: "a classe operária nada é fora do partido" (89). Toda existência puramente empírica recai no âmbito do que "não é": será o "negativo", desvinculado do processo histórico.

Daí que as reivindicações operárias por si sô, no entender do partido, constituam um desvio, pois se encontram desligadas do processo que tem corpo e substância apenas e somente no partido. Sua única possibilidade de "existência" dá-se com a inserção naquele corpo e naquela substância, como o queria Sartre, indo ao seu encontro e dissolvendo suas particularidades. O interior se cristaliza, assim, como o lugar por excelência do processo, sendo a sua substância o alimento, o único possível.

O Corpo é um, a Substância é Uma. No dizer de Lefort, referindo-se ao Estado e povo soviéticos, produz-se a "representação de um povo inteiramente reunido, sem divisão interna, totalmente ativo, mobilizado em direção de um objetivo comum" (90). Aqui produziu-se um corpo voltado para a "pedagogia", onde todos deveriam participar ativamente, assimilando a substância e pondo fora o "corpo morto", o "dejeito". Conjunção de duas metáforas, pedagógica e médica, numa só: o corpo "são" que deve extirpar de si o dejeito e impedir o aparecimento, vindo de fora, de qualquer outro "corpo" com sua "substância" poluída pelo signo da morte. No interior do corpo não pode haver divisão: esta é completamente transferida para dimensão do "interior" e do "exterior". O corpo sem vida sempre será atributo deste último. Este será o "outro", a manifestação do "inimigo": "Esse outro é o outro de fora" (91).

A imagem se completa: o "nós", composto dos termos "verdade" e "vida", transforma-se em substância e corpo, figuras orgânicas que transmitam o sentido de "falso" em "dejeito". Do par verdade-falso passa-se ao substância-dejeito, indicando uma passagem mais profunda: os termos antinômicos verdade-falso estão referidos a uma subjetividade que indica o sentido de cada um. A aproximação da verdade ou da falsidade pelo educando será então, necessariamente, mediada pela figura do educador, o que não ocorre com a segunda imagem, corpórea. Nesta o corpo do educando, como parcela do Corpo, vê-se afetado pelo dejeito, imagem de morte e doença. Já não se trata mais de apenas criticar os erros cometidos. Para o partido sobrepõe-se uma necessidade maior: a de extirpar e eliminar o dejeito que atinge o "nosso" corpo.

Após essas considerações de ordem teórica mais geral, retorno ao caso brasileiro. A primeira referência explícita à indivíduos e grupos resistentes à linha política do partido, ocorre no "Informe ao Pleno do Comitê Nacional" de fevereiro de 1952, de autoria de Prestes (92). Nele o autor procura demonstrar que, contrariamente ao que muitos pensavam, o partido foi capaz de organizar os "comitês dos partidários da paz" (contrários à guerra da Coreia), comprovando-se sua força e poder, citados como "maiores do que nunca". Assim, conclui Prestes, ressaltam-se duas evidências: se o número e as lutas dos comitês não foi maior, a causa estaria na existência de tendências sectárias no interior do partido; e, inversamente, se o partido conseguiu organizar os comitês, isso se deve à justeza de sua linha política, que empolgou "as grandes massas".

Com essas afirmações prévias, Prestes iniciou o ataque: "Os nossos camaradas de Minas Gerais, por exemplo, que diziam não ser necessário mobilizar nem mesmo a pequena burguesia para a luta pela paz, os do Comitê Municipal de São Paulo que diziam não ser possível ajudar a organizar Conselhos de Paz senão onde já existissem células do partido, denotam não haver ainda compreendido a importância e a amplitude que deve e poder ter a luta pela paz". E conclui: "Hoje são as forças da paz, organizando-se e agindo no mundo inteiro são bastante poderosas para fazer recuar a guerra" (93).

No mesmo Pleno do Comitê Nacional, o informe de Diógenes Arruda Câmara (94) descreve e critica minuciosamente o aparecimento e a cristalização de um desvio no interior do partido. A primeira imagem que o autor evoca é a de acúmulo e crescimento das lutas naquela conjuntura, o que teria como contrapartida o aumento dos perigos enfrentados pelo partido, os "conluíus de arrivistas, capituladores e divisionistas" (95). Como pré-condição de qualquer ato e colocando como necessidade imediata, o "informe" conclama os militantes a "estretar os laços (...), transformando mais e mais as fileiras do partido num bloco monolítico em torno do Comitê Nacional", pois "é o partido de Prestes o grande patriota e internacionalista (...); é o Partido das esperanças de nosso povo que não quer a guerra" (96). Esse seria o motivo pelo qual o partido seria "odiado" pelos "governantes brasileiros" e pelos "imperialistas americanos", sentimento que por fim ensejaria "uma intensa luta aberta", e, como decorrência dessa luta "a reação intensifica, por todos os meios, seus métodos quinta-colunistas contra o partido (...) procurando infiltrar-se ou ganhar adeptos em nossas fileiras, agir diretamente ou influenciar tais ou quais elementos, explorar cada fraqueza ideológica, política ou orgânica existente para desacreditar os organismos e os dirigentes" (97).

A configuração da imagem proposta, lentamente, toma forma. Ao signo da luta crescente e incessante do partido (amplia e completa a imagem do "homem do partido") é adicionado o ódio provocado nos inimigos - que também é uma imagem duplicada do "homem do partido": este desperta o ódio incondicional entre os inimigos do partido e da classe -. A ação provocada por esse ódio seria o uso de uma máscara que transforma a aparência do inimigo em "amigo", fazendo com que ele "apareça inlocalizável, (presente) por todos e em nenhum lugar" (98).

O "informe" precisará, ainda, quem foi atingido pelos inimigos, quem, neste momento, dá sinais de fraqueza. "Nestas circunstâncias quando o Partido tem uma justa linha política (...), é inevitável que os elementos instáveis, ainda existentes em nossas fileiras, sintam o terreno faltar-lhes sob os pés. Isto acontece particularmente com uma parte dos elementos que chegam ao Partido vindo dos meios pequeno-burgueses que são portadores de modos de vida e de hábitos inteiramente estranhos ao proletariado revolucionário". Essa "camada do partido" resiste em libertar-se de suas origens e concepções sociais. Continua Arruda Câmara: "são esses, em geral, os portadores dentro do partido do espírito de vacilação e oportunismo, do espírito de desmoralização e incerteza; são esses os elementos que vacilam permanentemente entre a exaltação e o apatimento. Este estado de espírito tem sua expressão concreta nas crescentes ilusões de classe diante das manobras demaagógicas dos atuais governantes (...), este estado de espírito se revela claramente nas hesitações e recuos diante das campanhas de intimidação da reação imperialista, na tremenda vulnerabilidade às concepções alheias aos interesses do proletariado, no derrotismo diante das dificuldades, nos desvios da linha política e dos princípios do Partido" (99). Todas qualidades negativas, o oposto das qualidades "positivas" do "herói bolchevique".

Esse ainda tênue "estado de espírito" evolui, na descrição do autor, para uma forma aguda, revelando-se como uma inclinação política inata contrária ao partido. Os "hesitantes", assim, transformam-se em "porta-vozes das mais variadas concepções e tendências anti-partidárias, provocam disputas dentro do Partido, lutam contra os interesses de classe do proletariado, caem abertamente no capitulacionismo (...), degeneram inteiramente, transformam-se em instrumentos dóceis nas mãos da reação e do imperialismo" (100).

O processo finaliza com a nomeação do "outro", do inimigo agora "interno": "Este é justamente o caso de José Maria Crispim. Inicialmente sob a máscara de divergências políticas, suas atividades contra-revolucionárias logo evoluíram para o embuste e a calúnia contra o Partido e a direção nacional, descambando, por fim, para a deserção, o fracionismo e a traição" (101)

Na descrição do processo de invenção do "outro" pouco significado há se este possui ou não uma real diferença política

com o partido. O que importa é o ato em si, minuciosamente construído pela direção.

Lefort observa que, nos famosos processos na União Soviética, o acusado é "desamarrado do mundo onde vivia, a ponto de perder a noção do real e do imaginário, do verdadeiro e do falso, do amigo e do inimigo" (102), retirando-se-lhe todas as noções de sociabilidade, até que se lhe possa demonstrar que "somente o Poder detém o princípio do que é" (103). Substitui-se completamente os pontos de identificação próprios do acusado pela "afirmação da generalidade do social impressa numa burocracia", estes sim representando o "todo, o positivo e indestrutível, em que cada um se figura participando por sua vez como indivíduo total, positivo, indestrutível" (104). O processo culmina ao se tirar do acusado "palavras que não são mais as suas, as palavras mesmas do discurso que o condena, que o nomeia" (105).

Sem poder contar com essa preciosa confissão por lhe faltarem os meios necessários para sua produção, o partido contentou-se com o silêncio imposto ao "dissidente", usando a voz interposta do acusador. Este, de imediato, aparece como o indivíduo "total, positivo e indestrutível", qualidades próprias ao partido. Não foi casual que os principais acusadores nos processos de expulsão tenham sido justamente Luis Carlos Prestes e Diógenes Aruda Câmara. Suas imagens eram a personificação em vida dos biografados mortos.

A posição e o papel de acusador era de antemão reconhecida, não necessitando nenhuma outra fonte de legitimação que a da imagem integrada à fonte "do princípio do que é", o partido.

O ato em si é apresentado como um desmascaramento do acusado. A imagem que o partido tem de si mesmo é a de um todo indivisível, translúcido para cada um dos seus membros. Nessa imagem fica denegada qualquer divisão interna e é firmada somente a divisão entre o interior e o exterior. Assim o "outro é o outro de fora" (106), que infiltrou-se nas fileiras do partido. A tarefa do acusador passa a ser a retirada das máscaras que esse outro utilizou. Ressalve-se que, para o acusador, a capacidade do "inimigo" é quase infinita no uso de máscaras, adaptando-se a cada conjuntura específica ao uso de novas máscaras.

O acusado, José Maria Crispim, então um dos membros da direção, segundo o documento de Arruda Câmara, "caracterizou-se sempre por concepções e atitudes pequeno-burguesas", e profundas "incompreensões sobre o caráter e o papel do Partido" (107). Agora que está identificado é fácil verificar cada uma de suas más-caras. Assim, em 1948, Crispim teria adotado posições "golpistas e aventureiras", contrárias à "política de massas" do período. Em 1950, chamado pela direção, o acusado teria reconhecido seus erros, "declarando-se de acordo com o Manifesto de Agosto", para logo depois incorrer "novamente em desvios esquerdistas" (108). Em 1951, passa a defender "posições tipicamente oportunistas, (...), achando que as posições do partido deviam reduzir-se exclusivamente à luta pelas reivindicações mais imediatas" (109).

Novamente criticado e defendendo-se com um documento, segundo o autor do "informe", "Crispim começou então a apresentar sua verdadeira fisionomia, disposto a (...) arrastar o Partido para o pântano da capitulação". Nesse ponto "os objetivos de Crispim" coincidiriam "perfeitamente com os métodos demagógicos do governo de Vargas" (110).

Mesmo com essa "evidente" prova de traição, o partido a inda transigiria, chamando-o ao cumprimento da disciplina interna até o momento em que ele próprio rompesse com a direção. O que se configurou para Diógenes Arruda como uma "deserção". "Ao desertar Crispim perdeu todos os direitos partidários. Não há comunistas fora do Partido (...); não há comunista sem se subordinar incondicionalmente aos princípios do Partido" (111).

Sua trajetória posterior, ainda segundo o documento citado, apenas confirmou os fatos passados. Diz Arruda Câmara: "(...) desde que desertou do Partido, Crispim meteu-se no manto de um novo Messias e tudo faz para formar seu rebanho de ovelhas negras (...), difunde infâmias e calúnias, explora descontentamentos e vaidades, (...), apoia-se em elementos afastados e expulsos do Partido (...). Seu trabalho tem um sentido claro: empregar todas as armas para ver se cria condições para formar um centro dirigente paralelo e diversionista" (112).

Para o autor, acusação extremamente reveladora de quais as intenções de Crispim nas "suas atividades fracionistas" seria

dada pela sua tentativa em "influenciar membros do Partido, tentando convencê-los da necessidade de uma discussão ampla da linha política do Partido e da realização de Um Congresso" (113). Recorde-se que as importantes modificações introduzidas pelo Manifesto de Agosto não foram precedidas por sua discussão.

Arruda Câmara, ainda, delimita as condições em que podem ocorrer uma "livre discussão" no interior do partido. Para aqueles imbuídos de "um espírito fracionista" essa discussão é negada e aos membros do partido a discussão é definida como um foro para "despertar ao máximo a iniciativa e atividade dos membros , (...) é elevar seu senso de responsabilidade em relação à causa do Partido. Discussão livre, discussão que seja benéfica à causa do Partido" (114); e, aos inimigos, reserva-se o combate sem tréguas, pois "a única posição justa é combater-los e esmagá-los em toda linha" (115).

Notas

- (1) - Após a cassação de registro e dos mandatos parlamentares do partido e, principalmente, a mudança da linha política externa soviética com o "relatório Zhdánov", modificam-se os objetivos estratégicos do PC no plano interno. A esse respeito remeto para o 1º capítulo.
- Logo após essa mudança, é possível acompanhar, passo a passo, a trajetória do discurso contra o "governo aliado ao imperialismo americano", e que terminou por aprofundar o fosso já existente entre o partido e as massas. O primeiro artigo é de L C Prestes, intitulado "Como enfrentar os problemas da revolução agrária e anti-imperialista", in: rev. Problemas, nº 9, abr. 48, pp. 18-42, no qual se inicia a "auto crítica" ao período anterior, de apoio à redemocratização e ao governo de Dutra. No editorial do número seguinte da citada revista, Carlos Marighella quase repete os termos e temas do artigo de Prestes. Em 1949, o mesmo Marighella define o conflito não mais privilegiando os aspectos internos - a luta contra o "governo da ditadura de Dutra" - mas a sua escalada planetária. Diz ele: "Uma luta diuturna e cada vez mais acerba começou a travar-se, em cada país e em escala internacional, pouco depois da última conflagração, pelos defensores da paz contra os provocadores da guerra (...)" . "Nossa Política", rev. Problemas, nº 17, fev-mar. 49, p. 3.
- Em 1950 o discurso atinge seu ponto culminante com o célebre "Manifesto de Agosto". Nele, L C Prestes defendeu a criação imediata de um "exército popular de libertação nacional" através do "armamento geral do povo e reorganização democrática das forças armadas". No auge do seu isolamento, L C Prestes vê se afigurar um crescente aumento das "lutas revolucionárias de massas", conclamando ao final do "Manifesto": "À medida que se agrava a situação do país e aumenta o perigo de guerra no mundo inteiro, aumentam a radicalização e a combatividade das massas trabalhadoras. À frente delas não devemos recear as formas de lutas mais altas e vigorosas, inclusive os choques violentos com as forças da reação e os combates parciais que nos levarão à luta vitoriosa pelo Poder e à libertação nacional do jugo imperialista", in: rev. Problemas, nº 30, out. 50, pp. 3-13 .
- As "Resoluções do Pleno do Comitê Nacional" no início de 1951, sancionam as posições do "Manifesto", especificando a

inda o lugar de onde surgiriam as condições favoráveis aos enfrentamentos armados no entender do partido: "No momento atual, no entanto, a forma de luta preponderante é a luta de massas (...), que, especialmente no campo, tendem a se transformar rapidamente em combates parciais, em luta armada com objetivos concretos". "As tarefas atuais dos Comunistas na luta pela paz e pela independência nacional", in: rev. Problemas, nº 33, mar-abr. 51, pp. 3-12.

- (2) - Bezerra, G. Memórias, ed. Civ. Brasileira, RJ, 1979, v I , p. 307.
- (3) - Câmara, D.A. "Reforçar a vigilância revolucionária, tarefa vital do partido", in: rev. Problemas, nº 38, jan-fev. 52 , p. 51.
- (4) - Prestes, L.C. "Estudar e aplicar as resoluções de fevereiro do Comitê Nacional para entrarmos no bom caminho da Construção do Partido", in: rev. Problemas, nº 34, mai-jun. 51, p. 9 (grifos meus). Quase em termos idênticos, Maurício Graibois, então um dos dirigentes, repete a locução de Prestes: "Embora em escala muitíssimo menor (...), também os elementos oriundos da classe operária, que vieram ao Partido, não estão imunes às influências da ideologia burguesa. Apesar de serem os elementos mais esclarecidos e combativos da classe operária brasileira, ainda padecem dos mesmos defeitos do proletariado donde provêm, (...) vindo recentemente do campo, sofrendo pressão ideológica direta das classes dominantes". "Elevar o nível ideológico: tarefa decisiva para o fortalecimento e construção do Partido", in: rev. Problemas, id., p. 25. Aqui fica evidente um outro ponto: a narração que é produzida no interior do partido, obedece a uma sucessão precisa. A primeira manifestação sempre partirá de cima, no caso do secretário-geral. Sucedem-se as narrações do círculo mais próximo, o "Comitê Nacional" (comitê central) que, por sua vez, reproduzirá as mesmas expressões utilizadas pelo secretário-geral. E, geralmente, isto se sucede de um modo revelador: quanto mais distante estiver o narrador do centro no qual se originou o discurso, mais esta se concentra em enunciados chave da primeira narração , processo de simplificação e repetição que atinge sua culminância nas palavras-de-ordem.

- (5) - Prestes, L.C. Art. cit., in: id., p. 9.
- (6) - É possível aproximar este discurso, que se move a partir da oposição interno-externo, com o "sentimento de perseguição" na vida da massa, tal como definido por Elias Canetti. Veja mos alguns aspectos de sua descrição sobre o tema: "A massa sempre é semelhante a uma fortaleza sitiada de maneira dupla: ela tem um inimigo do outro lado das muralhas, e tem um outro inimigo no seu próprio porão (...). A cidade fica cada vez mais repleta de lutadores; mas cada um deles traz consigo o seu próprio pequeno e invisível traidor, que se esconde rapidamente dentro de algum porão". Canetti conclui essa passagem estabelecendo a diferença, na percepção da massa, entre os dois inimigos: "Os sitiadores cercam cada vez com mais força os muros externos; simultaneamente, os porões ficam cada vez mais minados por dentro. As ações do inimigo são abertas e visíveis quando ele trabalha nas muralhas; mas são ocultas e traiçoeiras quando ocorrem nos porões", in: Maassa e Poder, ed. cit., p. 22. Entre os dois processos há, no entanto, diferenças relevantes: o número de membros é infinitamente menor no partido do que na massa e, mais importante neste caso, enquanto na massa o "sentimento de perseguição" é uma resistência até certo ponto natural e espontânea, no partido, o sentimento correspondente é produzido por uma longa elaboração através do discurso, processo que se aguça nos momentos de conjuntura adversos. Porém mesmo nos momentos mais favoráveis, nas situações de legalidade ou semi-legalidade, esse discurso não se desvanece, nem é colocado em segundo plano. O que leva a concluir que a oposição interno-externo seja estruturante da ação política e pedagógica do partido. Certamente um ângulo mais pertinente à sua compreensão seja dado pela combinação entre o sentimento de perseguição e o comportamento das religiões universais, onde prevalece o sentimento de desconfiança em relação à massa de fiéis e tudo é realizado no sentido de substituir o descontrole natural da massa pelo obediente rebanho. Seria, assim, na existência dos dois sentimentos, sem dúvida, que o partido atingirá uma das qualidades principais requeridas de seus membros: sua igualdade permanente uns com os outros. A delimitação precisa dos limites entre o interno e o externo aliado à domesticação interna. A esse respeito, ver E. Canetti, "Domesticação das

massas nas religiões universais, in: id., pp. 22-24. Ver , também, na órbita da doutrina aqui tratada, o artigo: "Stá- lin: a fabricação de um carisma", do historiador Bronislaw Baczko, in: rev. Religião e Sociedade, RJ, jun. 83, pp. 27-34, em que os dois sentimentos claramente perpassam a construção do carisma do "guia soviético". A fotografia que ilustra o artigo é rica em ressonâncias para o tema. Nela está retratada uma procissão aquática, na qual milhares de nadadores transportam inúmeras imagens gigantescas de Stã - lin.

- (7) - Prestes, L.C. Id., p. 8.
- (8) - Id., ib., p. 7 (grifos meus).
- (9) - Id., ib., p. 9 (grifos meus). Não é sem ironia que se lê esta passagem se se recordar a "origem" de L C Prestes - militar e "pequeno-burguesa". Seria ele então, aplicando-se sua lógica, o principal suspeito de obstaculizar a emergência plena da "nova substância" ? E não seria exatamente sobre ele que deveriam recair os maiores esforços de "reeducação" A esse respeito, mais particularmente da lógica que preside a existência do egocrata, ver C Lefort, Un Homme en trop Refléxions sur l'Archipel du Goulag, ed. cit., no capítulo em que o autor descreve a inversão da figura do egocrata na do inimigo número do social, no "outro", pp. 57-89.
- (10) - Recolho uma passagem do escritor Zola sentenciando o trabalho do historiador francês Michelet: "é um terrível analista. Ele não se detém na epiderme; vai até o sangue", cit. por Roberto Romano, "A Fantasmagoria Orgânica", in: Corpo e cristal: Marx Romântico, ed. Guanabara, RJ, 1985, p. 115, que acrescenta: "O conhecimento médico aplicado à política e à literatura é um dos elementos mais importantes do saber ocidental. Atualmente, entre nós, ele é tematizado com delicadez e paciência por Maria Sylvia Carvalho Franco". Um resumo desse tema, circunscrito aos séculos XVIII e XIX, pode ser apreciado no trabalho de Judith Schlanger, Les Métaphores de L'Organisme, ed. Vrin, Paris, 1971, especialmente o capítulo intitulado "De la Maladie comme catégorie socio-politique", pp. 175-189.

- (11) - A análise que se preocupasse com a concepção do partido presente neste ideário, deveria necessariamente tomar como princípio esse pressuposto lógico: o Estado, nessa doutrina é o resultado do "corpo social" e sua natureza é idêntica à do corpo. Assim se o corpo tende naturalmente à purificação instaurando como fim último sua homogeneidade, o partido em primeiro lugar, seguindo-se o "novo Estado", devem promover a aceleração e a manutenção dessa homogeneidade. Ambos, também, identificam-se com a parcela mais "sadia" do corpo social e, no limite, apagam as diferenças entre si e o social. Ver C. Lefort, "A imagem do corpo e o totalitarismo" in: A Invenção Democrática, ed. Brasiliense, SP, 1983, pp. 107-121.
- (12) - Gorender, J. "O verdadeiro caráter dos partidos das classes dominantes", in: rev. Problemas, nº 11, jun. 48, pp. 8-23.
- (13) - Id., ib., p. 9.
- (14) - ib., p. 10. Sobre a teorização dos "resquícios" existentes na estrutura capitalista formulada pelos teóricos do partido, ver a crítica de Patrizia Piozzi, O Ato Livre, tese de mestrado da FFLCH-USP, 1983 (mimeo), particularmente os dois primeiros capítulos. De um ponto de vista mais geral, ver a crítica às teorias econômicas dualistas realizada por Reginaldo Moraes, A Fênix Tropical, tese de mestrado FFLCH-USP, 1982 (mimeo).
- (15) - Zhdánov, A. "Informe ao XVIII Congresso do PCUS", cit. por Rui Facó no artigo "O bolchevique Zhdánov, um exemplo a seguir", in rev. Problemas, nº 13, ago-set. 48, p. 117 (grifos meus). O "bolchevique exemplar", por ocasião de um encontro com escritores soviéticos sobre o tema da "arte pela arte", especificou o sentido que deveria ter a educação artística comparando-a seus riscos com o desperdício quando não "refletisse" as necessidades da sociedade soviética: "Pensam que só há desperdícios da produção material (...) É muito natural uma crítica, mas se o desperdício ocorre em relação à educação das almas humanas, se se permite um desgaste aos problemas da educação da juventude, então se de-

ve ser tolerante. Realmente, não é esta uma falta muito mais cruel do que o não cumprimento de um programa de produção ou a desorganização de uma tarefa de produção?", cit. por Rui Facó, in id., p. 119.

- (16) - Prestes, L.C. Art. cit., in: id., p. 7.
- (17) - Contra essa tendência que no caso do PC brasileiro é apenas ideal, no máximo restrita aos militantes do partido, mas que nos estados socialistas atinge um plano efetivo, ver C. Lefort, Un Homme en Trop, especialmente o último capítulo, "Avec des fissures commencent à s'effondrer les cavernes", pp. 205-254.
- (18) - Lefort, C. "Direitos do homem e o totalitarismo", in: A Invenção Democrática, p. 49.
- (19) - Ib., "A Imagem do corpo e o totalitarismo", in: ib., pp. 113-114 (grifos meus).
- (20) - Veja-se o juízo de Kant a respeito da possibilidade do conhecimento das causas finais e em qual ordem se dá: "O mais essencial e mais importante para este ítem, porém, é a demonstração de que o conceito das 'causas finais' na natureza, que separa o julgamento teleológico da mesma do julgamento segundo leis universais, mecânicas, é um conceito atinente meramente ao juízo, e não ao entendimento ou à razão, isto é, que, como se poderia usar o conceito dos fins naturais também na significação objetiva de intenção natural, tal uso, como já raciocinante, absolutamente não pode ser fundado na experiência, que pode, por certo, apresentar fins, mas por nada provar que estes são mesmo intenções; portanto, o que neste pode ser encontrado como pertencente à teleologia contém meramente a referência de seus objetos ao Juízo, (...), pela qual ele é legislador para si mesmo (não para a natureza)". Para Kant, "somente em 'produtos da arte' podemos tomar consciência da causalidade da razão em relação a objetos que por isso se chamam finais ou fins", pois o produto aqui é da razão - técnica - que o projetou para um determinado fim, isto é, com uma intencionalidade. "Do julgamento teleológico", Primeira Introdução à Crítica do Juízo, in: col. Pensadores: Kant (II), (trad. Ru

bens Rodrigues Torres Filho), ed. Abril, SP, 1980, p. 191, (grifos meus). Compare-se a formulação de Kant com a de Hegel, em que o telos é um momento superior à finalidade externa e, ao mesmo tempo, lugar onde se inicia a liberdade do movimento: "Onde se percebe uma finalidade, se admite um intelecto como seu autor; portanto se requer para o fim uma verdadeira e própria existência livre do conceito", Ciência de la Logica (trad. Augusta e Rodolfo Mondolfo), ed. Solar, 1968, t. II, p. 647. Roberto Romano, no seu escrito "Corpo e Cristal: Marx Romântico", evoca essa questão sensível ao pensamento filosófico: "O segundo modo de conceber a natureza, o orgânico, é o teleológico. Este não se liga apenas às percepções internas e às relações não visíveis imediatamente na ordem natural. A finalidade pode ser interna (Inne re) ou externa (Aussere). Na cultura moderna, repete Hegel, prevaleceu a segunda durante demasiado tempo.

"Ou seja: enquanto a ciência física acentuou o lado visível e necessário dos acontecimentos naturais, a não-ciência acentuou o lado visível e dogmático da intervenção sobrenatural no mundo. Ciência e religião operam com a mesma lógica unilateral, cindindo a natureza e dela abstraindo a finalidade imanente, que engloba numa síntese o lado exterior (o objeto visível) e o interior (o conceito) na experiência humana, que é justamente passagem de um ao outro", in: op.cit p. 40.

- (21) - Uma síntese da constituição da episteme orgânica no final do século XVIII e primórdios do XIX é apresentada por Georges Gusdorf nos seus estudos históricos sobre o romantismo. A passagem do saber mecânico ao orgânico se encontra no seu texto Fondements du Savoir Romantique, Paris, ed. Payot, 1982, particularmente nos capítulos: "Crépuscules des Lumières", pp. 176-188; "Scientisme, Romantisme, conflit des intelligibilités", pp. 189-204; "Le Procès de Newton", pp. 205-239. Um resumo das teses de Goethe, Herder e Schelling sobre a "Natürphilosophie" encontra-se em Le Savoir Romantique de la Nature, Paris, ed. Payot, 1985, nos capítulos: "Goethe, Herder et la Naturphilosophie", pp. 69-112 e "La Construction Théorique de Schelling", pp. 113-141. Deste último é que extraio o seguinte trecho, da obra Idéias para uma Filosofia da Natureza, onde Schelling sintetiza sua hipótese mais geral sobre a natureza: "Se nós consideramos a

natureza como um todo, ela se apresenta a nós sob dois aspectos opostos: o de um mecanismo, isto é, de uma série regressiva de causas e efeitos, e o de finalidade, isto é, da independência de todo mecanismo, de uma simultaneidade de causas e efeitos. Reunindo-se esses dois extremos, nós obtemos a idéia de uma finalidade do Todo (...). A série de causas e efeitos se encontra interrompida, e no seu lugar se obtém uma reciprocidade de meios e fins. As partes não podem se realizar sem o Todo, nem o Todo sem as partes", cit. por Gusdorf, in: op. cit., p. 124. Partindo das noções de finalidade externa e interna e os correlatos problemas que surgem - o indivíduo e o Estado, a parte e o todo, a liberdade - ver o trabalho de Roberto Romano "Corpo e Cristal : Marx Romântico", in: op. cit., pp. 17-62.

- (22) - Hegel, G. W. F., prefácio da Phénoménologie de l'Esprit, p. 12.
- (23) - Id., ib., p. 36.
- (24) - "A coisa, com efeito, não está esgotada no seu objetivo, mas na sua atualização; o resultado não é mais o todo efetivamente real; ele o é unicamente com seu devir". Hegel, prefácio à Phénoménologie de l'Esprit, p. 7.
- (25) - Id., ib., p. 6.
- (26) - Prestes, L. C. "Manifesto de Agosto", in: rev. Problemas, nº 30, out. 50, p. 13 (grifos meus).
- (27) - A determinação do saber é dada pelo ato de reflexão, que é a mediação entre o saber constituído e seu devir: "a mediação não é outra coisa que a igualdade consigo mesma se movendo; em outros termos, ela é a reflexão de si mesma, o momento do eu que é para si; ela é a pura negatividade, ou reduzida à sua pura abstração o devir simples (...). É a reflexão que leva o verdadeiro a um resultado, e também é ela que suprime esta oposição que existe entre o verdadeiro e seu devir", Hegel, in: id., pp. 20-21.
- (28) - Cf. a análise de Roberto Romano, in: op. cit., p. 29, que chama a atenção para esse aspecto central do pensamento he-

geliano: "Bildung, gebildeten, Glättung": essa constelação de termos óticos impele a atenção rumo às determinações entre o todo e as partes, indivíduos e sociedade. O homem polido é um espelho que não embaça a imagem dos outros. Contra o Eu=Eu fichteano, reza a Fenomenologia do Espírito, a verdadeira vida é um Eu que é um Nós. Na primeira tese se estabelece uma pura relação teórica e vazia; na segunda, penetra o sujeito no universo e mergulha no elemento vital, prática e voluntariamente". Gérard Lebrun, no seu espiritualismo artigo "Surhomme et homme total", retoma a questão identificando sua ressonância no interior do materialismo contemporâneo: "Outro tema otimista e "humanista" que retoma, sem nos desconcertar, a literatura marxista: aquele do pertencimento essencial do indivíduo humano à espécie. Que a vida individual seja um modo de vida genérico, que o indivíduo não seja mais do que um 'ser genérico determinado', essa "evidência" está selada no pilar do marxismo. Ela é mesmo indispensável à definição da consciência como expressão teórica da "qual a comunidade real, a organização social é a forma viva" (Manuscritos de 1844). E, ainda aí, pela mediação da noção hegeliana de gênero (Gattung), nós somos logo remetidos a uma concepção bem determinada do que deve ser a "formação" do homem: na linha de Hegel, ela não poderá ser mais do que um 'aplainamento' (Glättung), um apagamento das diferenças que separam os indivíduos, esses atos turbulentos, simples rebeldes à boa totalização ética. Esta "interpretação" universalista está presente desde a origem em Marx: o crime por excelência da exploração é, como se sabe, que ela arranca ao homem sua vida genérica. Se me fará observar que é desonesto se determinar somente pelos textos de 1844? Mas eu não conheço textos posteriores onde a liberação do indivíduo estaria desolidarizado de sua realização genérica: é sempre a integração à espécie, a assimilação que será tomada por positiva, e o tema da diferença será relagado ao mau negativo (atomização, fechamento, desequilíbrio, desigualdade)... Que o materialismo pós-hegeliano é estranho, seja dito de passagem: sim, curioso materialismo, que lança a suspeita sobre o individual, isto é, sobre aquilo mesmo ao qual outros materialismos (epicurista, estoico) souberam dar um estatuto positivo contra Platão e Aristóteles, contra as filosofias do logos ... Mas é assim: pensamento pós-hegeliano, o marxismo nos acostumou a esta

idéia - que nos parece incontestável - que, na exploração, é sua "Menscheit" que é roubada ao explorado. Ora, é suficiente restituir a palavra ao léxico neo-hegeliano para se perceber tudo no que implica essa asserção sócio-ontológica: que toda luta eficaz deve ser empreendida em nome de uma norma universal. E o leitor conhece a sequência: que uma classe não menos universal, ou a vanguarda que se beneficiará desta universalidade por procuração, serão forçosamente encarregados de colocar no lugar esta norma e de a fazer respeitar", in: rev. Manuscrito, ed. Unicamp, vol II, nº 1, out. 78, pp. 50-51.

- (29) - Hegel, G.W.F. Précis de L'Encyclopédie des Sciences Philosophiques (trad. por J. Gibelin), ed. Vrin, Paris, 1978, par. 368, p. 210.
- (30) - Id., ib., par. 368 - nota, p. 211. Sobre essa mesma relação espírito-natureza presente na determinação dos povos ver de Hegel "Le Fondement Géographique de L'Histoire Universelle" na Introdução à Leçons sur la Philosophie de L'Histoire (trad. por J. Gibelin), ed. Vrin, Paris, 1979, pp. 66-86.
- (31) - Id., Encyclopédie, par. 371, p. 212. Ver Roberto Romano, "A Fantasmagoria Orgânica", in: Corpo e Cristal - Marx Romântico, pp. 116-118.
- (32) - Hegel, G. W. F. "Prefácio" à Phénoménologie, p. 25 (grifos meus).
- (33) - Id., ib., p. 26.
- (34) - Id., ib., p. 26.
- (35) - Id., ib., pp. 40-41 (grifos meus).
- (36) - Na Ciência da Lógica a relação do indivíduo com o mundo objetivo é recolocado já a partir da idéia, retirando-a de sua imediatividade. Diz Hegel: "Ao formar-se o indivíduo vivente em si mesmo, ele se põe em tensão contra seu pressuposto originário, e se coloca como sujeito em si e para si (...); com isso está constituído como a idéia existente em

si e para si, e como o essencial independente, frente ao qual o mundo externo pressuposto tem só o valor de um negativo, carente de independência. Em seu próprio sentimento de si o vivente tem esta certeza de nulidade, existente em si, do ser-outro (...). Seu impulso é a necessidade de eliminar este ser-outro e de se dar a verdade daquela certeza". A inversão dessa polaridade ocorre quando o indivíduo concebe não só seu pertencimento a um todo maior, mas quando passa a produzi-lo efetivamente: "A identidade com o outro, por tanto, a universalidade do indivíduo, é somente interna e subjetiva; por conseguinte, o indivíduo experimenta a existência de pô-la, e de realizar-se como universal. Este impulso do gênero, contudo, só pode realizar-se mediante a eliminação das individualidades que são reciprocamente particulares, isoladas", in: op. cit., t. II, p. 678 e 681 (grifos meus). Sobre essa mesma relação inserida na temporalidade, ver: Arantes, P. A., Hegel: A Ordem do Tempo, ed. Polis 1981, particularmente o capítulo "A Temporalidade Cumulativa", pp. 168-240.

- (37) - O exemplo de Hegel para os tempos modernos é o da Revolução Francesa, que se constituiu a partir do princípio - tornado prático - de um pensamento e vontade absolutamente livres, baseados na "razão natural". A fonte do direito positivo, a organização da sociedade e do Estado não se encontra mais na autoridade da fé religiosa, mas na "vontade que se quer livre" e que se dá como fundamento a "liberdade absoluta". Mas "como esta vontade torna-se determinada?", questiona o filósofo na Filosofia da História. Ela também necessita ser direitos e deveres e não só vontade pura que não se particulariza em nenhum momento. Ela não pode ter nos momentos só o negativo de si, ver neles fenômenos que restringem seu princípio absoluto. O único modo de manter a universalidade desse princípio - da vontade que se quer absoluta - é, segundo Hegel, unir o princípio universal a uma vontade singular que termina representando a totalidade: "Se nesta obra universal da liberdade absoluta, considerada como substância sendo aí, não se encontra a consciência de si singular, tampouco ela se encontra nas operações próprias e nas ações individuais da vontade desta liberdade. Para que o universal chegue a uma operação, é necessário que ele se concentre no um da individualidade e coloque à testa uma consciên

cia de si singular; é, com efeito, num si que é um que a vontade universal é vontade efetiva; todavia todos os ou-
tros singulares são assim excluídos do todo desta operação (...); deste modo a operação não será operação da consciên-
cia de si universal efetiva. A liberdade universal, logo , não pode produzir nem uma obra positiva, nem uma operação positiva, só lhe resta a operação negativa; ela é somente a fúria da destruição". Phénoménologie de l'Esprit, ed. cit. t. II, pp. 134-135. Ver também em Leçons sur la Philosophie l'Histoire, ed. cit., o capítulo "Siècle des Lumières et Ré-
volution", pp. 335-346.

- (38) - Hegel, G.W.F. Principes de la Philosophie du Droit, ed. cit par. 182, p. 211.
- (39) - Id., ib., par. 183, p. 218.
- (40) - Id., op. cit., t. II, p. 627. Esta relação mecânica entre as subjetividades - subsistindo para si mesma - como momento necessário à fenomenologia do espírito, aparece também na obra do mesmo título, no capítulo "O estado de Direito", t. II, pp. 44-49. Mesmo constituindo um momento necessário, em que pela primeira vez a subjetividade vê a si mesma como fim imanente, não faz com que Hegel retire seu juízo negativo sobre essa forma. Diz ele no referido capítulo: "O universal fragmentado em átomos constituindo a multiplicidade absoluta dos indivíduos, este espírito morto, é uma igualdade na qual todos possuem valor, como cada um, como pessoas (...). Com efeito, o que tem solidez como essência absoluta é a consciência de si como o puro e vazio um da pessoa (...) porque o espírito não está mais presente para subjugá-lo e reuni-lo na sua unidade. Na sua realidade, este Um vazio da pessoa é, por consequência, um ser-aí contingente, um movimento e uma operação sem essência". Op. cit., t. II, pp. 44-46. Do ponto de vista histórico, essa "subjetividade que se encontra livre do espírito" se efetiva no mundo romano, lugar onde culmina essa "liberdade abstrata" do Estado e do "Eu em si". Ver: Leçons sur la Philosophie de l'Histoire, ed. cit., pp. 215-246.
- (41) - Id., op. cit., p. 226.

- (42) - Id., op. cit., par. 260, pp. 277-278.
- (43) - Id., Principes de la Philosophie du Droit, par. 253, p. 267.
- (44) - Cit. in Roberto Romano, "Corpo e Cristal: Marx Romântico", op. cit., p. 29.
- (45) - Câmara, D. A. "Reforçar a vigilância revolucionária, tarefa vital do Partido", in: rev. Problemas, nº 39, mar-abr.52 p. 73.
- (46) - Ver a reconstrução minuciosa que E. H. Kantorowicz traçou do fundamento do poder real na Idade Média, através da reconstituição e entrelaçamento da teologia política, da Lei Canônica e do Direito Romano, bem como da iconografia no seu trabalho The King's Two Bodies, ed. Princeton Un., 1957 particularmente os capítulos: "Christ-Centered Kingship", pp. 42-86, e "Law-Centered Kingship", pp. 87-192.
- (47) - A respeito da idéia de grandeza nas relações de poder, ver Elias Canetti, Massa e Poder, ed. cit., capítulos: "O trono crescente do imperador de Bizâncio", pp. 446-447, e "Idéias de grandeza dos paralíticos", pp. 447-454.
- (48) - "Uma histórica reunião do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil", in: rev. Problemas, nº 54, fev. 54, p. 2 (grifos meus).
- (49) - Id., ib., p. 2 (grifos meus).
- (50) - Prestes, L.C. "Sobre o Programa do P.C. do B.", in: ib., p. 29 (grifos meus).
- (51) - C. Lefort analisa esse ato redutivo da experiência realizada pelo pensamento dogmático, no caso o do Partido Comunista da União Soviética. Ver Un Homme en Trop, ed. cit., pp. 172-174.
- (52) - Prestes, L.C. Id., p. 30 (grifos meus). O "Projeto de Programa" é explícito na caracterização daquela conjuntura definindo-a como se precedesse a um "levante revolucionário de massas". Seus tópicos afirmam: "1- O atual governo brasi

leiro é um instrumento servil dos imperialistas norte-americanos (...). É certo que o governo de Vargas é um governo eleito no pleito de 1950. Isto não significa, no entanto, que as eleições expressem a vontade da maioria da população brasileira (...). É inevitável a substituição do governo de Vargas, a revolução democrática de libertação nacional. O povo brasileiro levantar-se-á contra o atual estado de coisas (...). São imensas as forças democráticas e patrióticas que se levantam por todo o país contra o atual governo".

"Projeto de Programa do P.C. do B. - dezembro de 1953", in ib., pp. 6-27 (grifos meus).

- (53) - Basbaum, L. Uma Vida em Seis Tempos (Memórias), ed. cit., p. 221.
- (54) - Bezerra, G. Op. cit., p. 118.
- (55) - "Editorial" da rev. Problemas, nº 64, dez-fev. 55, p. 6.
- (56) - A melhor reflexão sobre o indeterminado na experiência política e na constituição do "sujeito político" constitui, a meu ver, o estudo de C. Lefort sobre o pensamento de Maquiavel, Le Travail de l'Oeuvre Machiavel, ed. Gallimard, Paris, 1972. Sobre o desaparecimento do indeterminado na vida política, social e econômica da União Soviética, ver o interessante estudo de Michel Heller, La Machine et les Rouages - La formation de l'homme soviétique, ed. Calmann-Lévy, Paris, 1985 particularmente o capítulo "La Planification", pp. 55-65.
- (57) - O artigo de L.C. Prestes é: "Sobre o Programa do P.C. do B" in: rev. Problemas, nº 54, fev. 54, pp. 29-43. Cito, a seguir, alguns artigos que constroem a mesma lógica nos seus argumentos: Marignella, C. "Nossa Política", in: id., nº 10 maio 48, pp. 1-7; Prestes, L.C. "Forjar a mais ampla frente nacional em defesa da paz, da liberdade e contra o imperialismo", in: ib., nº 19, jun-jul 49, pp. 11-79; "Manifesto de Agosto", in: ib., nº 30, out. 50, pp. 3-13; "As tarefas atuais dos Comunistas na luta pela paz e pela independência nacional (Resoluções do Pleno do Comitê Nacional do P.C. do B.)", in: ib., nº 33, mar-abr. 51, pp. 3-12; Câmara, D.A. - "Nosso Partido, nossa tática, nossas tarefas atuais", in: ib. jul-ago. 51, pp. 6-44; "O XIX Congresso do PCUS e as tare -

fas de nosso Partido (Informe de L.C. Prestes ao Pleno de Abril de 1953 ao Comitê Nacional do P.C. do B.)", in: ib., nº 45, mar-abr. 53, pp. 56-90; Câmara, D.A. "Forjemos nosso Partido a imagem e semelhança do Partido de Lênin e Stálin" in: ib., pp. 91-112; Marighella, C. "Unir e organizar a classe operária: tarefa fundamental para a vitória do Programa do Partido", in: ib., nº 65, mar. 55, pp. 18-44; Prestes, L.C. "A Posição do Partido na sucessão presidencial e nossas tarefas atuais", in: ib., nº 69, ago. 55, pp. 11-31; "A situação atual, a tática e as tarefas do Partido Comunista (Informe apresentado, em nome do Presidium, ao Pleno Ampliado ao Comitê Central de janeiro de 1956)", in: ib., nº 72, jan-fev. 56, pp. 12-34; Amado, J. "O II Congresso dos Escritores Soviéticos", in: ib., nº 71, nov-dez. 55, pp. 107-125.

- (58) - Prestes, L. C. Id., in: ib., p. 33.
- (59) - Id., ib., pp. 33-34.
- (60) - Câmara, D.A. "Novo Programa, Novas Tarefas, Novos Métodos de Trabalho", in: rev. Problemas, nº 56, abr. 54, p. 7 (grifos meus).
- (61) - Prestes, L. C. "Nossa Política", in: id., nº 31, nov-dez. 50 pp. 3-7.
- (62) - Id., ib., p. 6.
- (63) - Id., ib., pp. 6-7 (grifos meus)
- (64) - Prestes, L.C. "Nossa Política: O camarada Stálin e a Luta Emancipadora dos Povos Nacionalmente Oprimidos", in: ib., nº 23, dez. 49, p. 3.
- (65) - Barata, A. "O generalíssimo Stálin, Chefe Militar", in: ib., p. 20.
- (66) - Gorender, J. "Stálin", in: ib., p. 121.
- (67) - Guan, L. "Fan Cnji Min, o herói do povo chinês", in: ib., nº 8, mar. 48, pp. 88-95.

- (68) - Gorender, J. "O verdadeiro caráter dos partidos das classes dominantes", in: ib., nº 11, jun. 48, p. 8.
- (69) - Lefort, C. Op. cit., p. 159.
- (70) - Id., ib., p. 89.
- (71) - Prestes, L.C. "Forjar a mais ampla frente nacional em defesa da paz, da liberdade e contra o imperialismo", in: ib., nº 19, jun-jul. 49, p. 67.
- (72) - "Nossa Política: As tarefas atuais dos Comunistas na luta pela paz e pela independência nacional", in: ib., nº 33, mar-abr. 51, p. 5.
- (73) - Id., ib., p. 6 (grifos meus).
- (74) - Satassova, M. "Clara Zetkhin", in: ib., nº 11, jun. 48, p. 125.
- (75) - Facó, R. "O bolchevique Zhdánov, um exemplo a seguir", in: ib., nº 13, ago-set. 48, p. 106.
- (76) - Alvarez, A. "Pedro Cneca: O Homem do Partido", in: ib., nº 5 dez. 47, pp. 96-107.
- (77) - Desante, D. "Dimitrov", in: ib., nº 20, ago-set. 49, p. 119
- (78) - Stálin, J. "Lênin, a águia das montanhas", in: ib., nº 32, jan-fev. 51, pp. 121-128.
- (79) - Guiorguinov, G. "Dimitrov: eminente discípulo e companheiro de armas de J. Stálin", in: ib., nº 29, ago-set. 50, p. 100
- (80) - Fonteney, F. "A atualidade de Gabriel Peri", in: ib., nº 16 jul 49, p. 119.
- (81) - Ferraz, A.C. "Fen Pi Shi", in: ib., nº 34, mai-jun. 51, p. 129.
- (82) - Guan, L. "Fan Chji Min, o herói do povo chinês", p. 95.

- (83) - Romano, R. Conservadorismo Romântico: origem do totalitarismo, ed. Brasiliense, SP, 1981, p. 109.
- (84) - Id., "A Fantasmagoria Orgânica", in: Corpo e Cristal: Marx Romântico, ed. cit., pp. 113-124.
- (85) - Kantorowicz, E. The King's Two Bodies, ed. cit.
- (86) - Prado, P. Retrato do Brasil, ed. J. Olympio, RJ, 1972.
- (87) - Id., ib., p. 228.
- (88) - Lenharo, A. Corpo e Alma: Mutações Sombrias do Poder no Brasil dos anos 30 e 40 (mimeo), tese de doutorado defendida no Dep. História da FFLCH-USP, 1985.
- (89) - Sartre, J.P. "Os Comunistas e a Paz", cit. por C. Lefort, "La méthode des intellectuels progressistes", in: Éléments d'une Critique de la Bureaucratie, ed. Gallimard, Paris, 1979, p. 252.
- (90) - Lefort, C. Un Homme en Trop, ed. cit., p. 51.
- (91) - Id., "A imagem do corpo e o totalitarismo", in: A Invenção Democrática, ed. cit.
- (92) - Prestes, L.C. "A luta pela paz, nossa tarefa central e decisiva", in: ib., nº 39, mar-abr. 52, pp. 7-48.
- (93) - Id., ib., pp. 33-34.
- (94) - Câmara, D.A. "Reforçar a vigilância revolucionária, tarefa vital do Partido", in: ib., pp. 49-74.
- (95) - Id., ib., p. 49.
- (96) - Id., ib., p. 50.
- (97) - Id., ib., p. 50.
- (98) - Lefort, C. Un Homme en Trop, ed. cit., p. 51.

- (99) - .Câmara, D.A. Id., pp. 51-52 (grifos meus).
- (100)- Id., ib., p. 52 (grifos meus).
- (101)- Id., ib., p. 52 (grifos meus).
- (102)- Lefort, C. Un Homme en Trop, p. 117.
- (103)- Id., ib., p. 118 (grifos meus).
- (104)- Id., ib., p. 119.
- (105)--Id., ib., p. 122.
- (106)- Id., A Invenção Democrática, p. 113.
- (107)- Câmara, D.A. Art. cit., in: ib., p. 52.
- (108)- Id., ib., p. 53.
- (109)- Id., ib., p. 53.
- (110)- Id., ib., pp. 53-54.
- (111)- Id., ib., p. 57.
- (112)- Id., ib., p. 57.
- (113)- Id., ib., p. 58.
- (114)- Id., ib., p. 59.
- (115)- Id., ib., p. 59.

49 capítulo

OBEDIÊNCIA E ORDEM

Dança e ritmo

Retorno, provisoriamente, ao paradigma apresentado por Hegel para demarcar outro traço próprio ao partido.

Como se viu no capítulo anterior, a representação do Estado e da sociedade civil como um todo orgânico, poética dança dos seus membros voltados para a fonte da vontade substancial, as sinala o princípio e fim que rege a vida coletiva no pensamento do filósofo. Os indivíduos não são átomos e suas vontades, por conseguinte, não devem se sobrepor umas às outras sob o mero signo da força, relação mecânica por excelência. São membros de um todo que ultrapassa e contém as particularidades. É o que permite a Hegel afirmar: "O idealismo que constitui a soberania é a mesma condição que faz que, num organismo animal, as chamadas partes não sejam as partes mas os membros, os momentos orgânicos, onde o isolamento e a existência para si são a doença" (1).

Alcançar este fim, porém, em que a suprema realização dos indivíduos está na associação coletiva, requer uma série de cuidados que impeça o surgimento de uma massa desorganizada, exterior à vida do todo. Daí que os indivíduos, no seu princípio, sejam a dupla vontade - do particular e do universal -, princípio que tolhe sua degradação no elemento da particularidade, e que se manifesta através da existência das corporações: "O Estado concreto é o todo dividido organicamente em seus círculos particulares; o membro do Estado é membro de tal ordem. Somente com esta determinação objetiva que ele poderá ser considerado dentro do Estado. Sua definição geral contém o duplo elemento, é uma pessoa e, como ser pensante, é também consciência e querer do que é universal (.) Portanto, ele atinge sua vocação real e viva pelo universal na sua esfera corporativa" (2). A verdade é esse todo, na sua tradução mais abreviada. É a submersão do indivíduo, ao mesmo tempo, no particular e no universal, o que conduz a "substância moral" da sociedade civil à sua forma definida e estável. Os indivíduos se diferenciam infinitamente através e no interior das corporações e se reúnem na esfera da cultura e na vida estatal. Na esfera privada tem-se a "honra" adquirida no trabalho estável; enquanto que no Estado o movimento do todo traz luz a essas mesmas consciências.

Trabalho e cultura, portanto, devem se complementar na

formação do indivíduo e na existência do todo. Cada um alcança a satisfação pela infinita diversidade dos afazeres do conjunto, onde o processo de trabalho integra um conjunto que congrega num só resultado o fazer fragmentado. Desse modo o indivíduo supre sua própria carência e constitui uma teia de relações que se move atendendo a esse mesmo princípio. Mas o fim não está aí. Ao contrário, este só é atingido quando o indivíduo e a corporação integram o universal, ao se reconhecerem como membros do todo. A figura torna-se completa: o ritmo de seus pés, de seus braços, de sua cabeça, cumpre um desenho que não é apenas o daquele indivíduo. É e está aderido a outros ritmos que descobrem no conjunto, como "gênero", sua verdade. A consciência do indivíduo, que tem no seu movimento apenas uma reunião de si com outros iguais a ele descobre sua unidade mais íntima no ritmo biológico do todo e não no movimento físico, exterior às partes. E a manifestação exterior desse ritmo biológico é a soberania do todo sobre as partes, a dança que o todo provoca em seus membros.

Contudo, o indivíduo, encontrando-se no estado de repouso, isto é, na figura particular do espírito ao qual está inserido, pode se iludir e inverter a figura do necessário com o que é apenas contingente na vida desse todo. O movimento físico assim lhe surgirá como ritmo necessário à existência, ao mesmo tempo que a unidade biológica e seu movimento próprio desaparecem ao se desenvolver a particularidade desse indivíduo. Descobre-se, assim, como uma consciência voltada à satisfação de si mesma, uma consciência egoísta. Mas, como Hegel saliente, nos momentos de perigo e opressão, o todo revela seu ritmo mais profundo e inelutável. Aí o Estado sacrificará de modo "legítimo" parcelas de seu próprio organismo, sacrifício que, enquanto desvelamento da verdade íntima do Estado, mostrará o "poder absoluto em face do particular e do individual da vida, da propriedade, de seus direitos e das outras esferas", fazendo "aparecer seu nada no ser e nas consciências" (3). A dança se altera e o movimento da "vontade substancial" faz valer seus direitos ao ordenar uma nova figura de si: desta sua "soberania" sobre as vontades particulares e imprime um novo ritmo a estas. A destruição afeta essas existências empíricas, e o particular conserva-se como momento do todo, como uma "reminiscência".

O mesmo movimento se vislumbra na metáfora vegetal uti-

lizada por Hegel. Nesta a passagem da forma "botão" à forma "flor" conserva sua natureza íntima na nova figura como um momento necessário à vida do todo. A forma é o aspecto visível, externo e visível do vegetal. É essa forma particular que é recusada no movimento do todo; contudo sua natureza interna, invisível e biológica a retém como a manifestação de um dos seus momentos. Passagem e conservação: condições da fluidez do todo e da aparência deste como ser-aí como planta. Na vida espiritual esse movimento é similar. Diz Hegel da figura particular do espírito passada: "Sendo uma coisa já pensada, o conteúdo é propriedade da substância", no sentido que ela está presente na "interioridade da lembrança"(4).

No capítulo anterior ficou demonstrado que âmbito do partido também ocorria uma alteração no seu ritmo interno. O hábito de uma mudança constante e brusca no sentido do que era afirmado como "verdadeiro", tornava necessária a minuciosa reinscrição do conjunto de seus militantes no interior da "nova verdade". E para concretizar essa mudança, o discurso excluía de si todas as determinações que pudessem turvar sua certeza, isto é, o conteúdo antigo desaparecia e o novo se revelava como uma soma de abstrações.

Podemos agora vislumbrar uma outra inversão no ideário do partido com relação ao pensamento dialético. Ao se considerar o movimento da consciência militante, tomou-se a esta tal como ela própria se definia: um "si" que se apropria e se concebe como a personificação da verdade mesma. Para si, ela tem realidade por que possui a verdade. Em seu outro momento, o que antes lhe aparecia como sua realidade converte-se no seu oposto, na ilusão de si mesma. No lugar da primeira verdade instala-se outra, não menos verdadeira para si do que foi a primeira. Ao realizar esse duplo movimento - recusa e aceitação - a consciência militante define o que lhe é fundamental e o que lhe é secundário. Altera-se o "ritmo" mas, ao contrário da fluidez imanente ao "todo orgânico", conserva-se sua forma, isto utilizando-se os termos de Hegel, conserva-se o aspecto exterior, visível e físico da consciência, seu movimento mecânico. Para essa consciência militante, no momento da substituição da "verdade", o conteúdo passa a ser nada; a forma, que ela imprime a si mesma, tudo.

O fundamental é, assim, não o conteúdo que ela dá a si mesma, mas a forma que ela produz para si e que lhe permite receber sucessivamente tantos conteúdos quanto ela julgar que constituam a verdade. Se percebido como processo, o ideal do partido ao produzir a consciência militante é o de constituí-la como receptáculo para a verdade, isto é, sua forma terá de ser "positiva" para receber um conteúdo também "positivo". Sua forma mais apropriada é de ser uma consciência polida, apta a receber a verdade através de repetidos exercícios, consciência que espelha aquilo que lhe surge como verdade.

Ao espelhar esse conteúdo - na sua forma sintética e acabada o programa partidário - ela mesma se põe como elemento externo a esse conteúdo. Ela não percebe que ela própria é quem o produziu. Para si, ela o tem como um dado verdadeiro e externo. E aqui ocorre uma nova inversão: no momento em que ela reconhece o conteúdo como verdadeiro, ela se coloca como meio de sua difusão, meio já polido onde não deve ocorrer nenhum desvio na imagem que nela se reflete. Nesse preciso momento ela passa a ser simples objeto do conteúdo, em que este é tudo e a consciência nada. A sua educação, logo, é um constante polir de sua forma para receber como ordem o conteúdo programático do Partido. Polimento e ordem: palavras chave dessa forma de consciência.

Auto-crítica e vigilância

Polir a superfície. Retirar da consciência todo seu conteúdo passado, imunizá-la frente aos "desvios" e "erros". E a cada novo conteúdo programático deve repetir-se essa operação, pois, como vimos, o conteúdo passado é sempre a fonte do "erro". Gravá-lo na memória seria uma persistência no "desvio"... prolongando a "fraqueza" da "vanguarda revolucionária".

O primeiro passo delimitado pelos dirigentes ao apresentarem o "novo programa" é o de instituir uma "auto-crítica" dos erros passados a todos os militantes do partido. Assim, no mesmo ato, a consciência recebe o "novo conteúdo" e, através de sua "auto-crítica", abandona o antigo conteúdo. Aqui não se trará mais simplesmente de apresentar para essa consciência militante, o exemplo de um ideal, "os homens novos do partido", mas de realizar esse ideal no plano empírico: o objetivo é torná-la a personi

ficação mesma do que era apenas imagem.

Vejamos com um exemplo a metodologia que cerca a produção dessa forma de consciência. O texto é o editorial da revista Problemas, assinado por Carlos Marighella, escrito pouco depois do "relatório Zhdánov". O autor inicia o texto com apreciações sobre a nova conjuntura política, para logo após acrescentar a necessidade de uma imediata "auto-crítica" entre os membros do partido: "O quadro geral apresentado anteriormente leva-nos a compreender que estamos em face de uma situação inteiramente nova, e que para estarmos à altura dos acontecimentos precisamos de uma viragem em nossa linha política. Isso não se consegue sem a auto-crítica de algumas de nossas posições anteriores. Antes de mais nada, porém, duas constatações se impõem. A primeira é que não tem havido a necessária resistência ao avanço da reação, e a segunda é que falta a organização das massas" (6).

A seguir, a auto-crítica: "O exame auto-crítico deverá revelar-nos, pois, as causas dessas debilidades. É o que Prestes nos ensina, indicando o seguinte: primeiro, perdemos o espírito auto-crítico; segundo, os êxitos nos subiram à cabeça; terceiro, tivemos tendências oportunistas, ao espontaneísmo e ao reformismo" (7). Essas poucas frases já contêm a totalidade do que é compreendido como a auto-crítica do militante. Primeiro o autor coloca sua necessidade. Logo a seguir, prescreve exatamente no que ela consiste. Isto é: aquilo que é solicitado ao militante - o "exame auto-crítico" - já foi realizado e justamente por aquele mesmo que apresenta a "nova linha política".

O militante, portanto, é dispensado de todo exame e análise dos pretensos erros do partido. Mais do que isso: ele não deve pensar nesses erros, pois eles já o foram pelo "guia". Apenas deve, isto sim, repetir a "auto-crítica" realizada e reproduzi-la fielmente. É o que dirá Luis Carlos Prestes num outro exame auto-crítico: "Esse processo auto-crítico teve início na Comissão Executiva e agora deve prosseguir a fim de ser levado a todo Partido, que deve fazê-lo, de alto a baixo, procurando sem medo a origem e as causas dos erros cometidos, a fim de não só extirpá-los definitivamente e utilizá-los na formação teórica e ideológica de todo o partido, como também de melhor compreender e aplicar a nova linha política" (8). Qual o medo que pode surgir na procura da "origem" dos erros se ela já foi encontrada antes mesmo que

o militante soubesse de sua possível existência ?

Nesse instante, ao se realizar a auto-crítica no conjunto do partido, a igualdade entre os militantes deixa de efetivamente existir. Agora "alguns" ou "um" substitui de fato a homogeneidade do "corpo" partidário e das "consciências" militantes. É o momento em que o centro apresenta-se por inteiro a essas consciências, impondo a "verdade". Afinal é nesse "centro", agora existindo e aparecendo com uma corporeidade empírica e não mais como soma de determinações abstratas e fictícias do "homem novo", do "guia", do "herói positivo", etc. - que se dá, em primeiro lugar, a determinação dos erros aliado a apresentação do novo programa. Precisemos mais esse aspecto da prática militante. A "auto-crítica" é o primeiro momento em que o discurso produzido pela direção do partido localiza ele próprio a sua origem. Nomeia esse ponto originário do discurso, a Comissão Executiva do partido. Os responsáveis por essa "auto-crítica" e pelo novo programa possuem agora um nome, e não fictícios atributos.

Compreende-se daí a urgência da "auto-crítica" em todo o partido. É necessária a imediata relocalização da origem do discurso de volta ao campo abstrato, lugar que não permite a identificação daquele que enuncia a "verdade". Nesse lugar imaginário, sua consciência também é um "espelho" que apenas "reflete" a verdade, assim como a consciência do militante. E aí as duas consciências, a do dirigente e a do militante, são novamente "iguais"

Estabelecida a "auto-crítica" era o de controle de sua aplicação prática, através do que os dirigentes denominavam de "vigilância revolucionária". Ela corresponde ao ato de fixar na consciência de cada um dos militantes o reflexo exato do novo conteúdo programático.

E, novamente, um dos dirigentes, no caso Diógenes Arruda Câmara, é quem sistematizou essa prática. Diz ele no seu artigo: "Mais que nunca camaradas, devemos tomar firmemente em nossas mãos a tarefa honrosa de reforçar por todos os meios, nas fileiras do Partido, a vigilância revolucionária, de combater sempre e de as manifestações de todo gênero de oportunismo e sectarismo, de denunciar e extirpar os elementos nacionalistas burgueses, nacional-reformistas, capituladores, desagregadores e agentes do impe-

rialismo, quaisquer que sejam as bandeiras sob as quais se ocultem" (9). Depois de definido o novo programa e a esperada fiel cópia de suas proposições nas consciências, defini-se também quais serão os "desvios": à direita corresponde a "queda" no particular, a defesa das reivindicações imediatas no campo econômico e político; à esquerda, o apego ao universal com seus objetivos e conquistas estratégicas transplantadas para o imediato. Entre os "desvios" opostos está o "justo equilíbrio", a meio caminho entre o particular e o universal: a linha política do centro do partido de sua direção. É o ponto que se apresenta e reúne em si a maior objetividade, pois é o reflexo do real, com a maior subjetividade, dado que sua determinação - o critério de verdade - tem nele o lugar único de realização no tempo e no espaço.

A consciência que habitar este centro, submetendo sua vontade ao critério de verdade definido pela direção, obtém sua recompensa, enquanto que aquele ou aqueles indivíduos que não o aceitarem restam os castigos (10): "Mas para assegurar seu êxito são necessários alguns requisitos orgânicos: é preciso, entre outros, saber selecionar quadros abnegados e capazes para aplicarem efetivamente as resoluções do Partido e controlar sistematicamente a marcha do cumprimento das resoluções até o fim...", quando surgem fracassos sucessivos na aplicação das tarefas ou repetições de atitudes desleixadas no trabalho, a verificação criteriosa dessas questões pode esclarecer-nos se se trata de um camarada irresponsável, que devemos criticar ou substituir, ou se se trata de mão do inimigo semendo a má semente (...). Controlar quer dizer examinar a atividade dos quadros e dos organismos do Partido" (11).

A "unidade absoluta", segundo D.A. Câmara, deve predominar no interior do partido, pois essa unidade será considerada o critério mesmo de sua eficácia. Mas a unidade não é mais alcançada pela compreensão do programa e sim pela obediência e disciplina dos militantes, como destaca o autor do texto que vem sendo citado: "A persistência de um camarada em seus pontos de vista, não pode, portanto, por um só instante, ser separada da obediência incondicional que deve ao seu organismo partidário (...). Mesmo admitindo que a maioria esteja equivocada e que as suas opiniões são as mais corretas (...). Nenhum membro ou dirigente do Partido pode transformar-se em juiz de si mesmo, nosso único e supremo ju

iz é o Partido. A ordem do Partido não se constrói na base da vontade dos indivíduos, mas na base do princípio da subordinação do militante à organização, da minoria à maioria, das organizações inferiores às organizações superiores e de todos os militantes e organismos ao Conselho Nacional. Qualquer ação portanto que possa minar a disciplina e atingir, por mais leve que seja, a unidade do Partido, é uma ação ilícita" (12). A educação dos militantes, assim, encontra finalmente seu ritmo e sua dança mais própria: a obediência ao mando que vem de cima, da direção. A obediência determinada pela ordem as faz retornar à sua fictícia igualdade, em que todos se reconhecem, novamente, imersos na "verdade". E a "escola de quadros" com sua "auto-crítica", sua "repetição mecânica" dos conteúdos ministrados, enfim, a marca de obediência que a caracterizou, de acordo com a vontade dos dirigentes, acelera esses movimentos. Pode-se dizer com Canetti: "Os exercícios o habituaram a movimentos que são executados juntamente com os demais; todos devem realizá-los de maneira absolutamente idêntica (...) . Desta forma o indivíduo torna-se igual aos outros" (13).

Conclusões

O ponto de partida que tomei ao início do trabalho, qual seja, considerar que no partido se efetivasse o momento de reflexão teórico, pressuposto necessário à ação prática, ao final se mostra uma consideração ilusória ao ser aplicado a este caso.

Afirmar que os "programas e análises" do partido não penetram o real, não alcançam a compreensão da totalidade do processo político no qual o partido se viu inscrito é, nada mais, nada menos, do que reproduzir sua forma aparente de "auto-crítica", a que a direção fez e exigiu que os militantes fizessem. Ao definir suas proposições resumidas no programa como "erro" e "desvio", acrescentavam, como mea culpa: "até agora não fomos suficientemente marxista-leninistas", "não compreendemos a luz do marxismo", etc. Ora, a "auto-crítica" é sempre exatamente esta. Sua importância, logo, não reside nos conteúdos que rejeita e nos que propõe, mas é sua forma que se destaca.

Neste é que pode-se identificar seu real sentido: a consciência se esvazia de seu conteúdo - este, de "positivo", transforma-se, sem mediações, em "negativo" - é o elemento constante

de sua aprendizagem. Uma consciência militante que é sempre a mesma, inalterada no seu espelhamento das determinações abstratas do programa, determinada por uma vontade heterônoma, que lhe impõe essa forma e as imagens que a preenchem. A consciência se esvazia; no vazio ela deve encontrar, imediatamente, um novo conteúdo, dado pela ordem que parte de cima.

A educação, nesse caso, não é um processo que conduz à reflexão de si; é, ao contrário, uma forma de domínio de uma vontade sobre as demais. Todo ato de reflexão, por isso mesmo, deve ser negado, sobressaindo-se outras qualidades na prática militante: sua unidade, sua permanência como rígidos grupos, isolamento e constância de seu existir, assim como possuir todas suas atividades pré-fixadas, o que dá a essas consciências a certeza de que possuem a totalidade do Mundo. Este, em suas múltiplas determinações, reduz-se desse modo ao já pensado (14).

Logo não é difícil compreender que essas consciências, prisioneiras de suas abstrações e suas palavras de ordem, tenham num momento de sua existência encontrado a satisfação de seus anseios e desejos mais profundos no interior de uma prisão, como o foi no "coletivo de Fernando de Noronha". Para nós que os vemos desde seu exterior, a prisão física é apenas uma metáfora para essa outra prisão: a espiritual. Para elas é, ao contrário, a continuidade e realização de seu fim a que se julgam destinadas. Estranhas inversões estas que levam alguém a conceber a possibilidade da realização do infinito no interior de um cárcere.

NOTas

- (1) - Hegel, G.W.F. Principes de la Philosophie du Droit, ed. cit nota do par. 278, p. 308.
- (2) - Id., ib., par. 308, p. 340 (grifos meus).
- (3) -- Id., ib., par. 323, p. 353.
- (4) - Id., La Phénoménologie de l'Esprit, ed. cit., t. I, p. 27.
- (5) - Formulada a hipótese, podemos nos perguntar qual o sentido que há em analisar o conteúdo que essa consciência tem como verdade - definindo-a como "revolucionária" ou "reformista" - se ela própria o tem como secundário? E ao tomá-lo, numa análise, como fundamental na determinação do ideário do partido não se estaria reproduzindo a mesma ilusão que o partido projeta em si?
- (6) - Marighella, C. "Nossa Política", in: rev. Problemas, nº 10, maio 46, p. 5.
- (7) - Id., ib., p. 5 (grifos meus).
- (8) -- Prestes, L.C. "Forjar a mais ampla frente nacional em defesa da paz, da liberdade e contra o imperialismo", in: ib., nº 19, jun-jul. 49, p. 67.
- (9) - Câmara, D.A. "Reforçar a vigilância revolucionária, tarefa vital do Partido", in: ib., nº 38, jan-fev. 52, p. 49.
- (10) - Lê-se no "Projeto de Estatutos" de 1953: "46. As organizações do Partido de todos os graus poderão tomar medidas disciplinares, sempre sujeitos à aprovação do organismo imediatamente superior e de acordo com as circunstâncias concretas, contra os infratores da moral do Partido (mentir ao Partido, faltar à honestidade e sinceridade para com o Partido, incidir em calúnias, dissolução dos costumes, etc.) e em virtude de faltas que o Partido considerar criminosas, como o não cumprimento das resoluções dos organismos superiores, a violação do Programa e dos Estatutos do Partido, ou

ainda conduta que prejudique o prestígio e influência do Partido no seio da classe operária e do povo". "Projeto de Estatutos do P.C. do B.", in: ib., nº 54, fev. 54, pp. 61-62.

- (11) - Câmara, D.A. Id., in ib., pp. 66-67 (grifos meus).
- (12) - Id., ib., p. 69 (grifos meus).
- (13) - Canetti, E. Massa e Poder, ed. cit., p. 347 (grifos meus).
- (14) - Sobre essas qualidades pertencentes aos "cristais de massa" ver E. Canetti, op. cit., pp. 78-80.

Bibliografia

- ARANTES, P. E. Hegel: a Ordem do Tempo, ed. Polis, SP, 1981.
- ARENDRT, H. Le Système Totalitaire, ed. Seuil, Paris, 1976.
- ARENDRT, H. Essai sur la Révolution, ed. Gallimard, Paris, 1985.
- BOBBIO, N. Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna, ed. Braziliense, SP, 1986.
- CANETTI, E. Massa e Poder, ed. UnB, Brasília, 1983.
- CANGUILHEM, G. La Connaissance de la Vie, ed. Vrin, Paris, 1980.
- CLAUDÍN, F. La Crisis del Movimiento Comunista, ed. Ruedo Ibérico, 1970.
- DISPOT, L. La Machine à Terreur: Révolution Française et Terrorismes, ed. Grasset, Paris, 1978.
- FAYE, J. P. Langages Totalitaires: critiques de la raison/l'économie narrative, ed. Hermann, Paris, 1980.
- GIANOTTI, J. A. Origens da Dialética do Trabalho, ed. Difel, 1966.
- GUSDORF, G. La Revolution Galiléenne, ed. Payot, Paris, 2 tomos, 1969.
- GUSDORF, G. Le Savoir Romantique de La Nature, ed. Payot, Paris, 1985.
- GUSDORF, G. Fondements du Savoir Romantique, ed. Payot, Paris, 1982.
- HEGEL, G. W. F. Principes de la Philosophie du Droit, ed. Gallimard, Paris, 1983.
- HEGEL, G. W. F. La Phénoménologie de l'Esprit, ed. Aubier, Paris 1983.
- HEGEL, G. W. F. Leçons sur la Philosophie de l'Histoire, ed. Vrin, Paris, 1979.
- HEGEL, G.W.F. Précis de l'Encyclopédie des Sciences Philosophiques, ed. Vrin, Paris, 1978.
- HEGEL, G. W. F. Ciencia de la Logica, ed. Solar, Buenos Aires , 1974.
- HELLER, M. La Machine et les Ruoages: la formation de l'homme soviétique, ed. Calmann-Lévy, Paris, 1985.
- HERDER, J. G. Une Autre Philosophie de L'Histoire, ed. Aubier , Paris, 1964.
- HERDER, J. G. Idées pour la Philosophie de l'Histoire de l'Humanité, ed. Aubier, Paris, 1965.
- KANTOROWICZ, E. H. The King's Two Bodies: a Study in Mediaeval Political Theology, ed. Princeton Un., Princeton, 1981.
- LEBRUN, G. "Surhomme et Homme Total", in: Manuscrito, ed. Unicamp, Campinas, v. II, nº 1, out. 1978.
- LEFORT, C. Le Travail de l'Oeuvre Machivel, ed. Gallimard, Paris, 1972.
- LEFORT, C. Un Homme en trop: Réflexions sur "L'Archipel du Goulag", ed. Seuil, Paris, 1976.
- LEFORT, C. "La Question de la Révolution", in: Esprit, nº 9, set 1976.
- LEFORT, C. Les Formes de l'Histoire, ed. Gallimard, Paris, 1978.

- LEFORT, C. Éléments d'une Critique de la Bureaucratie, ed. Gallimard, Paris, 1979.
- LEFORT, C. A invenção Democrática: os Limites do Totalitarismo, ed. Brasiliense, SP, 1983.
- LENHARO, A. Corpo e Alma: Mutações Sombrias do Poder no Brasil dos anos 30 e 40, tese doutoramento, Dep. História da FFLCH - USP, 1985 (mimeo).
- MERLEAU-PONTY, M. Sens et Non-Sens, ed. Nagel, Paris, 1965.
- MERLEAU-PONTY, M. Humanisme et terreur: essai sur le problème communiste, ed. Gallimard, Paris, 1980.
- MERLEAU-PONTY, M. Les Aventures de la Dialéctique, ed. Gallimard Paris, 1955.
- MORAES, R. A Fênix Tropical, tese de mestrado, Dep. Filosofia da FFLCH-USP, 1982 (mimeo).
- RICHÈR, M. "L'Aporie Révolutionnaire", in: Esprit, nº 9, 1976.
- ROMANO, R. Corpo e Cristal: Marx Romântico, ed. Guanabara, RJ, 1985.
- ROMANO, R. Conservadorismo Romântico: origem do totalitarismo, ed. Brasiliense, SP, 1981.
- SARTRE, J. P. Critique de la Raison Dialéctique, ed. Gallimard, Paris, 1980.
- SCHLANGER, J. Les Métaphores de l'Organisme, ed. Vrin, Paris, 1971.
- STRAUSS, L. De la Tyrannie, ed. Gallimard, Paris, 1983.
- Obras sobre o partido
- AARÃO REIS Fº, D. Imagens da Revolução - Documentos Políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971, ed. Marco Zero, RJ, 1985.
- BARATA, A. Vida de um Revolucionário (Memórias), ed. Alfa-Ômega, SP, 1978.
- BASBAUM, L. Uma Vida em Seis Tempos (Memórias), ed. Alfa-Ômega, SP, 1976.
- BEZERRA, G. Memórias, ed. Civ. Brasileira, RJ, 1979.
- CARONE, E. O PCB: 1943 a 1964 (Documentos), ed. Difel, SP, 1982.
- CAVALCANTI, P. O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes, ed. Alfa-ômega, 1978.
- CHACON, V. História dos Partidos Brasileiros: discurso e prática de seus programas, ed. UnB, Brasília, 1981.
- CHILCOTE, R. H. The Brazilian Communist Party: Conflict and Integration, ed. Oxford Un., New York, 1974.
- CORREIA, H. A Classe Operária e seu partido: textos políticos do exílio, ed. Civ. Brasileira, 1980.
- LIMA, H. F. Caminhos Percorridos (Memórias de Militância), ed. Brasiliense, SP, 1982.
- MORAES, D. Prestes: lutas e autocríticas, ed. Vozes, RJ, 1982.
- PIOZZI, P. O Ato Livre, tese de mestrado, Dep. Filosofia da FFLCH USP, 1983 (mimeo).

- SEGATTO, J. A. Breve História do PCB, ed. Ciências Humanas, SP , 1981.
- VINHAS, M. O Partido: a luta por um partido de massas (1922-1974) ed. Hucitec, 1982.
- VV.AA. PCB: 1922/1982 - Memória Fotográfica, ed. Brasiliense, 1982
- VV.AA. PCB: Vinte anos de política - documentos (1958/1979), ed. Ciências Humanas, SP, 1980.
- WEFFORT, F.C. Sindicatos e Política, tese apresentada ao Dep. de Ciências Sociais da USP, SP, 1972 (mimeo).

Periódicos e Revistas do partido

A Classe Operária, 1962-1964, RJ.

PARA TODOS, 1956-1957, RJ.

Problemas (rev. mensal de Cultura Política), 1947-1956, SP.

Voz Operária, 1957-1958, RJ.

Errata

- p. 15 - l. 27 - "inteiramente extintos"
- p. 16 - l. 22 - "interno do partido"
- p. 21 - l. 31 - "controle do espaço"
- p. 22 - l. 12 - "aceitação"
- p. 22 - l. 26 - "expressão efetiva"
- p. 23 - l. 6 - "no movimento"
- p. 26 - l. 24 - "na qual ele"
- p. 27 - l. 21 - "novas ordens"
- p. 27 - l. 31 - "até a mais importante"
- p. 28 - l. 24 - "sua perfeição máxima"
- p. 35 - l. 40 - "Sua forma especializa"
- p. 38 - l. 19 - "intuito de apaziguar o sofrimento"
- p. 38 - l. 24 - "estenderam-se"
- p. 39 - l. 29 - "Leste europeu"
- p. 43 - l. 16 - "tão longe"
- p. 43 - l. 40 - "considerado, é dado"
- p. 51 - l. 10 - "dever de assimilar"
- p. 66 - l. 12 - "íntima"
- p. 66 - l. 21 - "íntima"
- p.100 - l. 31 - "imediatamente apreensível"